



Departamento de Relações Internacionais

Dissertação de Mestrado em Estudos da Paz e da Guerra
nas Novas Relações Internacionais

**A Primavera Árabe e os Potenciais Riscos na Segurança do
Abastecimento Energético da Argélia a Portugal**

Orientadora: Prof.^a Doutora Catarina Mendes Leal
Coorientador: Prof. Doutor Luís Moita

Emanuel H. dos S. Silva Sebastião

NOVEMBRO 2013

Agradecimentos

Este trabalho não teria sido possível sem a colaboração da minha família, pelo que inicio expressando o reconhecimento à minha mulher, Ana Isabel Ferreira Leandro e aos meus filhos, Guilherme Sant’Ana Leandro dos Santos Sebastião e António Sant’Ana Leandro dos Santos Sebastião, pela estabilidade proporcionada e serenidade que demonstraram possuir para me ajudarem a fazer o percurso que começou com o Curso de Estado-Maior, em 2010 e culminou com as provas públicas de apresentação desta dissertação.

Como não existem dissertações sem orientador, evidentemente que quero deixar uma palavra de gratidão à Prof.^a Doutora Catarina Mendes Leal, por aceitar apoiar-me na realização deste trabalho, mesmo sem nos conhecermos previamente, nunca tendo sido minha professora, não ser professora na UAL e não tendo recomendações para o efeito. Para mim a opção foi simples, é a orientadora óbvia, pelos profundos conhecimentos académicos dos temas da segurança energética e do Magrebe. O seu apoio revelou-se de inexcusável utilidade.

Uma palavra de agradecimento para o Prof. Doutor Luís Moita, meu professor durante o Curso de Estado-Maior Conjunto e coorientador deste trabalho. São professores deste gabarito que motivam os alunos a aprenderem cada vez mais, e quem sabe um dia ousarem a exceder o mestre.

Também gostaria de agradecer aos peritos a quem enviei os questionários, que passo a referir por ordem alfabética: Prof. Doutor António Costa e Silva, Dr. António Gamito, Prof. Doutor Armando Marques Guedes, Prof. Doutor José Félix Ribeiro, Almirante CEMA José Saldanha Lopes, Eng.º Nuno Ribeiro da Silva, Dr. Pedro d’Avillez, Prof. Doutor Pedro Moreira da Fonseca e Dr. Ruben Eiras, e ao Tenente Coronel de Engenharia João António Sequeira de Almeida, meu camarada e amigo, pela revisão geral do texto.

Para terminar, gostaria de agradecer à Rita Duarte, do secretariado do Departamento de Relações Internacionais da UAL, que foi incansável em facilitar os apoios necessários e fazer a ligação à Universidade. Pessoas como a Rita tornam a vida dos alunos mais fácil e contribuem para elevar a qualidade dos trabalhos.

RESUMO

A PRIMAVERA ÁRABE E OS POTENCIAIS RISCOS NA SEGURANÇA DO ABASTECIMENTO ENERGÉTICO DA ARGÉLIA A PORTUGAL

A energia desempenha um papel fundamental na sobrevivência do modelo civilizacional humano atual, assim como as disputas pelo seu controlo são um desafio permanente para a segurança dos Estados.

Primavera Árabe foi o nome atribuído a uma série de revoltas populares que em 2011 transpôs o Norte de África e o Médio Oriente, e que teve como catalisador específico o ato de desespero do jovem vendedor ambulante Tarek al-Tayeb Mohamed Bouazizi, que a 17 de dezembro de 2010 se imolou na Tunísia, sendo o culminar do descontentamento da população contra a pobreza, o desemprego, a ditadura e a corrupção.

Este trabalho pretende dar resposta à questão: “Face às recentes transformações políticas na Tunísia, Egito e Líbia, decorrentes das revoltas populares, quais os potenciais riscos com impacto significativo no abastecimento de Petróleo e Gás Natural da Argélia a Portugal, e as estratégias a adotar por Portugal para salvaguardar a sua segurança energética.”

O estudo subdivide-se em quatro capítulos. No primeiro capítulo apresentam-se os conceitos de segurança, teoria crítica da segurança e segurança energética. Seguidamente, no segundo capítulo, apresenta-se uma análise geopolítica da Argélia na atualidade. No terceiro capítulo apresenta-se o panorama energético português, e finalmente, no capítulo quatro, com recurso a uma análise TOWS, apresentam-se estratégias para Portugal contribuir para a estabilização da Argélia e fazer face à situação de redução/interrupção do abastecimento argelino de Petróleo e Gás Natural. Nas considerações finais sintetizam-se os assuntos mais relevantes e responde-se à questão central.

Para Portugal salvaguardar a segurança energética face ao abastecimento argelino de hidrocarbonetos deve fazer uma abordagem crítica, focada em influenciar a Argélia no sentido do progresso, do aprofundamento da democracia e da estabilidade, através do desenvolvimento económico, social e político e uma abordagem neo-realista, baseada na diversificação das fontes de abastecimento de hidrocarbonetos, incremento da utilização de recursos endógenos renováveis, manutenção e desenvolvimento de reservas estratégicas e planeamento de alternativas para o abastecimento energético.

Nesse sentido, identificam-se três Linhas de Ação Estratégica (LAE): LAE 1 - Apoiar o desenvolvimento argelino e melhorar a balança comercial portuguesa; LAE 2 - Investir nos recursos endógenos para produção de energia; LAE 3 – Alargar as opções para importação de Gás Natural. A melhor opção para a situação portuguesa é uma abordagem integrada através da adoção de políticas que permitam atuar simultaneamente nas três LAE identificadas.

PALAVRAS-CHAVE: Primavera Árabe, Segurança Energética, Portugal, Argélia.

ABSTRACT

THE ARAB SPRING AND POTENTIAL RISKS IN THE SECURITY OF ENERGY SUPPLY FROM ALGERIA TO PORTUGAL

Energy plays a fundamental role in the current model of survival of the human civilization, as well as the struggle for its control is an ongoing challenge for the security of States.

Arab Spring was the name given to a series of popular uprisings that in 2011 crossed North Africa and the Middle East, and was the specific catalyzer for the act of desperation of the young salesman Tarek al-Tayeb Mohamed Bouazizi, who on December 17th, 2010 immolated himself in Tunisia, being the culmination of the populations discontent against poverty, unemployment, dictatorship and corruption.

This paper aims to answer the question: "Given the recent political changes in Tunisia, Egypt and Libya, resulting from popular revolts, what are the potential risks with significant impact on the oil and natural gas supply from Algeria to Portugal, and the strategies that should be adopted by Portugal in order to protect its energy security."

The study is divided into four chapters. The first chapter presents the concepts of security, critical theory of security and energy security. Then, in the second chapter it presents a geopolitical analysis of Algeria today. The third chapter presents the Portuguese energy situation, and finally, in chapter four, using a TOWS analysis, presents strategies for Portugal in order to contribute to the stabilization of Algeria and deal with the situation of reduction / interruption of the supply of Algerian Oil and Natural Gas. In the final considerations it summarizes the most relevant issues and answers to the central question.

To safeguard portuguese energy security against the Algerian hydrocarbon supply, the State should make a critical approach focused on influencing Algeria towards progress, deepening democracy and stability through economic, social and political development, and on a neo-realist approach, based on the supply and diversification of hydrocarbons sources, increase the use of renewable local resources, maintain and develop strategic planning on alternatives for energy supply.

Throughout its development, three Strategic Lines of Action (ELA) were identified: ELA 1 - Support for the development and improvement of the algerian/portuguese trade balance; ELA 2 - Investment in the endogenous production of energy; ELA 3 – Expantion of the options for importing Natural Gas. The suggested best option for the Portuguese situation is an integrated approach by adopting policies acting simultaneously on the three identified ELA.

KEYWORDS: Arab Spring, Energy Security, Portugal, Algeria.

ÍNDICE

Introdução	1
Capítulo I. Segurança, a Teoria Crítica da Segurança e o conceito de Segurança Energética.....	5
I. 1. A Teoria Crítica da Segurança segundo Ken Booth.....	8
I. 2. O conceito de Segurança Energética segundo Daniel Yergin.....	13
I. 3. O conceito de Segurança Energética segundo Florian Baumann	19
I. 4. Síntese e considerações	22
Capítulo II. Análise geopolítica da Argélia	26
II. 1. Aspectos da geografia física da Argélia.....	26
II. 2. A história argelina	28
II. 2. a. Até à independência da Argélia	28
II. 2. b. O período de transição	31
II. 2. c. A época Bouteflika.....	33
II. 3. Aspectos da geografia humana da Argélia.....	35
II. 4. O fator político	36
II. 5. A relevância dos militares.....	41
II. 6. A economia e a energia.....	42
II. 7. Síntese e considerações	46
Capítulo III. O panorama energético português.....	51
III. 1. Caracterização da situação energética portuguesa.....	51
III. 1. a. Infraestruturas e recursos energéticos em Portugal.....	51
III. 1. b. Evolução do consumo de energia em Portugal.....	59
III. 1. c. Evolução do consumo de produtos energéticos em Portugal	61
III. 1. d. Origem e evolução das importações de energia portuguesas	63
III. 1. e. O balanço energético português e a dependência energética	

do exterior	66
III. 1. f. As reservas energéticas portuguesas.....	67
III. 1. g. A política energética portuguesa	68
III. 1. h. O Conceito Estratégico de Defesa Nacional.....	69
III. 2. Síntese e considerações	69
Capítulo IV. Estratégia para Portugal	75
IV. 1. Análise TOWS.....	77
IV. 1. a. Oportunidades.....	77
IV. 1. b. Ameaças.....	79
IV. 1. c. Pontos fortes.....	81
IV. 1. d. Pontos fracos.....	83
IV. 1. e. Matriz TOWS.	84
IV. 1. e. 1. Pontos fortes vs oportunidades (SO).....	84
IV. 1. e. 2. Pontos fortes vs ameaças (ST).....	85
IV. 1. e. 3. Pontos fracos vs oportunidades (WO).....	86
IV. 1. e. 4. Pontos fracos vs ameaças (WT).	87
IV. 2. Síntese e considerações	88
Considerações finais	92
Bibliografia	99

Lista de Figuras:

Figura 1: O conceito de Segurança Energética	25
Figura 2: Mapa político da Argélia	26
Figura 3 Bouteflika passa revista às tropas	33
Figura 4: Distribuição da população argelina por idade e sexo	36
Figura 5: Exportações de crude da Argélia em 2011	44
Figura 6: Gasodutos Magrebe-Europa	45
Figura 7: Pontos fortes e vulnerabilidades da Argélia	46
Figura 8: Infraestruturas de Petróleo da Península Ibérica	52
Figura 9: Mapa da região de armazenamento subterrâneo do Carriço	52
Figura 10: Rede ibérica de transporte de Gás Natural	53
Figura 11: Traçado dos gasodutos em Portugal	54
Figura 12: Capacidade eólica total instalada no mundo	56
Figura 13: Evolução do consumo de energia em Portugal	59
Figura 14: Evolução do consumo de energia primária em Portugal	59
Figura 15: Evolução do consumo de Carvão, Petróleo e Gás Natural	60
Figura 16: Consumo de Carvão em Portugal	60
Figura 17: Evolução do consumo de Carvão em Portugal	61
Figura 18: Consumo de Gás Natural	62
Figura 19: Consumo de Gás Natural	62
Figura 20: Consumo de produtos derivados de Petróleo (toneladas)	62
Figura 21: Total de importação de Petróleo Bruto de 2000 a 2011	63
Figura 22: Importação de Petróleo Bruto em 2011 (valores provisórios)	64
Figura 23: Total de importação de Gás Natural de 2000 a 2011	65
Figura 24: Importação de Gás Natural em 2011 (valores provisórios)	65
Figura 25: Evolução do Balanço Energético	66
Figura 26: Evolução da dependência energética portuguesa	66
Figura 27: Lista de peritos que participaram na análise	76
Figura 28: Quadro resumo com os resultados das respostas ao questionário I	77
Figura 29: Quadro resumo com os resultados das respostas ao questionário II	79
Figura 30: Quadro resumo com os resultados das respostas ao questionário III	79
Figura 31: Quadro resumo com os resultados das respostas ao questionário IV	83
Figura 32: A Estratégia de Segurança Energética face à Argélia	95

Lista de Abreviaturas/Siglas:

AAV – Aliança Argélia Verde

ACD – Agrupamento para a Cultura e Democracia

AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo

AIE – Agência Internacional da Energia

AIS – Exército Islâmico de Salvação

ALN – Exército de Libertação Nacional

AQIM – Al-Qaeda na Região do Magrebe Islâmico

APN – Assembleia Popular Nacional

CEDN – Conceito Estratégico de Defesa Nacional

CN – Conselho da Nação

CPEE – Comissão de Planeamento Energético de Emergência

CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa

DGEG – Direção Geral de Energia e Geologia

EGREP – Entidade Gestora de Reservas Estratégicas de Produtos Petrolíferos

ENA – Estrela Norte Africana

ERSE – Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

EUA – Estados Unidos da América

FFS – Frente das Forças Socialistas

FIE – Fórum Internacional da Energia

FIS – Frente Islâmica de Salvação

FLN – Frente de Libertação Nacional

FMI – Fundo Monetário Internacional

GN – Gás Natural

GNL – Gás Natural Liquefeito

GPL – Gás de Petróleo Liquefeito

GPRA – Governo Provisório da República Argelina

GSPC – Grupo Salafista para a Pregação e o Combate

IESM – Instituto de Estudos Superiores Militares

JODI – *Joint Data Initiative*

LAE – Linha de Ação Estratégica

MDS – Movimento Democrático Social

MEG – *Maghreb-Europe Gas Pipeline*

MNA – Movimento Nacionalista Argelino
MSP – Movimento da Sociedade para a Paz
MTLD – Movimento para o Triunfo da Liberdade Democrática
OAS – Organização Secreta do Exército
OGJ – *Oil and Gas Journal*
OMC – Organização Mundial do Comércio
OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo
ONU – Organização das Nações Unidas
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
PIB – Produto Interno Bruto
PPA – Partido do Povo Argelino
PT – Partido do Trabalho
EU – União Europeia
RCD – União Democrática Nacional
RI – Relações Internacionais
TIE – Tratado Internacional de Energia
TOWS – *Threats, Opportunities, Weaknesses, Strengths*

Introdução:

Pode afirmar-se que 2011 foi uma etapa de transição para os regimes políticos do Magrebe e do mundo Árabe. Os regimes ditatoriais da Tunísia, Egito e Líbia foram suspensos e os seus líderes Zine al-Abidine Ben Ali, Hosni Mubarak e Muammar Gaddafi, depostos por movimentos populares. Estas revoltas árabes, populares, alastraram a outros países, tais como o Iémen e a Síria, bem como originaram sublevações na República Democrática e Popular da Argélia. Atualmente, os novos poderes instituídos debatem-se com a tentativa de constituir novas organizações e definir estratégias para o futuro, sem quaisquer garantias de sucesso. Nos países em que as revoltas árabes tiveram sucesso, houve impactos profundos ao nível político, social e económico, e provavelmente irão ser necessários vários anos para restabelecer o seu equilíbrio. No caso da Líbia, a situação ainda é extremamente volátil, podendo mesmo vir a transformar-se num Estado falhado, e contribuir para a instabilidade no Magrebe.

Considerando que de 2000 a 2011 a Líbia foi o quinto maior exportador de Petróleo para Portugal (7,3%) e que face à guerra civil, em 2011 não houve exportações de Petróleo desse país (DGEG f, 2012), pode constatar-se o impacto que revoltas populares desta natureza podem ter no abastecimento energético nacional.

Desde a revolução industrial que a geopolítica da energia tem sido um fator de dinamismo da prosperidade e segurança globais, bem como as disputas pelo controlo das suas fontes e infraestruturas têm estado na origem de conflitos. Nas próximas décadas, a segurança energética continuará a ter um grande peso no “xadrez” político entre produtores, consumidores e rotas energéticas, com fortes implicações na economia dos países e consequentemente na segurança dos mesmos. No que concerne a Portugal, uma vez que apresenta uma elevada dependência energética do exterior (de acordo com as estatísticas provisórias de 2011: 77,1%) e em 2011, a Argélia foi o sexto maior exportador de Petróleo para Portugal (9,6%) e o segundo maior exportador de Gás Natural (36,9%) (DGEG f, 2012). Face a este contexto e às recentes transformações políticas na Tunísia, Egito e Líbia, reconhece-se a necessidade de uma análise sistemática da situação com vista a identificar estratégias para reduzir o risco para Portugal.

O tema da dissertação é “A Primavera Árabe e os potenciais riscos na segurança do abastecimento energético da Argélia a Portugal”. O estudo pretende ser prospetivo,

foi delimitado temporalmente ao período compreendido entre 2011 e 2021, e centra-se em termos geográficos a Portugal e à Argélia.

O objeto de estudo são as dinâmicas políticas, económicas, sociais e religiosas, da Argélia bem como a segurança energética portuguesa, com os seguintes objetivos:

- Caracterizar a “teoria crítica da segurança mundial” e o conceito de segurança energética, aplicando a primeira como modelo principal de análise em Relações Internacionais;
- Apresentar uma análise geopolítica da Argélia na atualidade;
- Caracterizar o panorama energético português;
- Através de uma análise TOWS, inferir estratégias para a segurança do abastecimento energético português face a eventuais transformações políticas na Argélia, decorrentes das revoltas árabes ocorridas na Tunísia, Egito e Líbia;
- Propor estratégias a adotar por Portugal com vista a contribuir para a estabilização da Argélia e para fazer face à redução/interrupção do abastecimento argelino de hidrocarbonetos.

Para orientar o estudo foi formulada a seguinte questão central: **“Face às recentes transformações políticas na Tunísia, Egito e Líbia, decorrentes das revoltas populares, quais os potenciais riscos com impacto significativo no abastecimento de Petróleo e Gás Natural da Argélia a Portugal, e as estratégias a adotar por Portugal para salvaguardar a segurança energética.”**

O método de abordagem utilizado foi o “hipotético-dedutivo”, cuja construção parte de postulados identificados, como modelo de interpretação do fenómeno estudado. Este modelo gera, através de um trabalho lógico, hipóteses, conceitos e indicadores para os quais se terão de procurar correspondentes reais, permitindo a resposta à questão central formulada.

O método de procedimento utilizado foi o de definição de estratégias através da ferramenta TOWS. Esta ferramenta de gestão estratégica permite cruzar os fatores do ambiente externo a uma organização – que são as oportunidades (O) e as ameaças (T) - com os fatores do ambiente interno - pontos fortes (S) e pontos fracos (W). Do cruzamento dos fatores, podem identificar-se quatro grandes tipos de estratégias, táticas e ações a adotar, em função da relação entre pontos fortes e oportunidades (SO), entre

os pontos fortes e ameaças (ST), entre os pontos fracos e oportunidades (WO) e entre os pontos fracos e ameaças (WT). A estratégia SO é a mais favorável e a estratégia WT a menos favorável. (Wehrich, 1982)

A metodologia de pesquisa utilizada foi a observação sistemática, direta e extensiva, com recurso a documentação indireta e direta e questionários. O universo de pesquisa foi bibliografia, portais da internet da especialidade e especialistas em assuntos dos países do Magrebe e em segurança energética.

O tipo de amostragem foi intencional, não probabilística subordinada aos objetivos específicos investigados, com tratamento estatístico efetuado através de percentagens e médias ponderadas.

O “modelo de análise” das Relações Internacionais que serviu de base para o trabalho, foi a “*critical theory of security*” defendida por Ken Booth na sua obra “*Theory of World Security*” (Booth, 2007). Na sua essência, esta teoria “crítica” da segurança mundial desafia (critica) a ortodoxia das teorias realistas, colocando na agenda dos estudos de segurança a necessidade de uma abordagem com maior justiça social, sentido comunitário e facilitadora do desenvolvimento sustentável.

O presente estudo subdivide-se em quatro capítulos. No primeiro capítulo apresentam-se os conceitos de segurança, teoria crítica da segurança e segurança energética. Seguidamente, no segundo capítulo, apresenta-se uma análise geopolítica da Argélia na atualidade. No terceiro capítulo apresenta-se o panorama energético português, e finalmente, no capítulo quatro, com recurso a uma análise TOWS, apresentam-se estratégias para Portugal contribuir para a estabilização da Argélia e fazer face à situação de redução/interrupção do abastecimento argelino de Petróleo e Gás Natural. Nas considerações finais sintetizam-se os assuntos abordados mais relevantes e responde-se à questão central.

No final do trabalho apresenta-se uma solução “crítica”, com uma Linha de Ação Estratégica que permite a Portugal salvaguardar a segurança energética face ao abastecimento argelino de hidrocarbonetos, baseada no apoio ao desenvolvimento argelino e melhoria da balança comercial portuguesa, e uma solução “neo-realista” com duas Linhas de Ação Estratégica para Portugal salvaguardar a sua segurança energética face ao abastecimento argelino de hidrocarbonetos, baseadas no aprofundamento do

investimento em recursos endógenos para produção de energia e na identificação de alternativas para a importação de Gás Natural, respetivamente.

Capítulo I: Segurança, a Teoria Crítica da Segurança e o conceito de Segurança Energética

A forma como se imagina e interpreta o mundo depende em grande medida de como este se define, pelo que o universo das Relações Internacionais (RI) é uma interação contínua entre o “mundo real” e o “mundo do conhecimento”. Resumidamente, pode afirmar-se que as RI são o estudo das transações transfronteiriças em geral, deixando em aberto a natureza dessas transações, esse estudo surge sob a forma de pensamento reflexivo vertido em teorias. As teorias podem ser explicativas ou prescritivas e geralmente transmitem o consenso reinante entre aqueles que estão habilitados a emitir a sua opinião. Um verdadeiro estudioso das RI nunca elimina opções, já que na prática não é possível distinguir as adequadas das inadequadas. Todas as teorias em debate têm aplicação em situações concretas, contudo são passíveis de contestação e dependem em grande medida da região em que se inserem. Para uma teoria ser digna desse nome deve tentar interpretar o mundo com recurso a um quadro conceptual pluralista e numa perspetiva aberta. Teorizar com sucesso em RI implica estar capacitado para suportar elevados níveis de ambiguidade, o que se exige é que o mundo das RI seja explorado a partir de múltiplas perspetivas, utilizando cada uma com seriedade enquanto modelo de análise e recusando explicações redutoras e monolíticas. (BROWN, 2012; 15 a 39)

As primeiras referências ao termo “segurança” tiveram lugar nos Estados Unidos da América (EUA) e dizem respeito aos anos que se seguiram à II Guerra Mundial. Como todos os conceitos complexos, este também possui mais do que um sentido, sendo adequado num trabalho desta natureza limitar a abrangência, mas sem perder de vista as suas dimensões.

Durante o período da Guerra Fria (1945 a 1989), existiam três concepções fundamentais de segurança: a dominante, que se pode designar por “segurança estatal-militar”; a escola de “defesa alternativa”, com posições críticas face à dominante e a escola de “segurança do terceiro mundo”, desenvolvida por autores não pertencentes à América do Norte, Europa Ocidental e Ásia “desenvolvida”. A concepção dominante, realista, focava-se no Estado e na segurança militar externa deste, essencialmente nos assuntos militares e nucleares. A escola de segurança alternativa era fundamentalmente crítica do pensamento realista, afirmando que este é uma fonte da insegurança internacional e que é necessária justiça social, democracia e desarmamento, entre outros

aspectos, para que se possa incrementar o grau de segurança mundial. Finalmente, a perspectiva da segurança da escola do terceiro mundo, apresenta-se como crítica das anteriores, afirmando que estas se limitavam à análise Este – Oeste ignorando os outros atores mundiais e a relevância da estabilidade económica e do desenvolvimento, na equação da segurança. (FERNANDES, 2011:195 a 199)

O desmembramento da ex-União Soviética e o fim da Guerra Fria, que teve início em 1989 com o derrube do muro de Berlim, resultaram no fim da bipolaridade mundial. Face à nova conjuntura internacional, a segurança passou a ser uma realidade de definição complexa.

Na última década do Século XX, os conceitos de segurança passam a enquadrar-se dentro de três grandes grupos: A tendência neo-realista, que prolonga a visão estatocêntrica da segurança, mas alargada a novas dimensões; a tendência realista civilizacional, baseada na segurança das civilizações; e as tendências críticas multiculturalistas e humanitárias, que têm em comum o ideal pós-positivista da segurança do indivíduo e dos diversos grupos que constituem a sociedade civil. (FERNANDES, 2011:200)

No pós Guerra Fria, a abordagem neo-realista à segurança, deve-se essencialmente a Barry Buzan, que alargou o conceito da dimensão militar, às dimensões individual, estadual, regional e sistémica, numa conceção integrada dos domínios político, militar, económico, social e ambiental. Contudo, o Estado continua a ser o principal ator na cena internacional e o objeto da segurança. (FERNANDES, 2011:201 a 203)

No que respeita à conceção realista-civilizacional, pode afirmar-se que deriva das ideias apresentadas na obra *The Clash of Civilizations. Remaking of World Order* (1996) de Samuel Huntington. Esta conceção de segurança anti personalista e anti universalista defende que o universalismo ilusório dos Direitos Humanos instiga o mundo Ocidental à intervenção nos assuntos das outras civilizações, promovendo a instabilidade mundial. Para Huntington, as dimensões político-militares e culturais, conjugadas com a dimensão económica, são centrais para a ocorrência de conflitos. (FERNANDES, 2011:203 a 204)

As conceções críticas, multiculturalistas e humanitárias; que são alvo de inúmeros autores e correntes (unidos pela crítica à posição realista tradicional), podem

subdividir-se em dois grandes grupos: o da abordagem multiculturalista, baseada em ideais humanitários; e o dos estudos críticos da segurança. A primeira abordagem defende uma nova preocupação com a segurança das pessoas, bem como com a paz, o desenvolvimento sustentado e a democratização, com preocupações ambientais, sociais e de cidadania. A segunda abordagem: Os estudos críticos da segurança (modelo de análise a utilizar neste trabalho), é inspirada na Escola de Frankfurt, Adorno, Horkheimer, Marcuse e Habermas, e defendida por Ken Booth; na qual o Estado passa a ser considerado como mais um ator na cena internacional, alargando a análise a uma realidade mais complexa e abrangente, onde se salientam os indivíduos, os grupos da sociedade civil e as componentes externa e interna dos Estados. (FERNANDES, 2011:205 a 207)

Na sequência dos modelos teóricos de análise do conceito de Segurança em RI apresentados, e face à atualidade do pensamento de Ken Booth, o modelo adotado neste trabalho será a “*critical theory of security*” da sua obra “*Theory of World Security*” (BOOTH, 2007). Esta opção surge inspirada pela afirmação de Karl Marx, de que “os filósofos apenas interpretam o mundo de formas diferentes e o importante é mudá-lo”, pelo que a ideia de abordar este trabalho numa perspetiva crítica, prende-se com o desejo de contribuir para promover a mudança no sentido do crescimento sustentável.

A segurança energética, também é um conceito que está longe de ser interpretado de forma consensual, todavia, segundo Daniel Yergin, pode definir-se, de forma simplificada como “o abastecimento fiável a preços razoáveis”. Porém, ao começar a decompor-se o conceito, torna-se obvia a complexidade do que é necessário concretizar para atingir essa segurança energética, bem como a necessidade de uma abordagem mais elaborada.

A segurança energética contribui de forma indelével para a segurança no sentido lato do termo. Qualquer interrupção no fluxo de fornecimento de energia a um país prejudica diretamente a sua economia e o bem-estar dos seus cidadãos com consequências na estabilidade política e social. Grande parte da humanidade no século XXI está dependente da energia, quer sob a forma de combustível para os veículos, como pela utilização da eletricidade que coloca em marcha todo o tipo de equipamentos facilitadores da vida quotidiana. Deve ainda considerar-se o funcionamento da indústria, dos transportes e do Estado, que são os maiores consumidores de energia. Assim sendo, o abastecimento satisfatório e contínuo de energia é uma pré-condição para o

crescimento económico, para a legitimação de uma entidade política e para o progresso de qualquer sociedade.

Atualmente, a percepção de segurança dominante continua a assentar na faculdade que os Estados e as sociedades possuem para manter a sua independência e integridade. Ou seja, a contenção das ameaças aos valores adquiridos por essas sociedades e que lhes proporcionam condições à existência humana. Desta se depreende que a incerteza relativamente à disponibilidade e possibilidade de utilização de fontes primárias de energia compromete a segurança na medida em que coloca em risco esses valores.

Segundo Catarina Mendes Leal, os Estados têm **dispositivos de curto, médio e longo prazo para aumentar a segurança energética** que são, respetivamente: a criação de reservas; a redução da procura através da política fiscal; e a diversificação de fontes de energia e das suas origens. Também afirma, que em termos teóricos existem **políticas para redução do risco**: diversificação de fontes de energia e das suas origens e edificação de infraestruturas adequadas; **políticas para a redução da dependência**: utilização de recursos energéticos endógenos e eficiência energética; e ainda as **políticas de resposta a situações de crise**. (LEAL, 2011: 397 a 409) Ao longo deste capítulo serão apresentados dois conceitos multidimensionais de segurança energética, o de Daniel Yergin e o de Florian Baumann, que embora possuam arrumação e detalhe distintos, em nada contrariam esta visão do conceito.

Neste capítulo serão desenvolvidos os conceitos chave da teoria crítica da segurança de Ken Booth e da segurança energética. No final do capítulo apresenta-se uma síntese das vertentes principais dos dois conceitos, numa perspetiva integrada.

I. 1. A Teoria Crítica da Segurança segundo Ken Booth¹ (BOOTH, 2007: 209 a 278)

Na sua obra “*Theory of World Security*”, Ken Booth apresenta uma abordagem holística ao tema da segurança na tentativa de construção de uma teoria crítica para a segurança, que tem como cenário o que denomina de “realismo emancipatório”.

Muitas pessoas reconhecem que o sistema político mundial, não funciona para a maioria dos habitantes do planeta. Acreditam que o futuro é ameaçador, mesmo para a

¹ Ken Booth é um académico inglês da teoria das Relações Internacionais, professor no *Department of International Politics, University of Wales - Aberystwyth*. É *Fellow of the British Academy* e editor da *Lynne Rienner 'Critical Security Studies' series* e do *Jornal International Relations*.

minoria privilegiada e têm consciência que o *business-as-usual*² a uma escala global não é a resposta para as ameaças iminentes, entre as quais a propagação dos perigos nucleares, o caos ambiental e a sobrecarga demográfica que se aproximam. Nesse sentido, o aforismo utilizado por *Gandhi* “Nós devemos ser a mudança que desejamos ver no mundo” faz sentido na análise das “Novas Relações Internacionais”.

Se a humanidade deseja atingir um nível de segurança mundial adequado, é necessário reconceber os estudos de segurança dos pressupostos estatistas, baseados no egoísmo racional, a favor de pressupostos e normas que privilegiem o potencial comunitário como um todo. Booth não afirma que a mudança para uma teoria baseada na sociabilidade humana, teorização crítica a nível global e realismo emancipatório, por si só pode trazer a segurança ao mundo, contudo, pode contribuir para facilitar a criação de condições de segurança, através da emancipação das pessoas e do desenvolvimento do sentido de comunidade.

A “*critical theory of security*” defendida por Ken Booth, está subdividida em três abordagens distintas: a **teoria “transcendental”**; a **teoria “pura”**; e a **teoria “prática”**. Seguidamente apresenta-se um resumo das ideias chave de cada abordagem e no final uma síntese das teorias.

A **teoria “transcendental”**, também definida pelo autor por teoria da “sociabilidade humana”, como o próprio nome indica, foca-se nos conceitos “social” e “humano”. Devido à complexidade, imprevisibilidade e liberdade intrínsecas ao ser humano, e aos sistemas sociais complexos criados por este, qualquer tentativa para entender o seu comportamento não pode ser reducionista, deve utilizar uma abordagem holística, pressupondo que a observação do todo é mais completa que a soma da observação das partes, e permitindo assim aproximar as conclusões da realidade.

A proteção das pessoas e dos valores humanos deve ser o referencial da segurança, nessa perspetiva, os Estados são os meios e as pessoas os fins da segurança. A característica que melhor distingue os seres humanos dos outros seres vivos é a sua consciência, particularidade que lhe dá a capacidade de fazer introspeções e reavaliar permanentemente a sua forma de atuar. Nesse sentido, tem vindo a desenvolver-se uma consciência global de cariz cosmopolita, onde os arranjos sociais instituídos (que

² “Proceder como é hábito” (tradução livre do autor).

dependem das opções e interesses dos seres humanos) estão constantemente a ser colocados em causa, tendo por referência os direitos humanos e a democracia.

Na sua essência, a história é uma visão subjetiva de historiadores influentes. Por vezes, essa visão apresenta uma imagem sombria do passado, que influencia as opções futuras. O que é inventado pode ser reinventado, pelo que é possível progredir através da libertação das ideias feitas do passado e da luta contra a falsa natureza eterna das coisas, negando constantemente a opção regressiva de fazer as coisas como é hábito, em detrimento da mudança no sentido da convergência cultural e da globalização, à luz dos direitos humanos e da democracia.

A **teoria “pura”**, também definida pelo autor por “teorização crítica a nível global”, como o próprio nome indica, foca-se nos conceitos “crítico” e “global”. Neste contexto, crítico significa que tenta desafiar a ordem instituída através da procura, análise e apoio a processos sociais com potencial para a obtenção de igualdade de direitos políticos, económicos e sociais. O termo global surge no sentido de que a análise deve ser efetuada de forma abrangente e detalhada.

Para ser crítico é indispensável a busca da verdade, com precisão e sinceridade, bem como ter a consciência de que a verdade absoluta é inacessível. A pesquisa da verdade necessita de ser ancorada em valores universais, que não necessitem de argumento, tais como o amor e a hospitalidade, bem como obriga o observador colocar-se fora do contexto do objeto de estudo, numa tentativa de atingir a neutralidade e daí fazer a sua análise com vista a chegar às conclusões.

Só é possível uma busca generalizada da verdade numa sociedade virtuosa, que tenha respeito pela evidência, pela lógica, pela imparcialidade e pela sinceridade, sem nunca descurar o contributo da emoção para a precisão dessa mesma verdade.

Todo o conhecimento é baseado em interesses, sejam eles técnicos, práticos ou emancipatórios. Para aferir o suporte da geração desse conhecimento, é necessário analisar a relação entre os factos e os valores em jogo. O conhecimento significa poder, e através de imagens, retórica e metáforas este tem a capacidade de gerar “regimes de verdade”. Considerando que as ideias têm influência nas formas de atuar, indagar se são as práticas que levam ao conhecimento, ou as ideias servem de prescrição é uma das características essenciais dos teorizadores críticos, e essa atitude permite testar se os “regimes de verdade” defendem ou não a segurança das pessoas.

A teoria da “resolução de problemas” aplicada por alguns realistas; replica, mantem a realidade instituída, enquanto a teoria crítica analisa as realidades com distância crítica e atitude analítica permanente. O objetivo da teoria crítica é a melhoria da ordem mundial e a resolução dos problemas através da obtenção de igualdade de direitos políticos, económicos e sociais. A teoria crítica é empírica sem ser empirista, ou seja baseia-se na verdade, não nega os factos, não evita explicar o mundo real mas está empenhada em compreender e mudar a sociedade ajudando-a a ser mais virtuosa.

A **teoria “prática”**, também definida pelo autor por “realismo emancipatório”, como o próprio nome indica, foca-se nos conceitos de “realismo” e “emancipação”. O realismo é abordagem teórica que analisa todas as RI como relações entre Estados na busca do poder, em que os atores não estatais não são contemplados. Já o neorealismo é uma modificação dessa abordagem, que abrange o reconhecimento dos recursos económicos como base para exercer influência, bem como a utilização de modelos económicos, de comportamento social e sistémicos, para explicar a política internacional. Neste contexto, emancipação é a obtenção de igualdade de direitos políticos, económicos e sociais.

Apesar dos maus exemplos da história, a maioria das disputas são resolvidas através de processos de negociação “civilizados” o que indicia a possibilidade de reconciliação e coexistência harmoniosa. Para garantir a prevenção de conflitos efetiva, torna-se necessário abolir gradualmente a tirania, o racismo, o hipernacionalismo, o imperialismo e a injustiça económica, e assim implementar um processo evolutivo com ideais benignos e pacíficos.

A antiga discussão teórica acerca dos “meios e dos fins” deve ser alvo de uma abordagem integrada, ancorada em princípios morais e éticos, em que os meios têm de ser proporcionais aos fins e não passíveis de os destruir. A libertação das pessoas da insegurança e da opressão, através da justiça, cooperação e redução da violência é o caminho da virtude, que permitirá a evolução da consciência humana e a criação de um comportamento coletivo em que a universalidade coexista com múltiplas realidades, permita o progresso e facilite a criação de uma comunidade global de comunidades.

A liberdade depende do equilíbrio entre os interesses em conflito e as aspirações das fações. De todas as liberdades, a mais importante, e base de todas as outras, é a liberdade de expressão, sem a qual não há oposição de ideias nem luta sistemática contra o erro. Para tal, é necessário alterar mentalidades e contrapor as forças culturais

relativistas e o poder económico instituído, de forma a facilitar a evolução e o progresso da humanidade com igualdade. Esta igualdade não pode ser interpretada como homogeneidade ou igualdade de oportunidade, mas sim como emancipação.

Para haver realismo emancipatório, é necessário uma democracia cosmopolita, em que existe transparência relativamente às organizações internacionais, empresas transnacionais e mercados, bem como a criação de uma comunidade política com regimes e normas de governação global que substituam gradualmente o Estado soberano; em que a paz seja feita por meios pacíficos, e se defendam a liberdade, a igualdade e a fraternidade.

Como síntese, a “critical theory of security” de Ken Booth, defende:

Devido à complexidade, imprevisibilidade e liberdade intrínsecas ao ser humano, e aos sistemas sociais complexos criados por este, qualquer tentativa de entender o seu comportamento deve utilizar uma abordagem holística. A proteção das pessoas e dos valores humanos deve ser o referencial da segurança, bem como o caminho adequado é criação de uma consciência global de cariz cosmopolita, onde os arranjos sociais instituídos sejam permanentemente escrutinados, no sentido da sua avaliação e aperfeiçoamento, tendo como referência os direitos humanos e a democracia.

É necessário incentivar o progresso, através da libertação da humanidade das ideias feitas do passado e da luta contra a falsa natureza eterna das coisas, bem com desafiar a ordem instituída através da procura, análise e apoio a processos sociais com potencial para a emancipação.

É imprescindível analisar as realidades com distância crítica e atitude analítica permanentes e averiguar se são as práticas que levam ao conhecimento, ou as ideias servem de prescrição, principalmente nos casos em que essa situação tenha efeitos negativos nas pessoas e nas sociedades.

A teoria crítica está empenhada em compreender e mudar a sociedade ajudando-a a ser mais virtuosa e possibilitando a reconciliação e coexistência harmoniosa dos povos tendo por base princípios morais e éticos. Os meios devem de ser proporcionais aos fins e as pessoas têm de ser libertadas da insegurança e da opressão, através da justiça, cooperação, redução da violência e, eventualmente, da criação de uma comunidade global de comunidades.

As forças culturais relativistas e o poder económico instituído têm de ser contrapostos, é necessário estimular a transparência relativamente às organizações internacionais, empresas transnacionais e mercados, bem como criar uma comunidade política com regimes e normas de governação global que substituam gradualmente o Estado soberano, em que a paz é feita sem o recurso à guerra, e se defendem a liberdade, a igualdade e a fraternidade.

O objetivo da teoria crítica é a melhoria da ordem mundial e a resolução dos problemas através da obtenção de igualdade de direitos políticos, económicos e sociais.

I. 2. O conceito de Segurança Energética segundo Daniel Yergin³

De acordo com Yergin (YERGIN, 2011: 264 a 283), a segurança energética é uma preocupação fundamental no século XXI, sem energia não seria possível redigir este texto num computador, navegar na internet ou utilizar meios de transporte modernos para ir trabalhar, fazer compras, ou passear. Atualmente, a humanidade vive baseada no consumo de energia; as pessoas utilizam energia para construir os edifícios onde moram e trabalham, para se aquecerem, para produzirem a roupa e os alimentos, para cuidarem da higiene pessoal, para se deslocarem, para trabalhar e para se divertirem. No entanto este modo de vida tem um custo elevado e obriga à manutenção de um sistema complexo.

A dependência dos sistemas de energia, bem como a sua complexidade e alcance crescentes, fazem sobressair a necessidade de compreender os riscos e os requisitos da segurança energética do século XXI. Cada vez mais, a preocupação com a segurança energética não é apenas fazer face às inúmeras ameaças, mas também diz respeito às **relações entre as nações**, a sua interação e quais os impactos que a energia tem na sua segurança nacional.

Em 1911, Winston Churchill tomou uma decisão histórica: mandou reconverter os navios britânicos de propulsão a Carvão, para Petróleo. Essa opção permitiu construir navios mais leves, mais rápidos e com maior autonomia; contudo criou um grande desafio – o abastecimento – já que as ilhas britânicas não têm Petróleo e à data este era

³ Daniel Yergin é doutorado pela Universidade de Cambridge e licenciado pela universidade de Yale. Entre outras, desempenha as funções de vice presidente da IHS, empresa de informação global em energia, economia, risco geopolítico, sustentabilidade e gestão da cadeia de abastecimentos e pertence ao *U.S. Secretary of Energy Advisory Board*. É autor de inúmeras obras e artigos, salientando-se *The Prize: The Epic Quest for Oil, Money and Power*, pela qual recebeu um Pulitzer e o *bestseller The Quest: Energy, Security, and the Remaking of the Modern World*.

procedente da Pérsia (atualmente Irão). Interrogado acerca dessa questão, Churchill respondeu aquilo que desde essa época tem sido a pedra angular para resolução do problema: “*Safety and certainty in oil lie in variety and variety alone*”⁴, essa perceção ainda hoje é uma componente fundamental da segurança energética.

Desde o início deste século, que se pode identificar um regresso ao problema da segurança energética, devido a **flutuações no mercado petrolífero**, à **volatilidade dos preços**, à **instabilidade em alguns países exportadores**, ao **terrorismo**, ao **renascimento dos nacionalismos devidos aos recursos**, ao **medo de disputas pelos abastecimentos**, aos **custos da energia importada** e às **rivalidades geopolíticas**. Na base de todos estes aspetos, está subjacente a necessidade fundamental que os países têm da disponibilidade de energia para alimentar o seu crescimento económico.

A segurança energética não diz respeito apenas ao Petróleo, o Gás Natural e os sistemas de produção, transformação e distribuição de energia elétrica também fazem parte da equação. Inicialmente o Gás Natural era apenas um combustível regional, mas atualmente existem inúmeros gasodutos e um aumento crescente da distribuição de Gás Natural Líquido (GNL) por rotas marítimas, pelo que este é cada vez mais um combustível global. Quanto à energia elétrica, apesar de não ser uma fonte primária de energia, pelo seu emprego generalizado, pela complexidade das suas redes e sistemas de gestão e pela vulnerabilidade que apresenta aos fatores climáticos (tempestades, furacões e sismos) e à sabotagem, é uma das fontes de energia com impacto mais rápido e significativo na segurança energética de um país⁵; Sem energia elétrica, não existe “era da informação”.

A definição mais corrente de segurança energética é: “**o abastecimento fiável a preços razoáveis**”, contudo existem várias dimensões a considerar:

1. **A segurança física** – proteção dos ativos, das infraestruturas, das redes de abastecimento e rotas de tráfego, bem como a manutenção de reservas para situações de crise;
2. **A disponibilidade de energia** – a habilidade de fisicamente, contratualmente e comercialmente garantir o acesso à energia;

⁴ “A segurança e certeza no petróleo baseia-se apenas, e só, na variedade” - tradução livre do autor.

⁵ Um exemplo relevante foi o impacto do furacão *Sandy* que assolou o nordeste norte-americano, no final de outubro de 2012, e levou a que milhões de utilizadores ficassem sem energia elétrica por longos períodos.

3. **O sistema de segurança energética** – composto pelas políticas nacionais e as instituições internacionais, que estão coordenadas para ajudar a manter o fluxo contínuo de abastecimentos e responder a emergências;
4. **O investimento** – sem o qual não é possível garantir os abastecimentos adequados e infraestruturas disponíveis no momento certo, e para o qual são necessárias políticas e um clima empresarial adequados que motivem investimentos que só têm retorno a longo prazo.

Os países importadores interpretam a segurança energética na vertente da “**segurança do abastecimento**”, enquanto os países exportadores, o fazem na perspectiva da “**segurança da procura**”. Os primeiros necessitam dos abastecimentos para garantir o seu modo de vida e o crescimento económico, os segundos para permitir o crescimento económico e manter a estabilidade social, já que geralmente o seu Produto Interno Bruto (PIB) depende em grande medida da venda de fontes primárias de energia.

Um dos principais fatores de ponderação da segurança energética é o grau de autonomia energética que um país possui. Quanto maior for a dependência do exterior, maior terá de ser a preocupação com os fatores externos que possam influenciar essa segurança, obrigando a uma reflexão sobre as opções disponíveis. Um lugar-comum muito defendido por algumas áreas políticas de países como os Estados Unidos da América (EUA) é a “independência energética”; Contudo mesmo um país com o potencial energético dos EUA (com imensos recursos naturais) em 2011 dependia 22% do exterior. Assim sendo, esta expressão deve ser assumida de forma menos literal, podendo sim falar-se em “grau de autonomia” e lutar para que este seja o mais elevado possível. Em países como Portugal, essa não é garantidamente a aspiração no curto e médio prazo, como se verá mais à frente no capítulo III.

A preocupação com a segurança energética começou fundamentalmente após a primeira crise do Petróleo no início dos anos 1970. Esta crise deveu-se a um embargo efetuado pelos países exportadores de Petróleo face ao apoio facultado pelos EUA no reabastecimento de armamento a Israel durante a guerra do *Yom Kippur*, em outubro de 1973. Nesta crise, os preços do Petróleo quase quadruplicaram, o embargo e a conseqüente disrupção surpreendeu o mundo, originou pânico, caos, escassez e desordem económica, gerando disputa entre as companhias petrolíferas, negociantes e

os países, trazendo à discussão a necessidade de adotar medidas para evitar que este tipo de conflitos voltasse a acontecer.

Para fazer face aos efeitos da crise petrolífera, em 1974, na Conferência de Energia de Washington, surgiu o Tratado Internacional de Energia (TIE), que esboçou um novo sistema de segurança energética, destinado a fazer frente a interrupções e crises, bem como a evitar situações de competição que possam destruir a aliança dos países ocidentais. O tratado permitiu a coordenação entre países industrializados em situações de interrupção de abastecimento de energia, e encorajou o paralelismo e colaboração entre as diferentes políticas energéticas. Também passou a servir como desencorajamento para a utilização do Petróleo como “arma” geopolítica, pelos países exportadores. Esse sistema, refinado, atualizado e alargado, continua a ser a base da segurança energética dos países importadores e permite manter a confiança nos períodos de incerteza e risco elevado. O tratado criou a Agência Internacional da Energia (AIE), que é o principal mecanismo para atingir os objetivos propostos, e que serve ainda de equilíbrio relativamente à Organização dos Países Exportadores de Petróleo⁶ (OPEP), permitindo aos países importadores fazer frente aos países exportadores de forma organizada e coordenada.

Uma das responsabilidades da AIE é coordenar a partilha de abastecimentos de emergência em situações de interrupção de abastecimentos. No âmbito do TIE, cada membro tem de manter uma reserva estratégica de Petróleo, ao nível dos Estados e dos privados, controlada pelos Estados. Estas reservas podem ser libertadas de forma coordenada em situação de carência de abastecimentos e a medida pode ser complementada com a redução temporária do consumo, em função da decisão dos países. As reservas estratégicas não devem ser utilizadas como ferramenta de controlo da flutuação dos preços por poderem transmitir uma ideia errada de não existirem alterações no mercado. Estas destinam-se apenas a ser um antídoto contra o pânico, uma fonte de confiança e um fator dissuasor de ações que possam interromper os abastecimentos. Desde que a AIE foi criada, as reservas estratégicas só foram libertadas três vezes: a primeira foi em 1990/91 durante a crise do Golfo, a segunda no verão de

⁶ Organização Internacional criada em 1960 na Conferência de Bagdad, que visa coordenar a política petrolífera dos países membros, centralizando a administração da atividade. Inclui o controlo de preços e do volume de produção, estabelecendo pressões no mercado.

2005 devido aos furacões Katrina e Rita e a **terceira e última em 2011, como resposta à perda continuada do abastecimento da Líbia, durante a guerra civil.**

Com o passar dos anos, a AIE tem vindo a promover o diálogo com os países consumidores não pertencentes à organização e com os países exportadores (OPEP e não OPEP), criando um ambiente completamente distinto do dos anos 1970, no sentido do desenvolvimento de um diálogo abrangente entre produtores e consumidores. A crise do Golfo no início dos anos 1990 foi o evento catalisador do aumento do diálogo entre os países, tendo já em 2009 sido desenvolvido um mecanismo de diálogo denominado *Joint Data Initiative* (JODI) com o objetivo de facultar maior visibilidade do abastecimento e da procura, bem como do inventário dos países, de forma a permitir ao mercado operar com mais e melhor informação. Os países participantes representam 90% da produção e consumo mundiais de Petróleo e Gás Natural.

A experiência da AIE fez sobressair alguns **princípios chave** para a criação de um sistema de emergência e que permitem aumentar a segurança energética em todas as suas dimensões. Estes dividem-se nos seguintes aspetos:

1. **Diversificação das fontes de abastecimento** – utilizar múltiplas fontes de abastecimento e fontes energéticas, reduz o impacto das disrupções, facultando alternativas, servindo os interesses do consumidores e dos produtores através da estabilidade a longo prazo;
2. **Resiliência** – através da manutenção de capacidade sobrança de produção, reservas estratégicas e da manutenção de uma capacidade adequada de *stocks* de produto e sobressalentes críticos ao longo da cadeia de abastecimentos (inclusive para as redes elétricas), bem como do planeamento antecipado de resolução de crises;
3. **Integração** – existe apenas um mercado mundial de Petróleo, que move 90 milhões de barris por dia e é complexo. Uma disrupção no abastecimento num determinado local tem impacto global, pelo que a segurança reside na estabilidade deste mercado como um todo;
4. **Informação** – fator fundamental para o bom funcionamento dos mercados, gera confiança e permite o investimento contínuo. A AIE e o Fórum Internacional da Energia (FIE) contribuem decisivamente para este aspeto;

5. **Mercados** – se forem grandes, flexíveis e a funcionar adequadamente, contribuem para a segurança absorvendo choques e permitindo que a oferta e a procura respondam mais rapidamente e com a máxima “ingenuidade” possível dentro de um sistema controlado. Os mercados respondem mais vezes com eficiência e eficácia do que uma gestão centralizada.

Contudo, a segurança energética ainda tem de ser expandida para responder às mudanças nas infraestruturas das tecnologias da informação e da economia mundial, bem como **é necessário proteger toda a cadeia de abastecimento**.

Outro fator digno de referência, são os **cyber ataques**, principalmente os que são orientados para as infraestruturas elétricas, que atualmente são geridas por sistemas informáticos sofisticados, mas suscetíveis de interferências externas por parte de *hackers*. Estes *hackers* podem executar os ataques pelas mais diversas razões, entre as quais: entretenimento, represália, tentativa de extorsão, procura de vantagem comercial, espionagem estatal ou terrorismo. Para fazer face a ataques desta natureza é necessário investimento e a criação de infraestruturas com tecnologia adequada e pessoal habilitado, tanto ao nível governamental como das empresas ligadas à energia.

A segurança energética tem de ser abordada não apenas na vertente do abastecimento de energia, mas também ao longo de toda a cadeia de abastecimento, desde a captação inicial até ao utilizador final. À medida que o comércio de energia se globaliza, atravessa cada vez mais fronteiras e utiliza mais vias terrestres e marítimas, pelo que a segurança da cadeia de abastecimento torna-se mais urgente e complexa. Para permitir a existência de segurança no âmbito da energia, é necessária a colaboração dos produtores e dos consumidores, bem como de todos os países por onde a fonte de energia transita. Mundialmente, os locais mais vulneráveis para o transporte de Petróleo e GNL são os pontos de estrangulamento ao longo das vias marítimas, face às ameaças de acidentes, ataques terroristas e conflitos militares. Os locais mais relevantes são: o estreito de Ormuz, o estreito de Malaca, O estreito do Bósforo, o estreito *Bab el-Mandeb*, o canal do Suez, o canal do Panamá e os estreitos dinamarqueses.

Da mesma forma que anos setenta do século XX, a criação da AIE permitiu prevenir a busca descontrolada de abastecimentos em situações de crise, evitando o aumento exagerado de preços e a conflitualidade entre os países ocidentais devido à carência de Petróleo; Com o rápido desenvolvimento económico da China e da Índia na atualidade, e a conseqüente transição da China para a situação de maior consumidor

mundial de energia em 2009, identifica-se a necessidade de continuar a fazer o trabalho diplomático no sentido da sua adesão à AIE, havendo para já um diálogo permanente em assuntos de energia através de memorandos de entendimento que têm permitido ao sistema o funcionamento com a segurança mínima adequada (existe um situação semelhante no que respeita à Rússia).

I. 3. O Conceito de Segurança Energética segundo Florian Baumann⁷

De acordo com Baumann (Baumann, 2008), podem definir-se quatro dimensões chave para a estabilização e salvaguarda do abastecimento de energia - e consequentemente para a segurança energética - que afetam quase todos os aspetos da vida humana, são elas: (i) a **dimensão política interna**; (ii) a **dimensão económica**; (iii) a **dimensão geopolítica**; e; (vi) a **dimensão de política de segurança**. No entanto, é fundamental ter em consideração que a segurança absoluta é impossível de atingir, mas com políticas adequadas os impactos de uma crise energética podem ser atenuados. Deve ainda salientar-se que devido à elevada interdependência entre países, nenhum Estado é suficientemente autónomo para conseguir dominar todos os fatores e efetuar todas as tarefas que permitam atingir um nível aceitável de segurança energética, sendo a cooperação uma pré-condição para o sucesso. Numa perspetiva europeia, a União Europeia (UE) poderá ser um ator promissor se Bruxelas decidir adotar medidas adequadas no âmbito da energia.

A **dimensão política interna** deve ser analisada nas seguintes vertentes:

1. **Investimento em infraestruturas** - cada Estado deve acautelar os meios que lhe garantam capacidade de produção, armazenamento e de distribuição de energia, bem como de armazenamento e constituição de reservas de combustíveis;
2. **Planeamento de emergência** - a par das reservas estratégicas, devem prever-se acordos de solidariedade entre Estados como forma de mitigar os efeitos de eventuais interrupções de fornecimento;
3. **Eficiência energética** - redução e otimização do consumo como forma de diminuir as necessidades energéticas e consequentemente os custos associados;

⁷ Florian Baumann é mestre e licenciado pela *Ludwig-Maximilians-Universität (LMU) Munich* e *Berkeley-University of California*. Trabalha no *Bavarian Ministry of Economic Affairs, Infrastructure, Transport, and Technology*, leciona ciência política na LMU, na Universidade das Forças Armadas da Alemanha e na Universidade Internacional de Munique. É investigador do *Center for Applied Policy Research (CAP)*, com trabalhos publicados relativos à segurança energética.

4. **Fuel mix** – adequado à realidade de cada país permite reduzir a dependência das exportações reforçando a utilização de recursos endógenos (geralmente energias renováveis e nuclear).

A **dimensão económica** deve ser analisada nas seguintes vertentes:

1. **Mercados energéticos** – sendo a liberalização o fator crucial para o aumento da segurança, por separar a energia dos interesses dos Estados, permitindo a livre concorrência com um serviço melhor para os clientes, fruto das lógicas de mercado;
2. **Comércio internacional** – com o mercado de energia baseado em contratos de longa duração e diversificação de fornecedores, sendo mais favorável o envolvimento das companhias nacionais na exploração e extração de fontes primárias de energia no exterior, por daí poderem tirar dividendos. A UE, os seus Estados-membros e outros atores relevantes, podem ainda promover a implementação global de legislação sob a égide da Organização Mundial do Comércio⁸ (OMC), para facilitar o relacionamento entre Estados e organizações;
3. **Liderança tecnológica** – para aumentar a eficiência na produção e consumo de combustíveis, facilitar a utilização de fontes alternativas de energia e de tecnologias que permitam reduzir custos.

A **dimensão geopolítica** deve ser analisada sob os seguintes aspetos:

1. **Redes transnacionais** - a ação geopolítica deve concentrar-se no facto dos recursos energéticos serem transportados a longas distâncias, cruzando inúmeros territórios, pelo que é necessária uma ação concertada para garantir a segurança do transporte. Enquanto os serviços de energia não estiverem sob a alçada da OMC, têm que ser utilizadas outras formas de criar regras comuns, como sejam através de acordos ao nível dos mercados regionais da UE;
2. **Energy Charter Treaty**⁹ - que prevê: tratamento preferencial para investimentos estrangeiros; não discriminação no comércio de materiais, produtos e

⁸ A Organização Mundial do Comércio (OMC) é a única organização internacional global que trata das regras do comércio entre as nações. O objetivo é ajudar os produtores de bens e serviços, exportadores e importadores a realizarem os seus negócios através de acordos negociados e assinados pela maioria das nações comerciais do mundo e ratificados por seus parlamentos.

⁹ O *Energy Charter Treaty* é um acordo internacional que prevê um quadro multilateral para a passagem de energia, comércio e investimentos. Originalmente, o processo da Carta da Energia teve como base a integração dos sectores da energia da União Soviética e da Europa Oriental no final da Guerra Fria.

equipamentos; regulamentação para fazer face a disputas; e a promoção da eficiência energética. Todavia, não foi ratificado pela Rússia e tem os EUA, Arábia Saudita, Irão, **Argélia** e outros países **apenas como observadores**, o que não favorece a sua aplicação. O alargamento da sua aceitação permitiria maior segurança energética através do incremento da transparência e organização do mercado de energia;

3. **Renacionalização** - é uma ameaça devido à falta de respeito que os Estados tendencialmente têm pelas regras de mercado, podendo mesmo vir a utilizar a energia como arma política;
4. **Soft power**¹⁰ - necessidade de conceitos e meios estratégicos holísticos para lidar com Estados frágeis como forma de promover a democratização, boa governação e fortalecer a segurança. A UE pode contribuir desenvolvendo uma política externa integrada e robusta.

A **dimensão de política de segurança** deve ser analisada considerando a necessidade de fazer face a ataques terroristas e pirataria, através da cooperação com os Estados mais vulneráveis e com o emprego de uma política convencional de segurança, nas seguintes vertentes:

1. **Segurança das infraestruturas de energia** - estratégia de segurança dos abastecimentos com recurso a todo o tipo de meios, inclusivamente os meios militares, criando capacidades multilaterais de resposta rápida;
2. **Hard power**¹¹ - Eventualmente com recurso a Forças Armadas (solução de último recurso), para garantir a proteção física das infraestruturas, resolver os conflitos e garantir a segurança das vias de comunicação.

I. 4. Síntese e considerações

Como foi visto ao longo deste capítulo, a energia é uma das pedras angulares da sobrevivência do modelo humano de crescimento económico e social atual,

¹⁰ *Soft power* (“*poder suave*”) é um conceito desenvolvido por Joseph Nye, da Universidade de Harvard, para descrever a capacidade de atrair e cooperar em vez de coagir, usar a força ou dar dinheiro como meio de persuasão. É utilizado por um Estado para influenciar indiretamente o comportamento ou interesses de outros corpos políticos por meios culturais ou ideológicos.

¹¹ *Hard power* (“*poder duro*”) é um conceito usado na teoria de Relações Internacionais para referir o poder nacional que advém de meios militares e económicos. Descreve uma capacidade nacional de coagir ou induzir outra nação a executar uma determinada modalidade de ação.

influenciando decisivamente as relações entre Estados. Sem o acesso a fontes primárias de energia, o mundo seria muito diferente do que se conhece, pelo que a segurança energética é um imperativo de sobrevivência da humanidade e do crescimento sustentável no atual paradigma.

Sendo a energia um fator tão relevante, é legítimo teorizar acerca do conceito de Segurança Energética e de alguma forma tentar estabelecer os pontos de contacto entre uma definição abrangente e credível desse conceito, como a defendida por Daniel Yergin, uma definição multidimensional de cariz europeu, como a de Florian Baumann e entre essas e a Teoria Crítica da Segurança de Ken Booth que, na sua essência, tenta integrar todas as teorias da segurança anteriores, sugerindo soluções para as suas fraquezas, e colocando em questão a posição determinista das correntes de pensamento mais conservadoras.

Inicialmente verificou-se que para aumentar a segurança energética os Estados podem criar reservas, reduzir a procura através da política fiscal, diversificar as fontes de energia e as suas origens, edificar infraestruturas adequadas, utilizar recursos energéticos endógenos, investir na eficiência energética e desenvolver políticas de resposta a situações de crise. Analisando e comparando os conceitos de segurança energética de Yergin e Baumann, pode concluir-se que no geral fazem uma abordagem idêntica ao problema, apenas mais detalhada e sistematizada de formas distintas.

Yergin distingue as dimensões da segurança energética dos princípios chave para a criação de um sistema de emergência através de um racional que permite compreender as dimensões, que são as grandes áreas em que subdivide o problema e os princípios, que são as convicções de facto, ou rudimentos para a criação de um sistema de emergência suficientemente abrangente, que permita aumentar a segurança energética de um país. No caso de Baumann, apenas são identificadas as dimensões, subdivididas em vertentes, sendo que estas não podem ser objeto de comparação direta com as dimensões definidas por Yergin (com exceção da dimensão política de segurança, de Baumann, por comparação com a dimensão de segurança física de Yergin).

Sem pretender fazer uma comparação exaustiva de todos os fatores, por não haver utilidade prática no exercício, Baumann releva a importância da eficiência energética, da liderança tecnológica e do problema da renacionalização de infraestruturas energéticas, fatores que Yergin também considera, mas integrando-os

nas dimensões e nos princípios. Adicionalmente, Baumann não refere a importância da disponibilidade de informação para a segurança energética, o que é claramente uma debilidade da sua teoria. Para finalizar, Yergin não faz referência ao *Energy Charter Treaty*, opção compreensível visto que os EUA são apenas um país observador do Tratado, contudo salienta a importância da coordenação das políticas energéticas e dos contratos.

Pela melhor sistematização conseguida através da separação entre dimensões e princípios, e pelo equilíbrio na identificação dos fatores, considera-se que o conceito de segurança energética apresentado por Daniel Yergin é mais abrangente e objetivo, passando doravante a ser o adotado neste trabalho.

As teorias das Relações Internacionais têm por objetivo fundamental descrever a realidade, com o intuito de a interpretar e dar pistas para o futuro. Contudo, não existe uma teoria capaz de por si só abranger todas as realidades. A teoria crítica, especialmente na configuração defendida por Ken Booth, não só descreve as realidades como tenta influenciar essas mesmas realidades com o objetivo de contribuir para aumentar a **segurança das pessoas**. A segurança energética, não é mais do que uma componente da própria segurança, e o seu fim último também é a **segurança das pessoas**. As pessoas são as consumidoras de energia, e por essa razão, os Estados necessitam de encontrar formas de a produzir, armazenar, distribuir e garantir o seu fluxo adequado, sob pena de verem o modo de vida das pessoas regredir de forma impensável e inaceitável.

Yergin defende que a Segurança Energética é um conceito multidimensional e que existem alguns princípios chave para a criação de um sistema de emergência que permitem melhorar a segurança do abastecimento energético (perspetiva dos consumidores) e a segurança da procura (perspetiva dos fornecedores). Para garantir a segurança energética, é necessário uma **abordagem holística** ao problema.

Booth aceita que os Estados são atores relevantes nas relações internacionais, mas defende que a verdadeira segurança só pode ser atingida através de um realismo emancipatório, em que o referencial e o fim último da segurança são as pessoas. Para garantir a segurança das pessoas, é necessária uma **abordagem holística** ao problema e trabalhar no sentido da sua emancipação, ou seja: a igualdade de direitos políticos, económicos e sociais.

Para **Yergin**, as dimensões da segurança energética a considerar são: a segurança física; a disponibilidade de energia; o sistema de segurança energética e o investimento. Para **Booth**, o caminho da segurança passa por resolver as disputas de forma civilizada, privilegiar o potencial comunitário como um todo e criar um comportamento coletivo, facilitador da democracia e do progresso.

A segurança física atinge-se com mais eficácia resolvendo as disputas de forma civilizada; a disponibilidade de energia (principalmente para os países com escassos recursos energéticos) aumenta com o aproveitamento do potencial comunitário mundial como um todo, através do incremento na partilha dos recursos; um comportamento coletivo, facilitador da democracia e do progresso globais, que beneficiem a **estabilidade** mundial, facilitam a criação de um sistema de segurança energético e a captação de investimento.

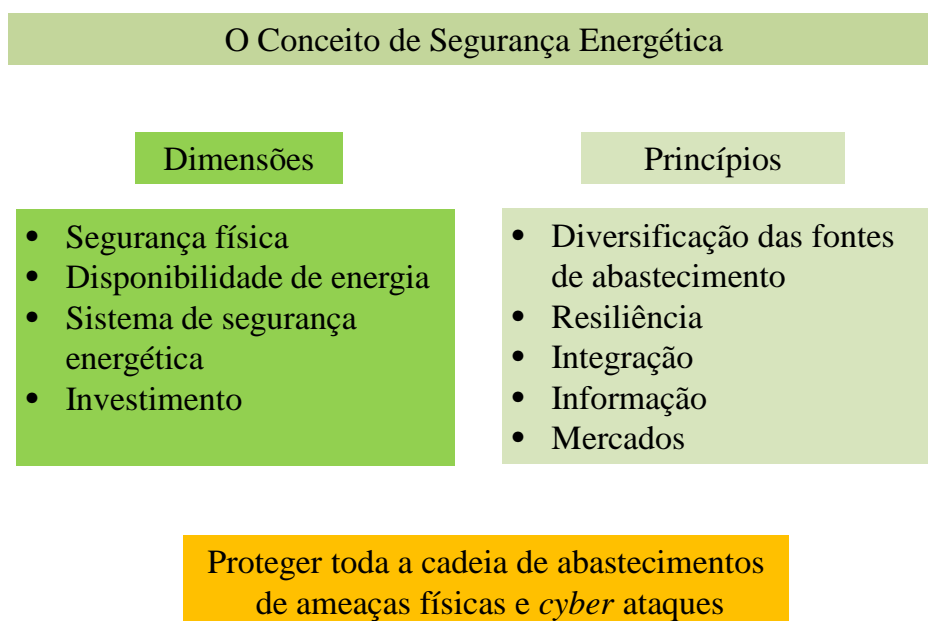
A **estabilidade** dos países fornecedores e de trânsito da energia é o requisito mais eficaz para garantir a segurança física da cadeia de abastecimento e o investimento externo em infraestruturas energéticas. Analogamente, a **estabilidade** é um fator facilitador da coordenação das políticas nacionais com as instituições internacionais, com vista a permitir um sistema de segurança energética que garanta o fluxo contínuo do abastecimento de energia aos países consumidores.

Dos princípios chave que permitem a criação de um sistema de emergência para aumentar a segurança energética em todas as suas dimensões, salienta-se a **integração** do mercado mundial de Petróleo e de Gás Natural, e a **transparência** na partilha da **informação** que garante o bom funcionamento dos mercados. Essa **transparência** relativamente às organizações internacionais, empresas transnacionais e mercados é uma das pedras angulares da Teoria Crítica de Ken Booth. Face à integração cada vez maior dos mercados energéticos, e ao interesse mútuo entre consumidores e produtores, o diálogo e coordenação têm vindo a ser aprofundados no sentido de permitir o funcionamento do mercado energético com o mínimo de flutuações. Os produtores de energia necessitam de acesso aos mercados para escoamento dos seus produtos e os consumidores necessitam dos países exportadores e de empresas com as quais seja possível cooperar de forma justa e transparente.

Considerando a elevada interdependência que existe entre os países produtores e consumidores de fontes primárias de energia, para a comunidade internacional poder ambicionar um nível adequado de segurança energética, é necessário ter visão para no

longo prazo criar e aprofundar o comportamento coletivo e promover a emancipação gradual dos Estados, no sentido de estes abolirem a tirania, o racismo, o hipernacionalismo, o imperialismo e a injustiça económica, consentindo às sociedades o progresso económico com sustentabilidade social e ambiental.

Figura 1: O Conceito de Segurança Energética



Fonte: Emanuel Sebastião com base em YERGIN, Daniel (2011) - The Quest: Security and the Remaking of the Modern World p. 264 a 283

Face ao apresentado e devido às flutuações no mercado petrolífero, à volatilidade dos preços, à instabilidade em alguns países exportadores, ao terrorismo, ao renascimento dos nacionalismos devidos aos recursos, ao medo de disputas pelos abastecimentos, aos custos da energia importada e às rivalidades geopolíticas, para ter segurança energética um país deve dispor de abastecimento fiável de fontes primárias de energia a preços razoáveis, considerando as dimensões da **segurança física**, da **disponibilidade de energia**, do **sistema de segurança energética** e do **investimento**. Adicionalmente deve dispor de um sistema de emergência que permita aumentar a segurança energética em todas as dimensões, respeitando os seguintes princípios: **Diversificação das fontes de abastecimento**, **resiliência**, **integração**, **informação** e **mercados**. Finalmente, **toda a cadeia de abastecimentos deve ser protegida de ameaças físicas e *cyber* ataques**.

Capítulo II: Análise geopolítica da Argélia

A finalidade deste capítulo é apresentar uma breve análise geopolítica da Argélia, utilizando como guia o modelo do Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM). Os fatores analisados foram escolhidos e tratados com a profundidade adequada ao objetivo do trabalho. A cada fator corresponde um subcapítulo de acordo com a seguinte sequência: físico, histórico, humano, político, militar, económico e energético. No último subcapítulo apresentam-se as conclusões sobre os pontos fortes e as vulnerabilidades decorrentes de cada fator e algumas considerações relevantes.

II. 1. Aspectos da geografia física da Argélia (LC-FRD, 2008: 7 a 9) e (TWF-CIA, 2012)

A Argélia localiza-se no norte de África, junto ao mar mediterrâneo, entre Marrocos e a Tunísia. Tem uma área de aproximadamente 2,4 milhões de quilómetros quadrados, dos quais mais de quatro quintos são deserto. É aproximadamente 26 vezes maior do que Portugal e é o maior país africano. As suas fronteiras totalizam 6.343 km, com a seguinte configuração: Marrocos – 1.559 km; Mali – 1.374 km; Líbia – 982 km; Tunísia 965 km; Níger: 956 km; Mauritânia – 463 km e Saara Ocidental – 42 km. A linha de costa com o mar mediterrâneo tem 998 km e estende-se entre Marrocos e a Tunísia.

Figura 2: Mapa político da Argélia



Fonte: Africa Turismo, [Em linha, referência de 07 de agosto de 2012] disponível em

<http://www.africa-turismo.com/imagens/argelia-mapa.jpg>

A Argélia tem disputas territoriais com Marrocos e com a Líbia. Existem disputas entre a Argélia e Marrocos, relacionadas com contrabando fronteiriço, jurisdição territorial no sudeste de Marrocos e devido à reivindicação de Marrocos sobre o Saara Ocidental. A Líbia reivindica 32.000 km² do sudeste da Argélia. Internacionalmente, a Argélia reivindica 12 milhas náuticas de águas territoriais e uma zona de pesca exclusiva entre as 32 e as 54 milhas náuticas.

No que diz respeito à topografia, existe um grande contraste entre a região norte, com solos relativamente férteis e dominada pela cordilheira do Grande Atlas e a região sul, com a imensidão do deserto do Saara. A faixa norte é o coração do país, contém a maioria das cidades e da população. É constituída por colinas e planícies junto à região costeira e as cadeias de montanhas, vales e bacias que formam a cordilheira do Grande Atlas. A sul dessa faixa, a este de Marrocos, encontra-se uma vasta região de planaltos que se estende por mais de 600 km. Esta região consiste num género de estepe ondulada entre a zona norte das montanhas do Grande Atlas e zona Sul do Atlas do Saara. O planalto tem altitudes médias que variam desde os 1.100 a 1.300m a oeste, e 400m a Este. Na região nordeste, a orografia é paralela à costa. A parcela do deserto do Saara que pertence à Argélia estende-se desde o sul do Atlas do Saara, por 1.500 km até às fronteiras com o Níger e o Mali. O deserto é uma região inóspita, mas com alguma variedade; Cerca de 25% é composto por dunas e o restante por plataformas rochosas, sendo que no sudeste tem as regiões com maior altitude. O maior rio Argelino é o *Chelif*, que nasce no Atlas do Saara e escoia através do Grande Atlas para o mar mediterrâneo, na cidade de *Mostaganem*.

Na região costeira e nos vales das regiões montanhosas, o clima Argelino é mediterrânico, com invernos amenos e moderadamente chuvosos e temperaturas na média dos 21 a 23° C no verão e 10 a 12°C no inverno. Na região planáltica, a temperatura média e precipitação, são inferiores. O deserto é quente e árido, com elevada variação de temperatura ao longo do dia. A precipitação de chuva é abundante na zona costeira, atingindo valores anuais da ordem dos 400 a 670 mm, com maior incidência no nordeste do país que chega a atingir os 1.000 mm.

Os recursos naturais Argelinos consistem em Petróleo, Gás Natural, minério de ferro, fosfatos, urânio, chumbo e zinco.

Em 2007, a Argélia tinha 3% do solo arável, 0% com culturas permanente, 13% com pastos permanentes e 84% de outros tipos. Existe uma tendência de evolução do

deserto para as regiões planálticas e costeiras, que adicionada ao uso abusivo dos solos férteis com práticas agrícolas indevidas e sobre pastoreio, têm levado à erosão do solo. O lançamento de esgotos e resíduos provenientes da indústria petroquímica tem prejudicado a costa do mediterrâneo, a água doce é escassa.

II. 2. A história argelina

II. 2. a. Até à independência da Argélia (TCEE, 2007)

Os primeiros habitantes da região denominada atualmente por Argélia foram povos berberes, que no segundo milénio A.C. viviam em pequenas unidades políticas, coincidentes com as povoações. No séc. IX A.C., os cartagineses que viviam na região da moderna Tunísia, estabeleceram postos comerciais na área costeira da Argélia, que era à data conhecida por Numídia.

Em 146 A.C., Roma destruiu Cartago e, em 106 A.C., depois de derrotar o Rei *Jugurta* (117-105 A.C.) da Numídia, passou a dominar a costa Argelina e o território até à cadeia montanhosa do Atlas e ao planalto de *Chotts*. O restante território que atualmente pertence à Argélia, permaneceu sob controlo berbere. Durante o domínio romano, realizaram-se inúmeros trabalhos de construção, tais como cidades, estradas e aquedutos e a região foi um importante fornecedor de cereais a Roma. Na era cristã, embora a região fizesse parte do Império Romano, acabou por não ter grande relevância para este.

No séc. V, a civilização romana na Argélia já tinha sido erodida pelas incursões dos berberes e dos vândalos (no seu caminho para a Tunísia em 430-431 D.C.), marcando o fim do domínio romano. Nessa época, a Argélia voltou a ser controlada por inúmeras unidades políticas indígenas. O Império Bizantino incluiu algumas regiões a este de Argel, na zona costeira do norte de África.

No final do séc. VII e início do séc. VIII, os árabes muçulmanos conquistaram a Argélia e expulsaram os bizantinos. Pese embora apenas alguns árabes tenham ficado na região, estes exerceram uma profunda influência, levando a que a maioria dos povos berberes se tenha convertido ao Islão e absorvido gradualmente a língua e cultura árabe. Os casamentos entre árabes e berberes contribuíram decisivamente para o processo. Nessa época, existiram inúmeros pequenos Estados árabes, sob a influência da Tunísia e de Marrocos, em função da proximidade geográfica.

No final do séc. XV, a Espanha expulsou os árabes e conquistou as regiões costeiras. Então, os argelinos solicitaram o apoio aos piratas turcos, especialmente *Barbarossa*¹² e, com o apoio do Império Otomano, conseguiram, já no séc. XVI extinguir o domínio espanhol.

A Argélia passou então a estar sob o domínio dos Otomanos, que inicialmente governaram o país de Constantinopla. Mas em 1671 foi eleito um Dey¹³, que passou a ser o Chefe de Estado da Argélia. Nesta época, o país foi dividido em 3 províncias, sob a responsabilidade de um *Bey*, que era o governador “provincial”. Contudo, o poder destas entidades não se estendia muito para além das montanhas do Atlas. A pirataria era uma das maiores fontes de rendimento dos governadores e atingiu o seu pico nos séc. XVI e XVII, sendo a região costeira o seu abrigo. Os portos argelinos eram importantes locais para a exportação de trigo, fruta e tecidos, bem como para comércio de escravos (na sua maioria capturados pelos piratas).

Num esforço para desencorajar a pirataria a partir dos portos Argelinos, em 1816 uma frota Britânica bombardeou Argel. Nesta época, o poder do *Dey*, altamente limitado pelos três *Beys*, e pelos grupos Berberes independentes, circunscrevia-se apenas a uma pequena parte da região costeira. Na década de 1820, uma pequena disputa com a França resultou na imposição de um bloqueio naval à Argélia, e na sua invasão em 1830. No entanto, a maioria do país conseguiu resistir.

Em 1830, França decidiu atacar o país, tendo em 1837, consumado a conquista de Constantina, a última cidade independente de grande dimensão. Mas, o líder Berbere – Abd al-Kader, cujo poder estava baseado em Orão, resistiu até 1847, quando o General Thomas Robert Bugeaud, *marquis de La Piconnerie, duc d'Isly* liderou uma campanha militar contra a cidade. A colonização europeia iniciou-se em 1840 e acelerou depois de 1848, ano em que a Argélia foi declarada território francês. Em 1880, já existiam aproximadamente 375.000 descendentes de europeus, e estes controlavam a maioria dos terrenos férteis. Todavia, até 1910 continuaram a ser alvo de resistência por parte de Cabília¹⁴.

¹² O pirata turco conhecido por “Barba Ruiva”, cuja atuação foi fundamental para o domínio Otomano do mediterrâneo.

¹³ Governador nomeado de entre os líderes civis, militares e piratas. O poder era vitalício e independente do Império Otomano.

¹⁴ Região montanhosa do norte da Argélia que faz parte da cordilheira do Atlas e é banhada pelo mar Mediterrâneo.

Em 1900, sob a direção de um Governador-geral, o país passou a deter autonomia administrativa e financeira. Nesta época, os colonos desenvolveram a agricultura, a indústria e construíram inúmeras obras públicas, modernizando o país. Porém, as melhorias destinavam-se apenas aos europeus, sendo que os povos árabes pouco beneficiavam delas e as populações mantinham-se separadas.

Depois da I Guerra Mundial, os árabes criaram dois tipos de grupos de protesto: um que reivindicava o controle total da Argélia, inspirado por Messali Hadj, que em 1924 fundou o Movimento da Estrela Norte Africana (ENA), posteriormente Partido do Povo Argelino (PPA) e, finalmente, Movimento para o Triunfo da Liberdade Democrática (MTLD); e outro que procurava a assimilação com a França, defendendo a igualdade entre árabes e europeus na Argélia, inspirado por Ferhat Abbas, que mais tarde, face à resistência francesa, passou a defender a autonomia (a meio da década de 1940) e depois a completa independência (a meio da década de 1950).

Durante a II Guerra Mundial, inicialmente a Argélia ficou sob o regime de Vichy, mas mais tarde (1942) passou a ser o Quartel-general Aliado no Norte de África, bem como sede do Governo livre de Charles de Gaulle. Em 1945, em Sétif, ocorreu uma sublevação nacionalista espontânea que levou à morte de 100 europeus. França respondeu violentamente, tendo levado à morte, no mínimo, 1500 não europeus (existem estimativas que apontam para 45.000 mortos). Em 1947, a Assembleia Nacional Francesa aumentou oficialmente o poder político dos povos árabes no país, contudo a maioria das alterações não chegaram a ser implementadas.

Em 1954, através da secessão do MTLD, formou-se um grupo muçulmano radical, denominado Frente de Libertação Nacional (FLN), com um braço armado – Exército de Libertação Nacional (ALN), liderado por Houari Boumediene. Este grupo atacou postos da polícia e outros órgãos governamentais na região Batna-Constantina, ações que gradualmente influenciaram outras regiões do país. A outra facção do MTLD reorganizou-se no Movimento Nacionalista Argelino (MNA), liderado por Messali, e que competiu e lutou contra a FLN, sem sucesso.

Em 1955, a FLN incrementou as suas atividades subversivas, conseguindo em 1956, ter o apoio da maioria dos Argelinos (exceto Messali) e dominar a grande parte das zonas rurais. Em 1957, a França conseguiu reduzir a capacidade da resistência e a FLN teve de concentrar a sua atividade das zonas rurais. Em 1958 houve demonstrações dos colonos e elementos do Exército francês, no sentido de evitar a entrega do poder aos

Argelinos. A luta continuou, e em 1959 a FLN estabeleceu em Túnis o Governo Provisório da República Argelina (GPRA), com Ferhat Abbas como primeiro-ministro.

Em 1960, de Charles de Gaulle, reconheceu a inevitabilidade da Argélia obter alguma forma de independência (havendo no entanto o problema de quase um milhão de colonos europeus, muitos dos quais tinham nascido na Argélia). Após inúmeros protestos dos colonos, em 1961 de Gaulle conseguiu apaziguar os ânimos. A meio do ano de 1961, Ferhat Abbas demitiu-se e Ben Yusuf Ben Khedda sucedeu-o como primeiro ministro do GPRA. Logo de seguida iniciaram-se as negociações com o governo francês, tendo sido assinado um acordo, em 1962, que pôs fim aos combates e definiu um período de transição. Ainda houve uma tentativa de evitar a independência, por parte da Organização Secreta do Exército (OAS), mas o seu líder (General Raoul Albin Louis Salan), foi capturado e a revolta subjugada.

Os resultados dos mais de sete anos de combates estimam-se em 100.000 mortos árabes e berberes e 10.000 mortos franceses, para além dos milhares de civis.

II. 2. b. O período de transição (TCEE, 2007)

A 1 de julho de 1962, o povo argelino votou quase por unanimidade num referendo a favor da independência da Argélia, em 3 de julho, França reconheceu a soberania da Argélia.

Em resultado dos combates e do êxodo dos colonos, a economia argelina ficou destroçada. Ben Khedda, o líder moderado do GPRA, formou o governo inicial, mas em setembro de 1962 foi substituído como primeiro-ministro por Ahmed Ben Bella, um esquerdista radical que apoiou o ALN. A Assembleia Constituinte decidiu criar um governo com forte índole presidencialista, sendo Ben Bella eleito presidente, em setembro de 1963. Ben Bella, adotou uma política de concentração de poder e nacionalização dos agentes económicos, que até 1965, originou a revolta do grupo Berbere Frente das Forças Socialistas (FFS), organização que tinha combatido o regime francês e que se virava agora contra o novo regime Árabe.

Em 1965, Ben Bella foi deposto por Huoari Boumedienne através de um golpe de Estado. Boumedienne, o anterior Ministro da Defesa, suspendeu a Constituição e estabeleceu um conselho revolucionário para governar, do qual passou a ser Presidente. Inicialmente enfrentou a resistência dos estudantes e grupos regionais, mas acabou por conseguir consolidar o seu poder em 1968.

Após um período inicial, Boumedienne aumentou o envolvimento nas questões económicas e, em 1971, nacionalizou as empresas francesas de Petróleo e Gás Natural (em 1972 a produção atingiu o auge). **O choque petrolífero de 1973-74 aumentou substancialmente o preço do Petróleo e do Gás Natural, incrementando o lucro das exportações argelinas e melhorando as condições financeiras do regime.**

Huoari Boumedienne morreu em 1978, sendo sucedido interinamente por Rabah Bitat e depois pelo líder da FLN, Coronel Chadli Bendjedid. Em 1980, os Berberes revoltaram-se contra a legislação que impunha a língua Árabe como a única língua oficial argelina.

Em 1986, **o colapso global do preço do Petróleo, afundou o país numa severa recessão.** Em 1988, inúmeros tumultos levaram a um conjunto de reformas constitucionais, que culminaram em 1989 com a legalização dos partidos da oposição e a institucionalização do direito à greve. Foi também estabelecido o controlo dos órgãos de comunicação social (há quem afirme que a “Primavera Árabe argelina” aconteceu nestes anos).

A agitação social resultante da ascensão do radicalismo islâmico originou o adiamento das eleições marcadas para junho de 1991. Quando em dezembro foi feita a primeira volta das eleições, a Frente Islâmica de Salvação (FIS), surgiu em posição de destaque (também tinham ganho as eleições autárquicas), com elevada probabilidade de vencer a segunda volta. Porém, devido à pressão, Bendjedid demitiu-se no início de 1992 e os militares cancelaram a segunda volta, prendendo todos os ativistas do FIS e banindo o partido. Os militantes islâmicos responderam com uma campanha de violência, mas um conselho militar interino tomou o poder, com o antigo líder independentista Mohammed Boudiaf como presidente. Boudiaf foi assassinado em Junho de 1992 e sucedido por Ali Hussain Kafi.

Em Janeiro de 1994, o General Liamine Zéroual foi nomeado presidente. Durante a sua presidência, houve algumas tentativas de negociação com a oposição islâmica, mas sem sucesso. Em Novembro de 1995, Zéroual foi reeleito, tendo estas eleições sido boicotadas pelos islamitas. A luta continuou, afundando o país numa **guerra civil**. Em 1999 Zéroual abdicou da presidência.

Das eleições presidenciais de Abril de 1999, saiu vencedor Abdelaziz Bouteflika, o candidato da oligarquia militar. Todos os candidatos da oposição retiraram a candidatura antes da votação, reclamando parcialidade no ato eleitoral.

Figura 3: Bouteflika revista as tropas



Fonte: Cameroun online, [Em linha, referência de 07 de agosto de 2012] disponível em <http://www.cameroun-online.com/images/site/news/1341475523-bouteflika.jpg>

II. 2. c. A época Bouteflika (TCEE, 2007)

O Exército Islâmico de Salvação (AIS), braço armado da FIS, renunciou à luta armada em 1999, foi garantida amnistia aos seus membros e estes foram convidados a combater as outras guerrilhas radicais, conjuntamente com as forças governamentais. Em Janeiro de 2000, o presidente Bouteflika garantiu o perdão total às forças do AIS e o governo anunciou que 80% das guerrilhas islâmicas se renderam. Desde então a violência tem diminuído, mas continuam a existir confrontos. Estima-se que tenham morrido 150.000 pessoas desde 1992.

Após este período, verificou-se um aumento da corrupção governamental, pobreza e desemprego (estimado em 30%). Adicionalmente, em 2001 houve várias demonstrações e confrontos dos Berberes com a polícia, por descontentamento do Árabe ser a única língua oficial (situação que se alterou no ano seguinte) e com a situação económica do país, face à gestão dos Argelinos não Berberes.

As eleições parlamentares de Maio de 2002 foram boicotadas por um conjunto de partidos da oposição e vários eleitores. A FLN ganhou mais de metade dos lugares.

Em Maio de 2003 houve um violento terramoto na Argélia, com mais de 2200 mortos, ao qual a resposta do governo não foi adequada. Este facto exaltou os ânimos da população aumentando a crítica ao governo. No final do ano, tensões entre o presidente e Ali Benflis, líder da FLN, levou a uma cisão no governo e no partido. Nas eleições de

Abril de 2004, Bouteflika venceu novamente, com 83% dos votos, o que levou Benflis, o seu principal oponente, a acusar o governo de fraude eleitoral. No entanto, para os observadores, foram as eleições mais justas até aquela data.

Em 2005, o governo conseguiu um acordo com os líderes Berberes, que garantia a ajuda económica e o reconhecimento da língua e cultura Berbere, no entanto, muitas das supostas cedências nunca se concretizaram. Os eleitores aprovaram um plano de reconciliação nacional, que garantiu a amnistia a numerosos islamitas subversivos e forças de segurança governamentais, com compensação financeira das famílias das pessoas mortas pelos subversores. O plano, que foi criticado pelos grupos de direitos humanos por absolver elementos das forças de segurança envolvidas em mortes extrajudiciais, passou a fazer efeito em 2006. Simultaneamente, os restantes grupos islâmicos radicais, fundamentalmente confinados às regiões montanhosas e desérticas, continuaram os seus ataques contra o governo, expandindo a influência ao treino de elementos estrangeiros e recrutando estrangeiros provenientes de outros conflitos. O principal grupo de guerrilheiros alinou-se com a Al Qaeda, e em dezembro de 2007 preparou os ataques bombistas contra o governo e as Nações Unidas em Argel.

As eleições parlamentares de 2007 foram ganhas por uma coligação liderada pela FLN, nas quais três partidos garantiram quase dois terços dos lugares. O comparecimento às urnas foi reduzido, com uma participação a rondar um terço dos eleitores, adicionalmente, alguns partidos foram banidos da campanha.

Em 2008, o governo alterou a constituição, no sentido de não haver limites ao número de recandidaturas a presidente, o que levou Bouteflika a vencer novamente as eleições, desta vez com uma larga maioria.

O país continua a enfrentar problemas estruturais de longa data, nomeadamente, desemprego, falta de habitação, abastecimentos de energia elétrica e água pouco fiáveis, corrupção governamental e atividade dos extremistas islâmicos. Em 2006, o Grupo Salafista para a Pregação e o Combate (GSPC), fundiu-se com a Al-Qaeda na região do Magrebe Islâmico (AQIM), lançando raptos e ataques bombistas, visando o governo argelino e os interesses dos países ocidentais. Estes grupos, que já atuavam na região, com a fusão ganharam novo alento para as atividades subversivas.

Após a “Primavera Árabe¹⁵” e na sequência da agudização da situação, várias manifestações obrigaram o governo a introduzir reformas políticas, das quais se salientam o fim do estado de emergência (que já durava à dezanove anos) e o fim do monopólio estatal nos órgãos de comunicação social. Os protestos políticos após os incidentes do início de 2011 têm sido reduzidos, mas ocasionalmente continuam a existir demonstrações violentas de raiz socioeconómica. (TWF-CIA, 2012)

A 10 de maio de 2012, contra todas as expectativas de um triunfo islamita, a FLN, partido que detém o monopólio do poder da Argélia desde 1962, voltou a vencer as eleições legislativas, havendo novamente suspeitas de manipulação. Os resultados anunciados deram à FLN 221 dos 462 lugares do Parlamento, seguida da União Democrática Nacional (RCD), do primeiro-ministro Ahmed Ouyahia, relegando para terceira posição a Aliança Argélia Verde (AAV), composta por partidos islamitas que já detinham quatro pastas ministeriais no Governo cessante. (LOPES, 2012)

II. 3. Aspetos da geografia humana da Argélia (TWF-CIA, 2012)

A Argélia é composta fundamentalmente por dois grupos étnicos, os Árabes-Berberes (99%) e os Europeus (menos de 1%). Quase todos os argelinos são de origem Berbere, contudo, apenas uma pequena minoria (15%) se identificam como tal. Essas pessoas vivem fundamentalmente na região montanhosa de Cabília, a Este de Argel. Os Berberes também são muçulmanos, mas identificam-se mais com as origem Berbere do que com a origem Árabe.

A língua oficial da Argélia é o Árabe, mas o francês é a língua franca¹⁶. Em Cabília utiliza-se o Tamazigue e outros dialetos Berberes. A religião estatal é o islamismo sunita, com a adesão de 99% da população, os restantes são cristãos e judeus.

A Argélia é o 35º país mais populoso do mundo, com 35.406.303 habitantes (2011)¹⁷. A média de idades é de 27,6 anos; 27,4 para os homens e 27,8 para as

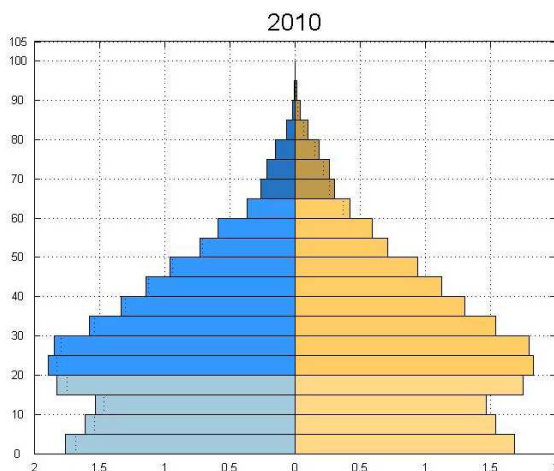
¹⁵ Série de revoltas populares que em 2011 atravessou o Norte de África e o Médio Oriente, que teve por base o ato de desespero de um jovem vendedor ambulante que a 17 de dezembro de 2010 se imolou na Tunísia, e com isso tornou-se símbolo do descontentamento da população contra a pobreza, o desemprego, a ditadura e a corrupção.

¹⁶ Língua comum utilizada por entre grupos ou membros de grupos linguisticamente distintos para o comércio internacional e outras interações mais extensas.

¹⁷ A estrutura de idades é a seguinte: 0-14 anos: 24,2% (homens 4.319.295/mulheres 4.144.863); 15-64 anos: 70,6% (homens 12.455.378/mulheres 12.242.604); 65 anos ou mais: 5,2% (homens 845.116/mulheres 987.681).

mulheres. A taxa de crescimento anual da população é de 1,165% (em Portugal foi 0,181%), com uma taxa de nascimentos de 16,64/mil habitantes e de óbitos de 4,72/mil habitantes. A taxa de migração é de -0,27/mil habitantes. Pelo que o país apresenta uma população maioritariamente jovem.

Figura 4: Distribuição da população argelina por idade e sexo



Fonte: [Em linha, referência de 25 de maio de 2013] disponível em <http://esa.un.org/wpp/Multiple-Figures/pdf/12.pdf>

A maioria da população argelina, cerca de 66%, vive em áreas urbanas, tendo vindo a aumentar a uma taxa anual de 2,3%. As maiores cidades são Argel (capital) com 2.740.000 de habitantes e Orão, com 770.000 habitantes.

A esperança de vida total à nascença é de 74,73 anos, a masculina é de 72,99 anos e a feminina é de 76,57 anos.

A Argélia consome com a educação 4,3% do PIB, 69,9 % do total da população com mais de 15 anos sabe ler e escrever, 79,6% são homens e 60,1 % mulheres. A esperança média de permanência na escola é de 13 anos.

II. 4. O Fator político (UBSF, 1999)

A República Democrática e Popular da Argélia adotou um Estado do tipo Republicano. O tipo de governo é o presidencialismo, formalmente, o presidente da república representa o poder executivo, podendo mesmo, desde a constituição de 1996, ser considerado um regime ultra presidencialista. Na prática são os militares que controlam as instituições do Estado e a vida política e económica.

Constitucionalmente, a Argélia prima pela divisão de poderes e reconhece-se a primazia do Estado de direito. Contudo, é questionável que tal aconteça efetivamente,

pelo controlo que o Exército garante em todos os setores. Com a constituição de 1989, terminou oficialmente a tríade Exército/partido único/Estado, mas em 1996, reforçou-se novamente o presidencialismo e o controlo efetuado pelo Exército.

Quanto ao poder executivo, o presidente da república encarna a unidade da nação e é eleito por sufrágio universal, direto e secreto. O seu mandato é de 5 anos e de acordo com a constituição de 1996, só podia ser reeleito uma vez. Todavia, em 2008 foi introduzida uma alteração à constituição que retira essa limitação. Caso a Assembleia Popular Nacional (APN) não esteja em sessão, e haja urgência, o presidente pode legislar por decreto. O presidente nomeia o primeiro-ministro, os membros do governo, o governador do Banco da Argélia, os oficiais superiores, os juízes, os responsáveis pela segurança e os governadores.

No que diz respeito ao poder legislativo, a Argélia tem um sistema com duas câmaras, a câmara alta, ou Conselho da Nação (CN) e a câmara baixa, ou APN. A APN existe desde 1962, mas até 1991 limitou-se a aprovar as decisões do executivo. Os seus elementos são eleitos através de sufrágio universal, direto e secreto, por um período de 5 anos. O espaço de atuação da APN continua limitado, mesmo nas suas tarefas mais básicas, como elaboração de leis e o controlo do executivo, fundamentalmente devido à falta de experiência dos seus membros e à promiscuidade com o executivo. O CN atua como uma ferramenta de controlo presidencial sobre a ANP, havendo por isso, um predomínio quase total da autoridade presidencial, deixando pouco espaço de atuação ao poder legislativo. O CN é formado por 144 membros eleitos indiretamente, dos quais 96 são oriundos das assembleias populares municipais e 48 designados diretamente pelo presidente da república. O seu mandato dura 6 anos.

De acordo com o artigo 138º da constituição, o poder judicial é independente, mas na prática a nomeação, promoção e destituição dos juízes efetua-se por decreto do executivo, colocando em causa a sua independência, e criando assim condições para reduzir a visibilidade da violência existente no país.

Constitucionalmente, a Argélia é um espelho da sua história e cultura. Após a independência (1962), a primeira constituição (aprovada por referendo) data de 28 de Agosto de 1963, iniciando-se como um regime de partido único, presidencialista. Em 1976, a constituição foi revista, sendo introduzido um carácter socialista no sistema político e económico. No final da década de oitenta, com a descida dos preços do Petróleo, e a consequente instabilidade social, surgiu uma nova revisão (1989), sendo

introduzido um verdadeiro estado de direito, democrático e pluralista, que passou a admitir o multipartidarismo e acabou com o modelo socialista. Em 1996, há outra revisão, que embora a pretexto do aumento da liberdade de expressão, transformou a Argélia num regime ultra presidencialista, levando a um retrocesso no processo de democratização. A constituição de 1996 definiu que as componentes fundamentais da identidade do povo argelino são o islão e as origens árabes e berberes, determinando o árabe como língua oficial. Em 2002 foi feita uma revisão constitucional para incluir o Tamazight com língua oficial (que continua a ser controversa) e em 2008, uma outra que, como já referido, retirou do texto constitucional a limitação de ocupação do cargo de presidente da república por mais de dois mandatos.

Na Argélia, desde 1994, os partidos políticos não podem ter como orientação a religião, a língua, a raça, o sexo, interesses corporativos e interesses regionais. Esta determinação limita sobremaneira a aceitação de novos partidos, criando uma democracia “artificial”. Ainda assim, os partidos podem ser classificados em função da sua orientação religiosa (laicos ou islâmicos), pela sua atitude no que respeita ao fenómeno islâmico (reconciliadores ou erradicadores) e pela sua atitude a respeito do governo argelino (pró-governamentais ou opositores).

Os principais partidos argelinos são os seguintes:

- Frente de Libertação Nacional (FLN): criado em 1954, sustenta a sua legitimidade no período revolucionário pré independência e logo após 1962. Está invariavelmente associado ao fracasso do sistema político argelino (1965-1989) e tem fortes ligações ao Exército. Pode classificar-se como um partido laico, reconciliador e pró-governamental;
- Agrupamento Nacional Democrático - *Rassemblement National Démocratique* (RND): criado em 1997, advém da reestruturação da FLN e visou desmarcar-se da carga negativa associada a seu fracasso político. É considerado o partido do ex-presidente Liamin Zeroual. Pode classificar-se como um partido laico, reconciliador e pró-governamental;
- Frente das Forças Socialistas (FFS): criado em 1963, legalizado em 1989. Baseado nos direitos culturais e linguísticos do povo berbere e com orientação social-democrata e implantação desigual no território (maioritariamente em

Cabília¹⁸ e Argel). Pode classificar-se como um partido laico, reconciliador e opositor;

- Partido do Trabalho (PT): originário de uma organização ilegal trotskista de 1965, transformou-se em 1974 na Organização Socialista dos Trabalhadores e oficializou-se com a designação atual em 1990. É considerado um dos poucos partidos políticos da oposição que é legal. Defende a igualdade entre homens e mulheres e a separação entre a religião e o Estado, o respeito pelos direitos humanos, a defesa do pluralismo. Pode classificar-se como um partido laico, reconciliador e opositor;
- Agrupamento para a Cultura e Democracia (ACD): criado em 1989, segue o movimento cultural berbere sediado em Cabília. É considerado o mais laico dos partidos argelinos podendo mesmo considerar-se anti-islâmico. Pode classificar-se como um partido laico, erradicador e opositor;
- Movimento Democrático Social (MDS): conhecido por *Ettahadi*, foi criado em 1993, tem tendências de esquerda e apoiou o golpe de Estado de 1992. Opõe-se radicalmente a negociações com os partidos islâmicos. Pode classificar-se como um partido laico, erradicador e opositor;
- Movimento da Sociedade para a Paz - *Mouvement de la Société pour la Paix* (MSP): *ex-Hamas* (Movimento para a Sociedade Islâmica) foi criado em 1990 e existe oficialmente desde 1991. Está muito próximo da corrente ideológica da “Irmandade Muçulmana¹⁹”, representa um islamismo conservador que apoia a classe comerciante argelina. Embora defenda a implantação gradual de um Estado islâmico, tem tido uma relação de cooperação com o poder civil e militar implantado desde 1992. Pode classificar-se como um partido islâmico, reconciliador e pró-governamental;

¹⁸ Cabília é uma região no norte da Argélia (a este de Argel) com forte identidade da etnia berbere. Tradicionalmente tem sido um importante centro de resistência, de reivindicação identitária e defesa da cultura tradicional e da língua (tamazight), existindo atualmente um movimento para a autonomia da região, liderado por Ferhat Mehenni.

¹⁹ Um dos grupos mais influentes no mundo árabe e um dos maiores movimentos islâmicos. É a maior organização de oposição política em muitos países árabes e foi fundada no Egito em 1928. O movimento religioso, político e social foi criado pelo estudioso islâmico e professor *Hassan al-Banna*, as suas ideias ganharam adeptos em todo o mundo árabe influenciando outros grupos islâmicos com o seu modelo de ativismo político combinado com o trabalho de caridade islâmica.

- Frente Islâmica de Salvação (FIS): foi legalizado em 1989, e ilegalizado em 1992, depois do golpe de Estado executado pelos militares. É um partido vincadamente islâmico, com elevada difusão em todo o país através da sua rede de mesquitas e de apoio social aos mais necessitados. Autoproclama-se herdeiro da revolução argelina, defendendo que os sucessivos governos do FLN atraíram os ideais da revolução. A sua vitória em 1991 deveu-se fundamentalmente aos fracos resultados políticos, económicos e sociais da classe governante argelina desde 1962, bem como à sua importante rede associativa de cariz social. Não é uma organização violenta e radical, demonstra vontade de negociar com o poder político argelino e aceita o pluralismo político como uma inevitabilidade. Pode classificar-se como um partido islâmico, reconciliador e opositor;
- Movimento de Renascimento Islâmico (MRI): *Ennhada*, foi criado em 1988 e legalizado em 1990. Ideologicamente está mais próximo do *Hamas* do que o FIS, defende o estabelecimento de um Estado islâmico e a aplicação integral da lei islâmica. Pode classificar-se como um partido islâmico, erradicador e opositor;
- Movimento para a Reforma Nacional (MRN), também conhecido por *El-Islah* – É uma partido islâmico moderado que foi criado por secessão do movimento MRI, após este ter optado por cooperar com o Governo Argelino. É liderado por Abdallah Djaballah. Pode classificar-se como um partido islâmico, erradicador e opositor.

Até à atualidade, o governo argelino tem tido por base uma aliança entre os partidos pró-governamentais Frente de Libertação Nacional (FLN), Agrupamento Nacional Democrático (AND) e o Movimento da Sociedade para a Paz (MSP).

Desde 28 de abril de 1999 que o Chefe de Estado é o Presidente Abdelaziz Bouteflica. Nas últimas eleições presidenciais, que foram a 9 de abril de 2009, Bouteflica foi eleito com 90,2% dos votos, contra 4,2% de Louisa Hanoune, 2,3% de Moussa Touati, 1,4% de Djahid Tounsi e menos de 1% para Ali Fawazi Rebiane e Mohamed Said (TWF-CIA, 2012).

Nas eleições legislativas de 10 de maio de 2012, a taxa de participação foi de 42,91%, valor superior ao esperado por muitos, mas ainda assim abaixo do desejável para

um país democrático, principalmente se for tido em consideração que aproximadamente 20% dos argelinos que foram às urnas votaram em branco (Parks, 2012). “Dos 462 deputados a eleger, a Frente de Libertação Nacional (FLN) conquistou 221 (mais 85 que em 2007), o Agrupamento Nacional Democrático (RND), elegeu 70 (mais 9 que em 2007) e a Aliança Argélia Verde (AAV), uma coligação islamita composta pelo MSP, pelo Movimento para a Reforma Nacional (*El Islah*) e pelo Movimento de Renascimento Islâmico (Ennhada), elegeu 47 deputados, menos 13 que o conjunto destas formações em 2007, as quais não estavam coligadas. De referir que o MSP fez parte desde 2007 até Janeiro deste ano, da chamada Aliança Presidencial, a qual constituiu o Governo nos últimos 5 anos e que foi formado pelo FLN, AND e MSP.” (PIRES, 2012).

Desde a independência (1962), a Argélia tem defendido os princípios da soberania do Estado, não ingerência nos assuntos internos e o direito à autodeterminação. No entanto, face ao conflito no Saara Ocidental (com repercussões no relacionamento da Argélia com Marrocos), aos acontecimentos decorrentes da Primavera Árabe (geradores de instabilidade na região e fomentadores da democratização dos países) e mais recentemente a situação da crise do Mali (com o conseqüente aumento da conflitualidade junto à fronteira sul da Argélia), a alteração de mentalidades no sentido da aceitação da necessidade de intervenção humanitária em casos de violação dos direitos humanos, poderá ser a única forma da Argélia fazer parte da solução e ser um ator relevante na gestão de crises do Norte de África, afirmando-se como um líder regional de segurança. A título de exemplo, se a Argélia tivesse adotado uma postura ativa durante a guerra civil na Líbia poderia ter impedido a disseminação de armamento aos grupos radicais islâmicos existentes na região, contribuindo assim para o aumento da sua segurança. (BOUKHARS, 2013)

II. 5. A relevância dos militares (WILLIS, 2012: 81 a 120)

Face ao papel dos militares na Argélia, uma análise geopolítica do país tem de obrigatoriamente referir a preponderância destes na política interna do país. Desde a independência em 1962, que todos os presidentes tiveram o apoio dos militares para acederem ao poder, assim como, a maioria dos presidentes foram depostos pelos militares. Três dos presidentes que mais tempo permaneceram no poder eram oficiais superiores do Exército quando assumiram o cargo: Houari Bounedienne (1965/78), Chadli Benjedid (1979/92) e Lamine Zeroual (1994/98). O atual presidente, Abdelaziz Bouteflika, embora tenha sido formalmente eleito em 1999, a sua vitória foi assombrada pela desistência dos outros candidatos, em protesto pela pretensa manipulação do processo eleitoral por parte dos militares, que tinha por objetivo a sua eleição.

Ao longo dos últimos anos, apesar de responsáveis pela gestão corrente do país, os políticos civis acabam por ser influenciados decisivamente pelos generais, particularmente os que chefiam os serviços de informações. Adicionalmente, os militares têm conseguido controlar a receita proveniente da venda dos hidrocarbonetos, assim como de outros setores que envolvem a importação de bens não produzidos internamente.

Até à data, o domínio dos militares tem sido essencial para a sobrevivência do regime argelino, protegendo-o dos opositores internos e intervindo sempre que necessário para restabelecer a ordem. Os militares são entendidos como um bastião contra o islamismo radical e o seu apoio é considerado crucial pela capacidade demonstrada para eleger e depor líderes políticos. Todavia, mais recentemente têm vindo a aumentar a discrição para facilitar o relacionamento com a NATO e com os países ocidentais.

II. 6. A economia e a energia

Devido ao legado socialista pós independência, a economia argelina ainda tem elevada intervenção do Estado. Nos anos mais recentes, o governo interrompeu as privatizações, impôs restrições às importações e ao envolvimento externo na economia. O setor dos hidrocarbonetos representa a coluna vertebral da economia argelina, significando 60% da receita, 30% do Produto Interno Bruto (PIB) e 95% das exportações. A Argélia detém a 10ª maior reserva mundial de Gás Natural e é o 6º maior exportador do mundo. Em termos petrolíferos tem a 16ª maior reserva mundial. Graças a este setor, tem uma reserva de \$173 bilhões e um enorme fundo de estabilização para os hidrocarbonetos. O défice é de aproximadamente 2% do PIB, e a dívida pública 6,6% do PIB. À parte dos hidrocarbonetos, o país tem lutado para desenvolver a indústria, tentando atrair investimento interno e externo, mas sem grandes resultados. Em termos agrícolas e pecuários, produz trigo, cevada, aveia, uvas, azeitonas, citrinos, frutos, ovelhas e outros tipos de gado. Além da energia, tem indústria ligeira e de processamento de alimentos. (TWF-CIA, 2012)

A Argélia é um país rico, mas com elevados desequilíbrios económicos, sociais e regionais. Recentemente, o Fundo Monetário Internacional (FMI) pediu emprestados à Argélia \$200 bilhões do seu fundo externo, contudo a maioria dos argelinos não dispõem dos serviços sociais básicos, como a educação e a saúde, a taxa de desemprego

é elevada (principalmente nas camadas mais jovens) e existe uma elevada carência de habitação. (ARCHY, 2012)

De acordo com a EIA (EIA, 2012), a Argélia é um importante produtor de Petróleo e Gás Natural e é membro da OPEP. A empresa estatal de energia é a *Société Nationale de Transport et de Commercialisation des Hydrocarbures* (Sonatrach²⁰) que desempenha um papel de relevo em todos os aspetos do Petróleo e do Gás Natural. Todos os operadores externos têm que trabalhar em parceria com a Sonatrach, que normalmente detém a maioria nos negócios e dita as regras.

Relativamente ao Petróleo, em janeiro de 2012 o *Oil and Gas Journal*²¹ (OGJ) estimou que as reservas provadas do país sejam de 12,2 biliões de barris, as terceiras maiores reservas do continente africano (atrás da Líbia e da Nigéria).

Também de acordo com a EIA, em 2011, a Argélia produziu uma média estimada de 1,27 milhões de barris de Petróleo por dia (b/d), adicionando 270.000 b/d de gás condensado²² e 340.000 b/d de Gás Natural Líquido (não incluídos na cota OPEP), obteve uma média de 1,88 milhões de b/d de líquidos de Petróleo. Os poços de Petróleo argelinos produzem crude de elevada qualidade, com baixa quantidade de enxofre e de minerais, sendo que as principais áreas de exploração são junto à fronteira com a Tunísia e com a Líbia. O governo argelino tem por objetivo de longo prazo manter a produção nos níveis atuais, através da recuperação dos poços mais antigos e do desenvolvimento de novos poços, para compensar o declínio dos mais antigos.

Em 2011, estima-se que as exportações de Petróleo tenham sido 750.000 b/d, a maioria dos quais para os EUA. Em 2010, o valor das exportações foi o dobro e o maior importador também foram os EUA. No gráfico seguinte, pode constatar-se o padrão das exportações de Petróleo bruto da Argélia, em 2011:

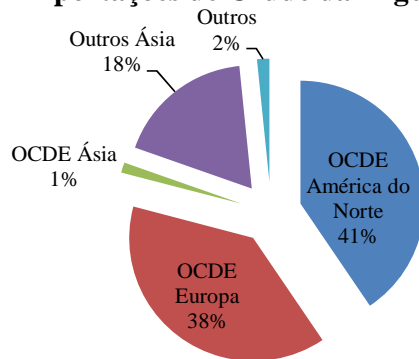
²⁰ A Sonatrach é a maior companhia de Petróleo e Gás Natural do continente africano. Trabalha com o Mali, Níger, Líbia, Egipto, Espanha, Itália, Portugal, Grã-Bretanha, Peru e EUA. É a maior empresa argelina, contudo, face à tecnologia de ponta necessária para o seu funcionamento e à carência de indústrias com produção desse tipo de tecnologia em território argelino, depende em grande medida de apoio de países industrializados para a garantia do seu funcionamento.

²¹ O *Oil and Gas Journal* é uma publicação norte americana, sediada no Texas. Teve a sua origem no ano de 1902 e é uma das fontes especializadas no tema dos hidrocarbonetos mais lida em todo mundo.

²² Alguns campos de Petróleo produzem gás condensado, que não é considerado verdadeiramente um gás e nem líquido, apresentando uma “dupla fase fluida”. Não é um gás devido a sua alta densidade e não é um líquido porque sua superfície de contato varia da fase gasosa para a fase líquida.

Figura 5

Exportações de Crude da Argélia 2011



Fonte: Emanuel Sebastião com base em EIA, 2012

Em janeiro de 2012, a Argélia tinha uma capacidade total de refinação de crude de 450.000 b/d, dividida por quatro refinarias. Atualmente, o país está a aumentar a capacidade de refinação, para permitir a redução da importação de gasolina e gasóleo, combustíveis que têm vindo a sofrer um aumento significativo no seu consumo interno.

A Argélia utiliza sete terminais costeiros para exportar o crude, produtos refinados, Gás de Petróleo Liquefeito (GPL) e GNL. A rede de oleodutos permite o transporte das zonas de captação para os terminais de exportação.

Relativamente ao Gás Natural, em janeiro de 2012 o OGJ estimou que as reservas provadas do país sejam de 4,77 Tm³, a décima maior reserva do mundo e a segunda maior em África, logo a seguir à Nigéria.

Em 2010, a Argélia produziu uma média estimada de 204 Gm³. Da produção, 96 Gm³ foram utilizados para recuperação de Petróleo, 105 Gm³ comercializados e 6 Gm³, libertados (*vented*) ou queimados (*flared*)²³. O país tem em estudo e implementação vários projetos para aumentar a capacidade de produção, esperando que entrem ao serviço em 2014 e 2016.

A Argélia tem 6440 km de gasodutos domésticos, pertencentes à Sonatrach, e que distribuem mais de 0,3 Gm³ por dia. De acordo com estimativas da Cedigaz²⁴ em 2010 o valor total das exportações de Gás Natural da Argélia foi de 59,1 Gm³,

²³ A libertação e queima de gás é uma medida de segurança importante na produção de Petróleo, contudo na maioria dos países em desenvolvimento é adotada em excesso levando a desperdício e poluição desnecessários.

²⁴ Associação internacional dedicada a informações de Gás Natural. Foi criada em 1961 por um grupo de empresas internacionais de gás e pelo *Institut Français du Pétrole* (IFP). Está sediada perto de Paris.

aproximadamente 65% dos quais através de gasodutos para Itália e Espanha. Os restantes 35% foram exportados sob a forma de GNL, através de navios. Em 2010, a Argélia foi o terceiro maior fornecedor de Gás Natural à Europa, logo após a Rússia e a Noruega.

Figura 6: Gasodutos Magrebe-Europa



Fonte: Wikimedia.org, [Em linha, referência de 10 de agosto de 2012] disponível em

http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/7e/Gas_pipelines_across_Mediterranee_and_Sahara_map-en.svg

Atualmente existem dois gasodutos a fornecer a Europa, mas já estão outros dois em estudo/desenvolvimento, estando previsto o início do seu funcionamento para 2014/2015. No que diz respeito a Portugal, interessa referir o *Maghreb-Europe Gas Pipeline* (MEG) também conhecido por *Pedro Duran Farell* (a amarelo na figura):

O MEG tem 1610 km e a capacidade de transportar 12,72 Gm³ por ano. Liga *Hassi R'Mel* a Córdoba (Espanha), via Marrocos e daí estabelece-se a ligação à rede de distribuição portuguesa através de Campo Maior. Esta linha é operada por um consórcio internacional composto pela Engas (Espanha); SNPP (Marrocos); Transgás (Portugal) e pela Sonatrach.

Relativamente ao GNL, em 2010 a Argélia foi o sétimo maior exportador do mundo, com aproximadamente 7% das exportações, neste ano, os principais importadores foram a França, Espanha, Turquia, Itália e o Reino Unido. A Sonatrach dispõe de 28 navios para transporte de GNL e prevê ter mais 10 a curto prazo.

II. 7. Síntese e considerações

Figura 7: Pontos fortes e vulnerabilidades da Argélia

Pontos Fortes	Vulnerabilidades
Elevada disponibilidade de hidrocarbonetos;	Reduzida percentagem de solo arável;
Vocação agrícola e naval;	Erosão do solo;
Costa extensa, com facilidade de acesso ao mar mediterrâneo;	Carência de água potável;
Proximidade do continente europeu;	Disputas fronteiriças;
Elevado potencial para produção de energia solar no deserto;	Democracia pouco aprofundada;
Clima favorável ao turismo na região costeira;	Atividade dos radicais islâmicos, em especial a AQIM;
Disponibilidade de minério de ferro, fosfatos, urânio, chumbo e zinco;	População muito concentrada nas zonas urbanas e litorais;
Estrutura administrativa idêntica à francesa;	Índice de literacia reduzido;
Forte sentimento de identidade nacional criado durante a guerra da independência;	Acentuado crescimento demográfico;
Homogeneidade da população;	Domínio das instituições pelo Exército;
Utilização de uma língua franca europeia que facilita o acesso a informação externa;	Regime ultra presidencialista;
População jovem;	Existência de alguns partidos políticos com ideologia radical;
Multipartidarismo;	Ilegalização de partidos políticos;
Sistema político com duas câmaras;	Diplomacia desadequada à realidade internacional contemporânea;
Estado laico;	Reduzida participação da população nos atos eleitorais;
Défice e dívida pública reduzidos;	Reduzida diversificação da economia;
Existência de um fundo de estabilização com elevado montante.	Elevada carência de serviços sociais básicos, como a educação e a saúde;
Elevada disponibilidade de Hidrocarbonetos;	Taxa de desemprego elevada (principalmente nas camadas mais jovens);
	Elevada carência de habitação.

Fonte: Emanuel Sebastião, 2013

Considerando de forma integrada os pontos fortes e as vulnerabilidades, no sentido de capitalizar a disponibilidade de recursos financeiros decorrentes das exportações de Petróleo e Gás Natural, e a elevada quantidade de mão-de-obra jovem,

disponível no país, identificam-se três vertentes fundamentais que permitem a médio/longo prazo melhorar as condições de vida dos argelinos e consequentemente reduzir a instabilidade social e conflitualidade interna. A primeira é **investir na formação técnica** dos argelinos, com especial ênfase nas camadas mais jovens e nas seguintes áreas: extração, transformação, transporte e distribuição de hidrocarbonetos; extração, transformação, transporte e distribuição de minério de ferro, fosfatos, urânio, chumbo e zinco; produção, transformação e distribuição de produtos agrícolas; construção civil (materiais de construção, infraestruturas e edifícios), turismo, educação e formação, saúde, indústria e serviços. A segunda é **diversificar a economia**, com especial ênfase nas áreas já abordadas relativamente à formação. A terceira é o **aprofundamento da democracia**, começando pela separação efetiva dos poderes executivo, legislativo e judicial, bem como através da redução da influência dos militares na política. Estas vertentes, têm de ser sincronizadas, para que por um lado a diversificação da economia se efetue maioritariamente com recurso a ativos nacionais (que necessitam de formação técnica) e o aprofundamento da democracia seja gradual, em função do aumento da disponibilidade de cidadãos com formação e educação adequadas aos cargos políticos e da melhoria de condições de vida dos argelinos. O aprofundamento efetivo da democracia só poderá efetuar-se após a melhoria das condições gerais de vida dos argelinos e da redução do desemprego, já que estes são fatores determinantes para reduzir o espaço de manobra dos radicais islâmicos. Para a Argélia passar a ser um ator relevante ao nível da política externa, deve alterar a postura de não intervencionismo e respeito pela soberania dos Estados limítrofes, e assumir-se como um líder da segurança regional dentro do espírito das Nações Unidas.

Desde o início da Primavera Árabe que têm ocorrido manifestações com alguma violência na Argélia, todavia não perduraram no tempo e foram reprimidas pelo regime com impetuosidade e determinação. No sentido de evitar a explosão social, o Estado levantou o estado de emergência que estava instituído desde 1992, aumentou a despesa pública em quase 25 bilhões de dólares, prometeu mais habitação social e salários mais elevados aos funcionários públicos, bem como o aumento dos subsídios aos produtos alimentares de primeira necessidade e o acesso mais fácil ao crédito por parte dos jovens. (DARBOUCHE, 2011:14)

Relativamente ao governo, nas últimas eleições legislativas, que ocorreram a 1 de maio de 2012, a participação foi de 42,91%, valor superior a 2007, ano em que foi de

35,65%. Considerando a indiferença que os argelinos geralmente demonstram relativamente à política, este foi um nível inesperado de afluência às urnas. Contudo, aprofundando a análise, aproximadamente 20% dos votos foram em branco (1,67 milhões em 9,18 milhões de votos), pelo que apenas 35% do eleitorado contribuiu para o resultado atingido. Considerando que o sistema eleitoral argelino impõe um mínimo de 5% em cada distrito eleitoral para qualificar candidatos a lugares no parlamento, e ponderando que concorreram partidos novos, a realidade é que a FLN ganhou 48% dos lugares com apenas 17% dos votos, números que permitem questionar a legitimidade do partido eleito. (PARKS, 2012)

Quanto aos partidos islâmicos, a recente coligação AAV, criada por Bouguerra Soltani do MSP, esperava obter uma participação perto de os 100 votos, no entanto obteve apenas 47 votos. Este facto levou a que as entidades oficiais fossem acusadas de manipulação do resultado das eleições. No entanto, a representação islâmica no parlamento tem vindo gradualmente a reduzir-se, como pode ser observado: 1997 - 27%; 2002 - 21%; 2007 - 16%; 2012 - 13%. A realidade é que nem todos os partidos islâmicos aderiram à AAV, demonstrando falta de unidade entre eles. Apesar das suspeitas, as últimas eleições foram consideradas pelos observadores externos como as mais justas e transparentes de sempre, facto que pode indiciar uma tendência crescente no sentido do aprofundamento da democracia. (PARKS, 2012)

Até à data, o Estado Argelino tem demonstrado possuir capacidade de fazer face a ataques terroristas. Um bom exemplo é a eficácia com que foi debelada a incursão na infraestrutura de Gás Natural de Tigantourine, nas imediações de Amenas, em janeiro de 2013. Segundo Scott Stewart da Stratfor, o grupo responsável pelo ataque foi a AQIM, apesar do alvo ter sido um local de extração de energia e isso ser um facto sem precedentes na Argélia, a infraestrutura não foi o objetivo do ataque, mas sim o rapto de trabalhadores estrangeiros para angariar fundos através de resgates. (STEWART, 2013) No entanto, a atual situação de conflitualidade decorrente do Golpe de Estado no Mali, acrescida da elevada disponibilidade de armamento proveniente da sua dispersão durante a guerra civil na Líbia, são fatores que não podem ser ignorados, pelo impacto que poderão causar na estabilidade argelina, através da facilidade de acesso a esse armamento por parte de grupos insurgentes, e de novos ataques do tipo do de Tigantourine.

Os principais fatores que desmotivam a revolta dos argelinos são a **disponibilidade financeira que advém da abundância dos recursos energéticos**, a **aversão a uma nova guerra civil** e a hipótese do **recrudescimento do radicalismo islâmico**. As duas últimas situações foram bem conhecidas dos argelinos durante o período da guerra civil (anos 1990) e os atuais exemplos da intervenção da França/OTAN na Líbia; das vitórias islâmicas no Egito, Marrocos, Tunísia; e da violência no Bahrain, Líbia, Síria e Iémen contribuem para o ceticismo quanto ao efeito de uma revolta generalizada. Adicionalmente, as relações económicas entre a Argélia, a UE e os EUA, são um fator estabilizador pela importância que representam ao nível financeiro para a Argélia e energético para as outras partes. A Argélia também tem sido um parceiro importante dos EUA na luta contra o terrorismo assente no radicalismo islâmico, pela sua experiência acumulada desde a década de 1990.

Numerosos autores, jornalistas e cidadãos argelinos, consideram que o governo necessita de rejuvenescimento, que este não tem conseguido resolver de forma eficaz os problemas estruturais do país e que, face à pouca participação da sociedade civil nos assuntos do Estado e à incerteza dos procedimentos eleitorais, a sua legitimidade é questionável. Para existir democracia, tem de haver participação e alternância de poder, quanto menor for a participação, menor é a legitimidade do governo, e a realidade é que na Argélia não se vive um verdadeiro multipartidarismo, mas apenas uma variante limitada pelo elevado controlo do Estado.

Recentemente, o governo argelino tem vindo a reduzir a abertura à privatização de empresas estatais e bancos, protegendo do domínio privado os setores considerados estratégicos. Adicionalmente continuam a existir barreiras ao investimento, tais como corrupção, burocracia e dificuldade de acesso ao crédito, que dificultam a iniciativa privada. (BTI, 2012: 2)

Da informação veiculada nos órgãos de comunicação social, o cancro no estômago do presidente aparenta ter regredido. Mais recentemente, no final de abril de 2013, foi relatada a ocorrência de um mini AVC, aparentemente sem repercussões permanentes, pelo que é espetável que se mantenha em funções até ao final do mandato, em maio de 2014. Se assim for, sendo este um importante fator de estabilidade no país, é pouco provável que existam alterações políticas até essa data.

Em síntese, os maiores problemas da Argélia na atualidade são essencialmente os seguintes:

- A falta de participação da sociedade civil na tomada de decisão;
- Corrupção governamental - a Argélia está classificada em 105º lugar, no índice de percepção da corrupção de 2012 (TI, 2012);
- A elevada taxa de desemprego - 10% geral e 21,5% jovens dos 16 aos 24 anos (IMF a), 2012; 18);
- O elevado preço dos bens essenciais - o índice geral dos preços para o consumidor em 2011 foi de 142,4 com um valor de 151 para a alimentação (IMF c), 2013: 12);
- Falta de habitação e infraestruturas (BELLAL, 2009; 112);
- Carência de serviços sociais básicos como saúde e educação;
- A atividade dos extremistas islâmicos.

Se o preço do Petróleo e/ou do gás reduzir drasticamente, existe o risco real das autoridades não terem recursos financeiros suficientes para apaziguar a instabilidade social, podendo levar a revoltas populares do tipo das da Primavera Árabe.

Uma hipótese de solução para o problema é Bouteflika fazer um esforço no sentido de restaurar a confiança da população através do cumprimento dos compromissos eleitorais, bem como diversificando a economia argelina, reduzindo a sua dependência relativamente ao setor dos hidrocarbonetos. Adicionalmente necessita de adotar medidas para promover o desenvolvimento de uma democracia verdadeiramente pluralista e criar condições para que a sua saída do poder se efetue sem sobressaltos, preparando antecipadamente a sua substituição, de forma democrática e evitando a criação de um vazio no poder.

Christine Lagarde, após uma visita à Argélia a 13 de março de 2013, difundiu um comunicado de imprensa no qual felicitou o país pelo progresso conseguido nos últimos dez anos, referiu o crescimento económico esperado para o país nos próximos dois anos (3 a 3,5%, ao ano) e a importância da Argélia para o FMI, por ser uma das suas fontes de financiamento. Contudo, para fazer face à inflação e ao desemprego, identificou a necessidade do país desenvolver o setor privado, melhorar o ambiente empresarial para captar investimento externo, aprofundar o setor financeiro e investir na formação dos ativos nacionais, para permitir um desenvolvimento sustentado. (IMF b), 2013)

Capítulo III: O panorama energético português

As fontes primárias de energia são recursos naturais que podem ser aproveitados para produção de energia utilizável pelas pessoas. Podem subdividir-se em fontes não renováveis (Carvão, Petróleo e Gás Natural) e fontes renováveis (energia solar, geotérmica, hidroelétrica, eólica, biomassa, nuclear e das ondas).

Neste capítulo apresenta-se uma síntese das infraestruturas e recursos energéticos portugueses, caracterizam-se os consumos de energia e produtos energéticos, a origem e evolução das importações de energia, o balanço energético, as reservas, e a política e estratégia portuguesas para a energia. As fontes não renováveis são mais detalhadas, face à relevância para este estudo, pelo impacto que a sua escassez tem para Portugal.

III. 1. Caracterização da situação energética portuguesa

III.1. a. Infraestruturas e recursos energéticos em Portugal

No que respeita ao **Petróleo**, Portugal dispõe de duas refinarias, uma a norte, em Matosinhos e uma no centro/sul, em Sines. De acordo com a DGEG (DGEG a), 2012), em 2012 as refinarias portuguesas tinham a capacidade para produzir 88% das necessidades de produtos refinados de petróleo do país, assim como armazenavam uma elevada percentagem das reservas existentes em território nacional. A refinaria de Matosinhos tem capacidade de refinar 5,5 Mton/ano e produz gasolinas, gasóleos, GPL, nafta, fuel, óleos de base e óleos lubrificantes, parafinas, solventes e betumes. Quanto à refinaria de Sines, tem a capacidade de refinar 10,4 Mton/ano e produz gasóleos, gasolinas, fuel, jet, GPL, betumes e enxofre pastilhado.

A armazenagem de Petróleo bruto e de produtos de Petróleo efetua-se em instalações com dimensão e condições de segurança adequadas, distribuídas pelo continente, Madeira e Açores, em cavernas e grandes instalações de armazenagem, a curta distância dos locais de maior consumo e de boas vias de comunicação, para facilitar o transporte. As instalações estão ligadas a terminais marítimos ou a refinarias através de oleodutos, com a configuração apresentada na figura seguinte:

Figura 8: Infraestruturas de Petróleo da Península Ibérica (2012)



Fonte: DGEG, [Em linha, referência de 24 de novembro de 2012] disponível em

<http://www.dgeg.pt?cr=6561>

Passando para o **Gás Natural**, de acordo com a DGEG (DGEG b), 2012) Portugal dispõe de uma Rede Nacional de Transporte, instalações subterrâneas de armazenagem, terminais de GNL, uma Rede Nacional de Distribuição e redes privadas de distribuição. No Porto de Sines existe um terminal GNL e na região do Carriço, em Pombal, um armazenamento subterrâneo:

Figura 9: Mapa da região de armazenagem subterrâneo do Carriço



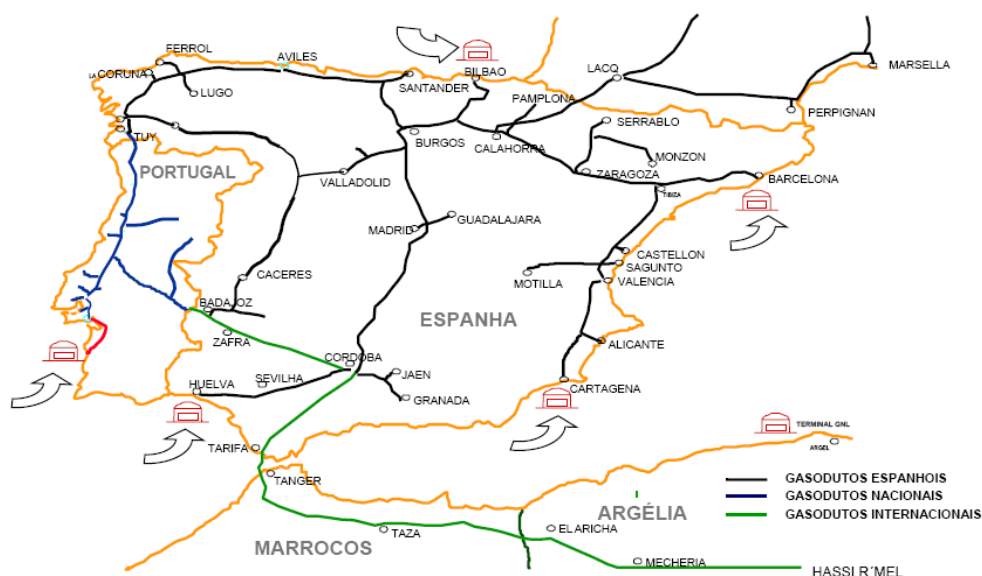
Fonte: DGEG, [Em linha, referência de 25 de novembro de 2012] disponível em

<http://www.dgeg.pt?cr=6582>

Na instalação do Carricho o gás é armazenado a altas pressões (60 a 80 bar) em espaços construídos em cavernas de sal-gema, a profundidades de 1000 a 1500m.

Existem duas formas de transportar o GN, no estado líquido (GNL), utilizando navios metaneiros, ou no estado gasoso, através de gasodutos.

Figura 10: Rede ibérica de transporte de Gás Natural



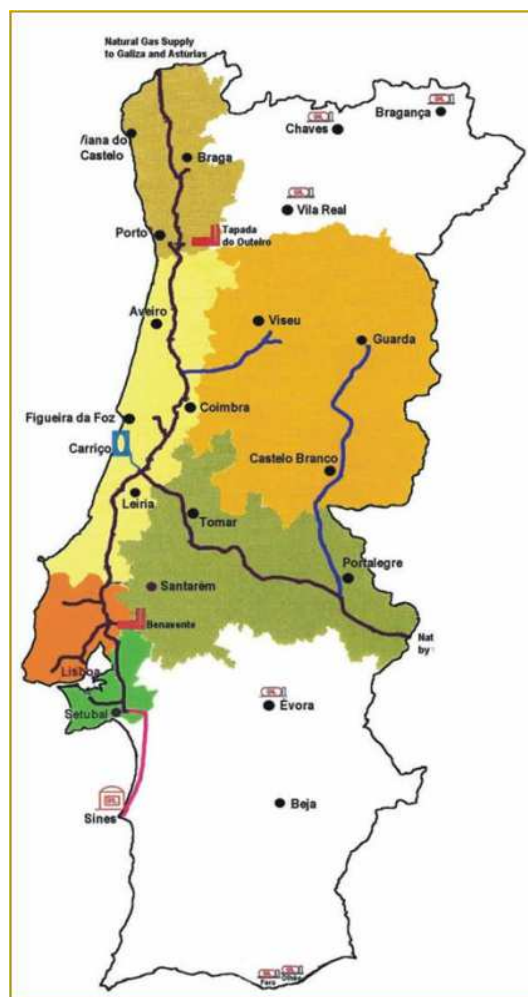
Fonte: DGEG, [Em linha, referência de 25 de novembro de 2012] disponível em

<http://www.dgeg.pt?cr=6564>

O Gasoduto português de alta pressão é totalmente construído em tubo de aço soldado, é operado pela Transgás e insere-se nas Redes Transeuropeias de Energia, através da rede espanhola.

A maioria do abastecimento efetuado por gasoduto a Portugal é proveniente das jazidas de Hassi R'Mel, na Argélia. O gás é transportado no estado gasoso, atravessando o norte de África, passando por Taza, Tanger e atravessando o mar mediterrâneo pelo estreito de Gibraltar, entrando na Península Ibérica na região de Tarifa. Em Espanha o gasoduto segue até Córdoba, ramificando-se em quatro direções diferentes, das quais uma passa perto de Badajoz e entra em Portugal na região de Campo Maior. Em território nacional, atravessa o Alentejo até próximo de Leiria (Bidoeira) onde se subdivide para norte, até Valença do Minho (voltando a ter uma ligação a Espanha) e para sul, até Sines. Portugal dispõe de um total de 1441 km de gasodutos divididos entre 1229 km de alta pressão e 212 km de baixa pressão.

Figura 11: Traçado dos gasodutos em Portugal



Fonte: DGEG, [Em linha, referência de 25 de novembro de 2012] disponível em

<http://www.dgeg.pt?cr=6566>

No que concerne à **energia solar**, em Portugal existem duas centrais fotovoltaicas, uma localizada em Moura, na Amareleja, com capacidade de abastecer até 35.000 habitações unifamiliares e outra em Brinches, no Conselho de Serpa com a capacidade de fornecer energia até 10.000 habitações unifamiliares. (AEO, 2012) Adicionalmente existem coletores para produção de águas quentes e a microprodução, que em 2011 representava aproximadamente 28% da produção fotovoltaica nacional, encontrando-se descentralizada por todo o território. (DGEG-ER91, 2012: 6)

Relativamente à **energia geotérmica**, em Portugal, existem condições para o aproveitamento da energia geotérmica em regimes de temperatura inferiores a 150 graus Celcius (baixa entalpia). Este tipo de energia tem sido fundamentalmente utilizado para balneários termais e aquecimento de estufas, podendo também ser alargado à piscicultura.

A forma de aproveitamento deste recurso natural subdivide-se na utilização superficial de águas quentes, com aplicação em termalismo, e aproveitamento do calor através de perfurações efetuadas em regiões sedimentares. (DGEG c), 2012: 4)

Em Portugal, no ano de 2011, o aproveitamento de energia a partir dos recursos geotérmicos era o seguinte (DGEG d), 2012):

- Aquecimento ambiental e produção de água quente no Hotel Aqua Flaviae, piscina municipal e balneário termal, em Caldas de Chaves;
- Aquecimento ambiental no Hotel do Parque, Hotel Rural Villa do Banho, Balneário Rainha D. Amélia, Balneário D. Afonso Henriques e estufas do polo do Vau, nas Termas de São Pedro do Sul;
- Produção de água quente no hotel do Parque e Hotel Rural Villa do Banho nas Termas de São Pedro do Sul;
- Aquecimento ambiental no Balneário Termal de Banho de Alcafache, em Viseu;
- Aquecimento ambiental no Balneário Termal, da piscina e do corredor de marcha das Termas de Longroiva, Meda, Guarda.

A principal razão para o reduzido aproveitamento geotérmico em Portugal Continental deve-se à pouca experiência nacional em projetos desta natureza, a par da hesitação dos investidores. (LOURENÇO, Carla & CRUZ, José, 2005)

Passando para a **energia hidroelétrica**, verifica-se que o aproveitamento da energia cinética da água para produção de energia elétrica remonta ao século XIX, tendo chegado a Portugal no final desse século, para utilização em pequena escala. A partir de 1930, face à intensificação da industrialização do país surge a necessidade de aproveitar a energia dos rios para produzir energia elétrica. Contudo, na prática foi apenas nos anos 1950 que se iniciaram as grandes obras de aproveitamento de albufeiras, dando origem ao desenvolvimento de grandes projetos hidroelétricos como o de Castelo do Bode, no rio Zêzere.

Portugal tem em funcionamento 48 centrais com potência entre 10 MW a 30 MW e 138 com potência inferior ou igual a 10 MW. Recentemente tem-se verificado a continuação do investimento em novos projetos de grandes dimensões, como por exemplo os aproveitamentos hidroelétricos do Baixo Sabor, de Ribeiradio – Ermida, da Foz Tua (no rio Tua, afluente da margem direita do rio Douro), de Fridão (no rio

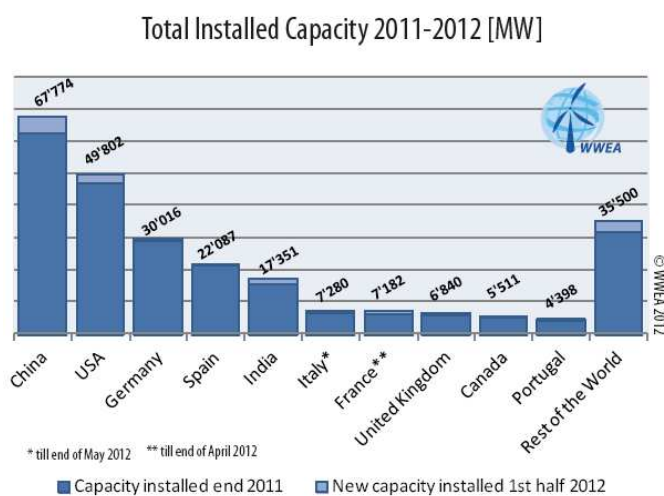
Tâmega, afluente da margem direita do rio Douro) e no rio Ocreza (afluente da margem direita do rio Tejo, junto à confluência do Ocreza com a ribeira do Alvito). (EDP, 2013)

Para além da elevada disponibilidade e fiabilidade na produção de energia, as barragens também permitem armazenar energia sob a forma potencial, que poderá ser gerada mais tarde, em situação de necessidade (por exemplo para compensar períodos em que os aerogeradores estão inativos por falta de vento).

Adicionalmente, a existência das albufeiras das barragens, facilita o acesso à água para abastecimento urbano e rega, assim com permite fazer o controlo de cheias, o apoio ao combate a incêndios e serve como polo de atração turística. A hidroeletricidade é uma forma sustentável de produzir energia

No que diz respeito à **energia eólica**, de acordo com a World Wind Energy Association, no final do primeiro semestre de 2012 Portugal era o 10º maior produtor de energia eólica do mundo, como se pode observar no quadro seguinte:

Figura 12: Capacidade eólica total instalada no mundo



Fonte: World Wind Energy Association, [Em linha, referência de 8 de dezembro de 2012] disponível em http://www.wwindea.org/webimages/Half-year_report_2012.pdf 8Dec12

Face à situação geográfica periférica de Portugal, bem como a sua orografia, o aproveitamento do vento para efeitos de produção de energia efetua-se nas regiões mais elevadas, com especial ênfase a norte do rio Tejo, próximo da Costa Vicentina e em Sagres. (DGEG e), 2012)

De acordo com as Energias Endógenas de Portugal (E2P b), 2013) atualmente o país dispõe de 233 parques eólicos com uma potência total instalada, em funcionamento, de 4362,39 MW.

O aproveitamento da **Biomassa** também é digno de referência, na medida em que a floresta ocupa quase 38% do território nacional e a sua valorização energética pode não só contribuir em grande percentagem para a produção de energia, como para evitar a eclosão e propagação de incêndios. Contudo, face à carência de equipamentos para recolha, ao ambiente empresarial dos industriais de madeira e à concorrência dos setores energéticos tradicionais, ainda existe um longo percurso a efetuar. Entre as hipóteses mais plausíveis, encontra-se o aproveitamento de resíduos da vinha e da indústria do vinho, das podas de árvores e dos resíduos da produção de azeite. (ENERGIAS ALTERNATIVAS b), 2012)

De acordo com as Energias Endógenas de Portugal (E2P a), 2013), Portugal dispõe de 20 infraestruturas onde se faz produção de energia elétrica com a utilização de biomassa, situadas em Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Santarém Setúbal, Viana do Castelo e Viseu, com uma potência total instalada, em funcionamento, de 462,2 MW.

No que diz respeito à **Energia nuclear**, Portugal não produz energia com recurso a centrais nucleares. De acordo com a Quercus a primeira tentativa de construir uma central nuclear foi em 1976, em Ferrel (perto de Peniche) e a população efetuou demonstrações de indignação, iniciando a atitude de rejeição ao nuclear. Até à data, a maioria dos cidadãos portugueses defende que não se devem construir centrais nucleares, situação perceptível, face aos três grandes acidentes conhecidos que já ocorreram a nível mundial: o primeiro foi em 1979 na central de *Three Mile Island* nos Estados Unidos, o segundo em 1986 em *Chernobil*, na Ucrânia e mais recentemente (2011) em *Fukushima*, no Japão e às consequências associadas.

As explorações de urânio também provocam graves problemas ambientais e de saúde pública, sendo que na zona centro do país, mesmo após o término da exploração deste minério ainda não foram completamente diagnosticados os seus efeitos. Adicionalmente, ainda não foi identificado um destino adequado para os resíduos nucleares, que se mantêm ativos muito para além da sua utilização como combustível (podendo manter-se radioativos durante milhares de anos), pelo que no estado da arte atual pode afirmar-se que a energia nuclear não é uma alternativa sustentável e segura para Portugal. (QUERCUS, 2012)

A **energia das ondas** é uma outra forma de energia hidroelétrica, também baseado no movimento da água, mas neste caso das ondas do mar. As ondas são formadas pela interação entre o vento e as correntes marítimas e mediante a utilização de tecnologia apropriada é possível aproveitar a sua energia cinética para produzir energia elétrica através de um gerador e posteriormente transportá-la para terra por cabo.

Atualmente existem em Portugal dois projetos piloto de produção de energia com recurso ao movimento das ondas ao largo da Aguçadoura (Póvoa do Varzim) e na Ilha do Pico nos Açores. O Projeto da Aguçadoura é de 2008 e foi o primeiro desse tipo a nível mundial. Esta tecnologia ainda está em início de utilização, contudo a seu tempo poderá vir a trazer vantagens competitivas para Portugal no âmbito das energias renováveis.

A **energia elétrica** não é uma fonte primária de energia, mas sim uma forma de energia que é produzida através de todas as fontes primárias referidas anteriormente. É muito versátil pela facilidade da sua utilização e diversidade de aplicações, que vão desde os eletrodomésticos particulares aos comboios, passando mais recentemente pela introdução gradual no transporte rodoviário individual.

De acordo com a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, "A produção de energia eléctrica em Portugal Continental era de origem predominantemente térmica. Mais recentemente tem vindo a aumentar a produção de energia a partir de fontes de energia renovável, nomeadamente, aproveitamentos eólicos, aproveitamentos solares fotovoltaicos, centrais mini-hídricas, bem como centrais térmicas a partir da combustão de biomassa e biogás. (...) Atualmente, no sentido de diminuir os impactos ambientais do sector eléctrico, existem incentivos à produção de energia eléctrica a partir de fontes renováveis. De igual modo, as centrais ditas convencionais devem igualmente cumprir os limites estabelecidos ao nível ambiental, quer na fase de construção, quer na fase de exploração. Se por um lado as centrais térmicas cumprem programas rigorosos em termos de controlo de emissões, às centrais hídricas são impostos requisitos mínimos a nível de caudais ecológicos e das variações de caudal a jusante dos aproveitamentos, designadamente das albufeiras.

A energia produzida nas centrais é entregue à rede de transporte, que a canaliza para as redes de distribuição que a veiculam até às instalações dos consumidores. Uma parte da energia produzida, nomeadamente a proveniente de energias renováveis, é injectada directamente nas redes de distribuição de média e alta tensão em função da tecnologia de produção associada." (ERSE, 2012)

III.1. b. Evolução do consumo de energia em Portugal

Para poder compreender o contexto energético português, é necessário analisar com algum detalhe o consumo de energia. Nesse sentido, de acordo com a DGEG, a evolução do consumo de energia na última década foi a que se apresenta no quadro seguinte:

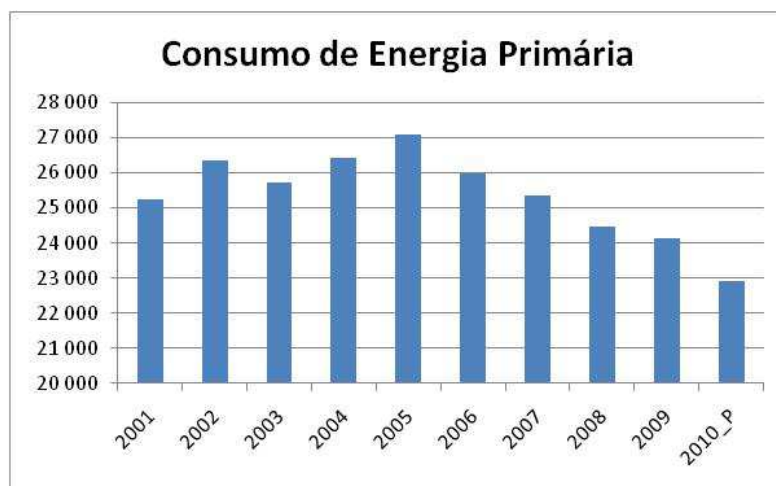
Figura 13: Evolução do consumo de energia em Portugal (ktep)²⁵

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010_P
Consumo de Energia Primária (C.E.P.)	25 244	26 334	25 737	26 440	27 087	25 971	25 350	24 462	24 139	22 902
Carvão	3 201	3 500	3 355	3 375	3 349	3 310	2 883	2 526	2 858	1 657
Petróleo	15 799	16 417	15 257	15 411	15 877	14 305	13 567	12 612	11 765	11 245
Electricidade (1GWh = 86 tep)	1 288	913	1 672	1 508	1 186	1 713	1 909	1 953	1 867	2 472
Gás natural	2 267	2 743	2 649	3 316	3 761	3 595	3 821	4 157	4 233	4 507
Outros	2 689	2 761	2 805	2 829	2 914	3 048	3 170	3 214	3 416	3 021
Consumos para a Produção de Electricidade e calor	9 031	9 754	9 020	8 971	9 800	9 424	8 972	8 760	9 329	8 922
Carvão	2 948	3 323	3 211	3 227	3 320	3 277	2 707	2 445	2 834	1 597
Petróleo	2 588	2 995	1 874	1 698	2 368	1 555	1 475	1 310	1 030	844
Hídrica, eólica, geotérmica e fotovoltaica (1GWh = 86 tep)	1 267	750	1 431	950	599	1 245	1 265	1 142	1 456	2 247
Gás natural	1 206	1 563	1 386	1 930	2 326	2 129	2 264	2 597	2 647	2 908
Outros	1 064	1 140	1 139	1 165	1 187	1 218	1 261	1 266	1 361	1 326
Consumo Bruto de Electricidade (GWh)	46 747	47 950	49 646	51 579	52 648	54 482	54 741	55 400	54 802	56 702

Fonte: DGEG, [Em linha, referência de 21 de dezembro de 2012] disponível em

<http://www.dgeg.pt?cr=7590>

Figura 14: Evolução do consumo de energia primária em Portugal (2001-2010)



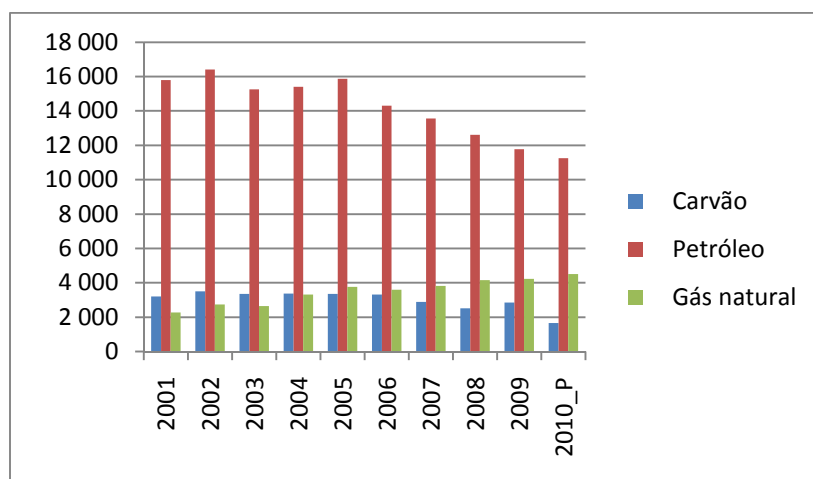
Fonte: Emanuel Sebastião com dados da figura 13

Observando o consumo de Energia Primária entre 2001 e 2010, verifica-se que, pese embora este tenha subido quase uniformemente até 2005, desse ano até 2010 decresceu gradualmente a uma taxa de aproximadamente 3%, num total de 15%.

²⁵ Quilo toneladas equivalentes de Petróleo.

No quadro seguinte apresenta-se a evolução do consumo de Carvão, Petróleo e Gás Natural, onde se pode constatar a relevância que o consumo de Petróleo ainda apresenta comparativamente com as outras fontes primárias não renováveis.

Figura 15: Evolução do consumo de Carvão, Petróleo e Gás Natural (2001-2010)



Fonte: Emanuel Sebastião com dados da figura 13

Analisando a figura 14, no que respeita ao **Carvão**, com exceção relativamente ao ano de 2009, desde 2005 que existe uma **tendência decrescente** no consumo, em 2010 o consumo foi aproximadamente 50% do de 2001. Passando para o **Petróleo**, desde 2005 que tem apresentado uma **tendência permanente de decréscimo** de consumo na ordem dos 7% ao ano, em 2010 o consumo foi aproximadamente 30% inferior a 2001. Já o consumo de **Gás Natural** é um caso paradigmático, na medida em que na última década quase que duplicou, mantendo uma **tendência crescente** com a média de 4% nos últimos 5 anos.

Quanto ao consumo bruto de **eletricidade**, na última década **creceu** a uma média de 2% ao ano, variando entre 0 e 4%, dependendo do ano; na última década houve um aumento total de 21%. Para finalizar, relativamente ao consumo de **biomassa, solar térmico, biogás, resíduos sólidos urbanos, resíduos industriais e biodiesel** (“outros” na figura 12), houve um **crescimento** gradual na ordem dos 3%.

Pode concluir-se que de 2005 a 2010 houve uma redução significativa do consumo de fontes primárias de energia, com especial incidência no consumo de Petróleo e Carvão, mas acompanhados de uma subida do consumo de Gás Natural e de energia proveniente de fontes renováveis. A redução do consumo deveu-se à alteração

do tipo de fontes de energia primária consumido, à contração da economia nacional e ao aumento da eficiência energética dos edifícios, veículos e equipamentos.

III.1. c. Evolução do consumo de produtos energéticos em Portugal

De acordo com a DGEG, a evolução do consumo de Carvão na última década foi a que se apresenta no quadro seguinte:

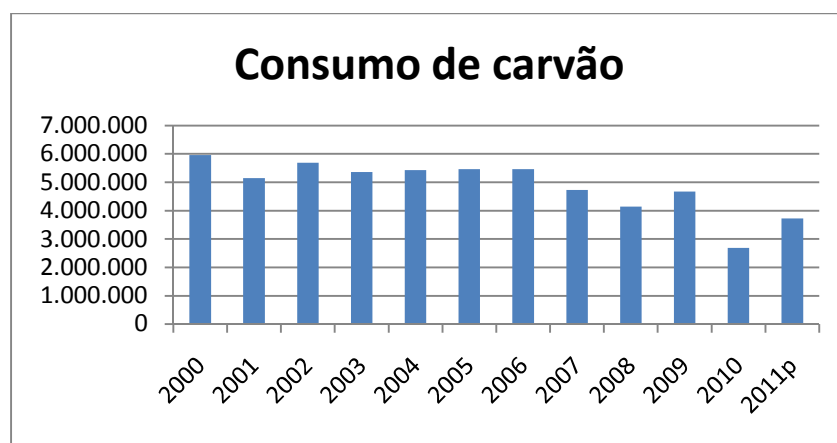
Figura 16: Consumo de Carvão em Portugal (2000-2011)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011p
tonelada												
Produção de Energia Eléctrica	5.171.121	4.788.141	5.401.204	5.139.059	5.284.700	5.435.813	5.420.376	4.442.516	4.032.132	4.637.799	2.610.197	3.692.065
Indústria	792.169	357.841	284.166	222.653	142.261	22.704	39.085	281.751	112.162	32.949	78.156	29.209
	5.963.290	5.145.982	5.685.370	5.361.712	5.426.961	5.458.517	5.459.461	4.724.267	4.144.295	4.670.748	2.688.353	3.721.274
tep												
Produção de Energia Eléctrica	3.206.095	2.947.936	3.323.375	3.210.797	3.227.366	3.319.651	3.276.828	2.707.042	2.444.703	2.833.768	1.597.427	2.255.900
Indústria	506.146	226.527	176.527	139.837	87.605	16.216	26.238	168.039	71.318	22.349	50.201	19.600
	3.712.241	3.174.463	3.499.902	3.350.634	3.314.971	3.335.867	3.303.066	2.875.082	2.516.022	2.856.117	1.647.628	2.275.500

Fonte: DGEG, [Em linha, referência de 21 de dezembro de 2012] disponível em

<http://www.dgeg.pt?cr=12738>

Figura 17: Evolução do consumo de Carvão em Portugal (toneladas) (2000-2011)



Fonte: Emanuel Sebastião com dados da figura 16

No gráfico anterior, verifica-se que de 2000 até 2011 houve uma tendência gradual de redução do consumo de Carvão, tendo atingido valores da ordem dos 30%.

De acordo com a DGEG, a evolução do consumo de Gás Natural na última década foi a que se apresenta no quadro seguinte:

Figura 18: Consumo de Gás Natural (2001-2011)

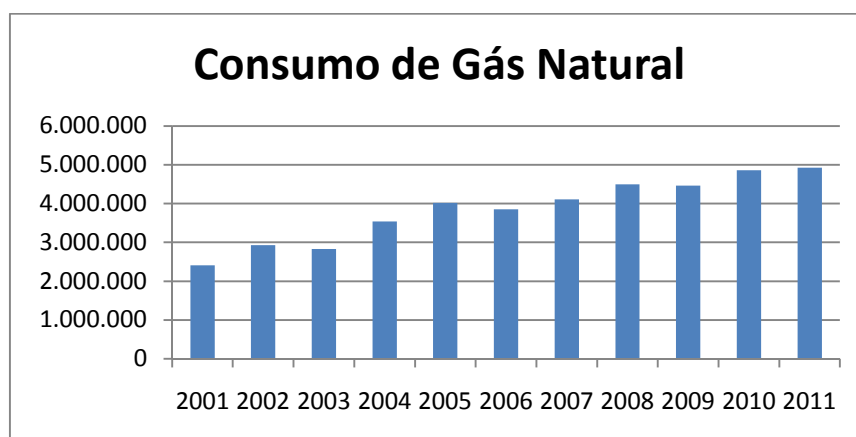
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Consumo de Gás Natural	2.410.975	2.932.833	2.827.961	3.542.516	4.014.832	3.856.271	4.109.970	4.496.642	4.465.752	4.858.456	4.921.855

unidade: 10³Nm³

Fonte: DGEG, [Em linha, referência de 21 de dezembro de 2012] disponível em

<http://www.dgeg.pt?cr=8807>

Figura 19: Consumo de Gás Natural (2001-2011)



Fonte: Emanuel Sebastião com dados da figura 18

No gráfico anterior, verifica-se que de 2000 até 2011 houve uma tendência acentuada de subida do consumo de Gás Natural, atingindo valores da ordem dos 100%.

De acordo com a DGEG, a evolução do consumo de produtos derivados do Petróleo na última década foi a que se apresenta no quadro seguinte:

Figura 20: Consumo de produtos derivados de Petróleo (toneladas) (2000-2010)

Produtos	Butano	Propano	Gasolina IO 95	Gasóleo Rodoviário	Gasóleo p/Aquec.	Gasóleo Colorido	Petróleos	Gasolina IO 98	Gás-Auto	Fuel
2000	407.290	559.790	1.022.074	4.210.092	0	369.963	9.987	513.704	20.388	3.015.758
2001	395.793	543.834	1.083.875	4.519.473	0	422.958	6.511	483.175	20.212	3.033.999
2002	405.997	524.980	1.259.025	4.605.085	0	447.596	4.678	468.882	19.476	3.404.723
2003	367.969	503.789	1.295.952	4.596.662	156.743	324.269	3.618	456.741	19.709	2.125.234
2004	358.168	520.829	1.353.432	4.725.430	200.643	321.963	3.164	397.082	20.128	1.928.811
2005	328.141	483.465	1.364.593	4.705.017	223.540	308.502	2.459	338.338	21.634	2.433.896
2006	311.911	484.174	1.341.154	4.550.647	213.293	300.817	2.201	254.220	20.155	1.468.368
2007	363.978	436.936	1.304.210	4.645.292	208.667	304.304	1.519	206.123	21.826	1.363.227
2008	343.911	440.909	1.259.079	4.571.130	190.946	300.119	1.546	153.610	25.350	1.143.162
2009	248.597	407.543	1.249.976	4.627.158	205.207	266.620	1.665	138.978	27.128	756.189
2010	246.790	411.728	1.190.740	4.667.946	227.592	266.983	1.543	126.053	25.836	546.440

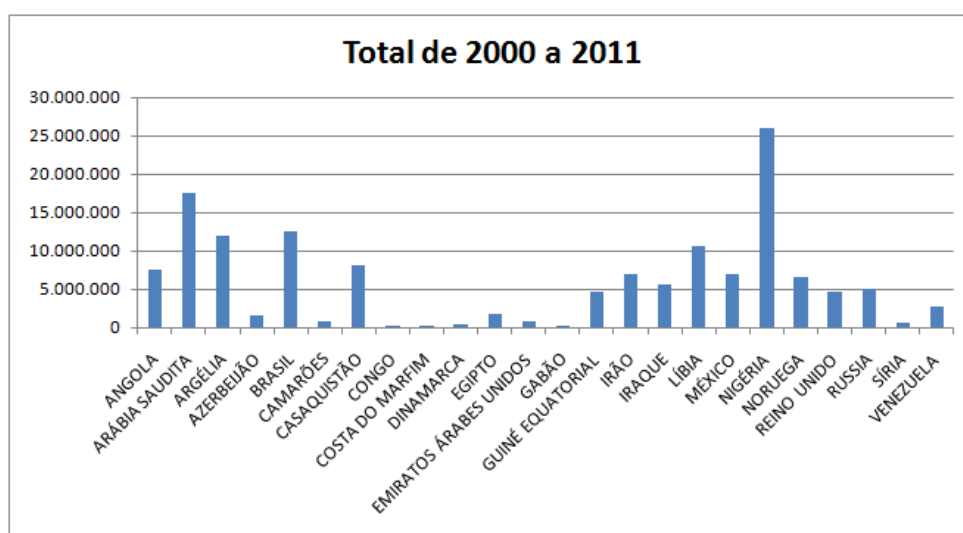
Fonte: DGEG, [Em linha, referência de 22 de dezembro de 2012] disponível em Estatísticas-Petróleo e Derivados-Por Concelho <http://www.dgeg.pt/>, elaborado pelo autor.

Analisando o quadro anterior, relativamente ao período entre 2000 e 2010, verificam-se as seguintes tendências: descida gradual do consumo de Gás Butano e Propano de aproximadamente 30%; subida ligeira do consumo de Gasolina IO 95 e Gasóleo Rodoviário, com um pico nos anos de 2004 e 2005; subida gradual do consumo de Gasóleo para aquecimento, de aproximadamente 45%; descida gradual do consumo do gasóleo colorido, de aproximadamente 30%; descida acentuada do consumo de Petróleos, de aproximadamente 85%; descida acentuada do consumo de Gasolina 98, de aproximadamente 75%; subida gradual do consumo de Gás-Auto, de aproximadamente 25%; descida acentuada do consumo de Fuel, de aproximadamente 80%.

A descida do consumo de Gás Butano e propano e de Fuel deveu-se ao aumento do consumo de Gás Natural. O aumento do consumo de Gasóleo de aquecimento está relacionado com a generalização da montagem de sistemas de aquecimento central com caldeiras a Gasóleo. A descida do consumo de Gasóleo colorido está relacionada com a contração da economia com impacto negativo na utilização de máquinas agrícolas. A descida do consumo de Gasolina 98 está diretamente relacionada com o aumento de consumo de Gás-Auto e de Gasóleo e com a retração da venda de veículos, face à conjuntura económica e financeira.

III.1. d. Origem e evolução das importações de energia portuguesas

Figura 21: Total de importação de Petróleo Bruto de 2000 a 2011 (toneladas)

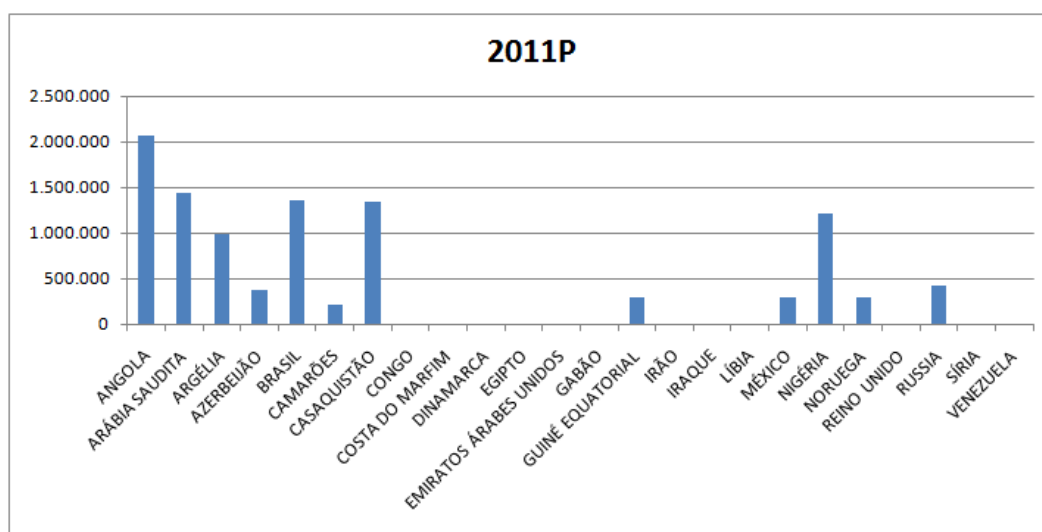


Fonte: DGEG, [Em linha, referência de 24 de dezembro de 2012] disponível em <http://www.dgeg.pt?cr=12088>, elaborado pelo autor.

De 2000 a 2011 os 5 países de onde Portugal importou mais Petróleo bruto foram a Nigéria (18,1%), a Arábia Saudita (12,2%), o Brasil (8,7%) a **Argélia** (8,3%) e

a Líbia (7,3), totalizando 54,6% das importações de 24 países diferentes. Neste intervalo de tempo, os únicos países que forneceram Petróleo de forma continuada a Portugal, foram a Nigéria e a Arábia Saudita. O Brasil é fornecedor desde 2001 e a **Argélia** e o Cazaquistão desde 2004. Assim sendo, pode afirmar-se com alguma segurança que caso não existam alterações políticas nestes países, existe uma elevada probabilidade de Portugal continuar a importar Petróleo bruto da Nigéria, Arábia Saudita, Brasil, **Argélia** e Cazaquistão.

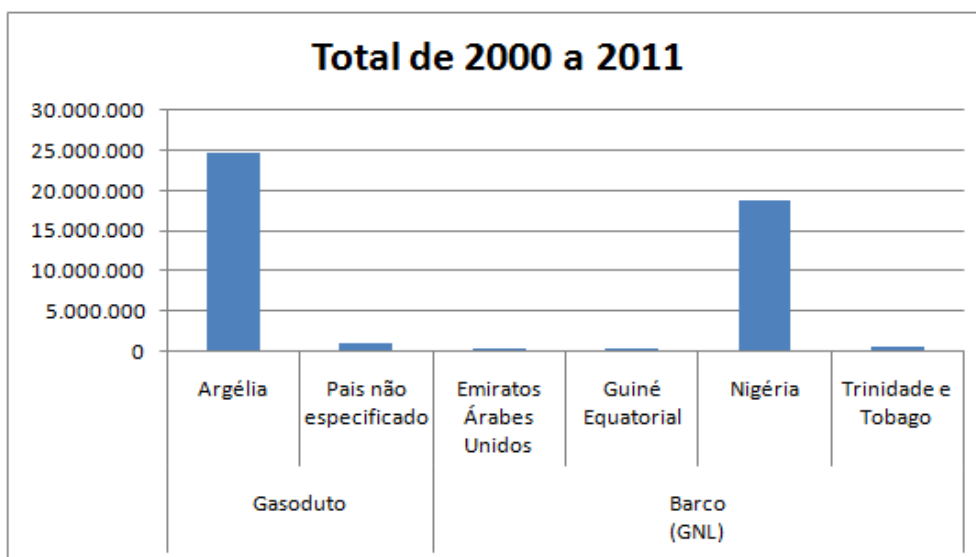
Figura 22: Importação de Petróleo Bruto em 2011 (toneladas, valores provisórios)



Fonte: DGEG, [Em linha, referência de 24 de dezembro de 2012] disponível em <http://www.dgeg.pt?cr=12088>, elaborado pelo autor.

Em 2011, os 5 maiores fornecedores de Petróleo bruto a Portugal foram Angola (20,0%), Arábia Saudita (14,0%), Brasil (13,2%), Cazaquistão (13,1%) e Nigéria (11,7%), totalizando 72,0% do total das importações entre 12 países. A **Argélia** vem logo de seguida, com um contributo de 9,6% (os outros 6 países foram o Azerbaijão, Camarões, Guiné Equatorial, México, Noruega e Rússia). Salienta-se que neste ano não houve importação de Petróleo da Líbia, país que em 2010 tinha sido responsável por 13,82% das importações Portuguesas. Esta alteração deveu-se aos conflitos que ocorreram nesse país nesse ano. Mas Portugal adaptou-se reforçando as importações de Angola (mais 34,6%), Arábia Saudita (mais 23,3%), Brasil (mais 20,3%), **Argélia** (mais 48,4%) e Rússia (mais 76,5%).

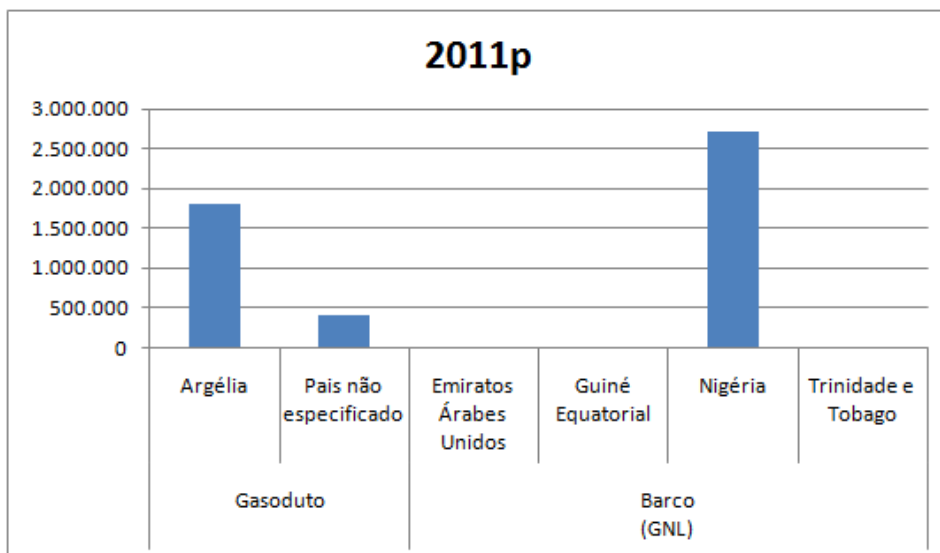
Figura 23: Total de importação de Gás Natural de 2000 a 2011 (10^3 Nm^3)



Fonte: DGEG, [Em linha, referência de 25 de dezembro de 2012] disponível em <http://www.dgeg.pt?cr=12093>, elaborado pelo autor.

De 2000 a 2011 os países de onde Portugal importou a maioria do Gás Natural foram a **Argélia** (54,6%) e a Nigéria (41,6%), totalizando 96,2% do total das importações de 6 países diferentes. Neste intervalo de tempo, foram esses países que forneceram Gás Natural sem interrupções.

Figura 24: Importação de Gás Natural em 2011 (10^3 Nm^3 , valores provisórios)



Fonte: DGEG, [Em linha, referência de 25 de dezembro de 2012] disponível em <http://www.dgeg.pt?cr=12093>, elaborado pelo autor.

Em 2011 os 2 maiores fornecedores de Gás Natural a Portugal foram a Nigéria (54,9%) e a **Argélia** (36,6%), totalizando 91,5% do total das importações entre 3 países.

III.1. e. O balanço energético português e a dependência energética do exterior

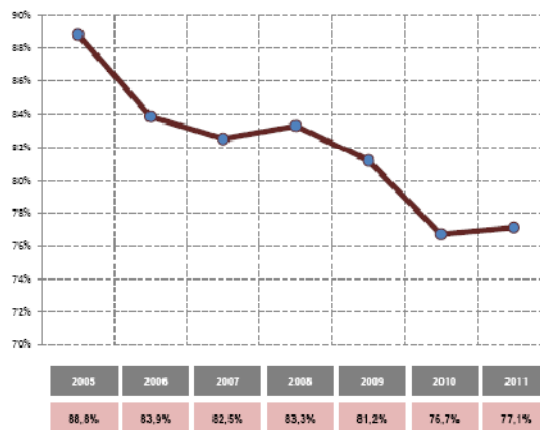
Figura 25: Evolução do Balanço Energético (2005-2011)

	Unidade: tep						
TOTAL	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
IMPORTAÇÕES	27 462 368	26 274 405	24 539 493	24 022 754	23 059 640	21 912 098	22 458 868
Produção Doméstica	3 513 180	4 292 961	4 460 585	4 372 817	4 885 481	5 318 733	5 393 165
Variação de Stocks	394 873	-44 872	-161 907	97 193	143 470	-331 626	-143 286
SAÍDAS	3 493 777	4 640 991	4 042 156	4 083 449	3 881 124	4 860 494	5 320 257
Exportações	2 665 633	3 741 823	2 738 687	2 719 245	2 619 914	3 313 082	3 805 452
Navegação Marítima Internacional	416 618	470 718	459 330	489 715	442 489	458 732	586 332
Aviação Internacional	411 526	428 450	844 139	874 489	818 721	888 680	928 474
CONSUMO DE ENERGIA PRIMÁRIA	27 068 890	25 071 247	25 119 820	24 214 020	23 020 527	22 001 983	22 874 881
Para Novas Formas de Energia	4 117 395	3 771 884	3 455 545	3 206 048	3 572 341	2 598 958	3 218 735
Produtos de Petróleo	-291 815	76 737	51 362	-128 310	-138 817	-97 465	-24 143
Petroquímica	32 515	32 480	40 504	24 379	20 485	36 980	28 565
Electricidade	3 881 421	3 217 197	2 896 732	2 829 906	2 990 553	2 080 689	2 745 705
Cogeração	495 274	445 270	466 947	480 073	700 120	576 754	468 608
Consumo do Sector Energético	1 794 189	1 638 053	1 356 385	1 407 519	1 583 443	1 297 036	1 205 468
Consumo como Matéria-Prima	1 654 628	1 282 498	1 647 614	1 275 842	937 725	1 289 867	1 323 148
Acertos	-58 177	-12 893	-47 523	-38 579	-14 270	-10 543	0
CONSUMO FINAL	19 578 865	19 291 905	18 707 808	18 364 099	17 841 288	17 728 845	16 927 511

Fonte: DGEG f), 2012

Do quadro anterior, pode comprovar-se a elevada dependência energética de Portugal, do exterior. Contudo, desde 2005 que o consumo de energia primária tem vindo a reduzir, o que conjugado com um aumento gradual da produção doméstica, tem vindo a conduzir a uma redução dessa dependência, que em 2011 era de 77,1%:

Figura 26: Evolução da dependência energética portuguesa (2005-2011)



Fonte: DGEG f), 2012

III.1. f. As reservas energéticas portuguesas

Legalmente, face aos acordos dos quais é signatário no âmbito da AIE e da UE, Portugal tem de manter uma reserva de 90 dias de Petróleo e produtos petrolíferos. Dois terços destas reservas são garantidos pelos operadores industriais e o restante terço pela Entidade Gestora de Reservas Estratégicas de Produtos Petrolíferos (EGREP). Os operadores e a EGREP também são obrigados a manter reservas de 30 dias de consumo de GPL, repartidas em 20 e 10 dias, respetivamente. Em condições específicas, os pequenos operadores podem delegar a sua obrigação na EGREP. Para apoiar a ação coletiva da AIE, o governo português pode libertar as reservas públicas, reduzir as obrigações dos operadores ou da indústria, ou fazer uma combinação de ambas as medidas. O procedimento para libertação das reservas está claramente definido, a DGEG e a Comissão de Planeamento Energético de Emergência (CPEE), são as entidades mais relevantes no processo e a decisão é do Ministro da Economia e do Emprego.

Relativamente ao Gás Natural, a política portuguesa passa pelos fornecedores do mercado (as entidades que importam e abastecem) terem de manter reservas de 15 dias de abastecimentos para a produção de energia elétrica e 20 dias de abastecimentos para os outros consumidores (especialmente agregados familiares). Não existe um processo automático para a libertação das reservas de gás, esta só pode ser efetuada mediante decisão do ministro da economia e do emprego. (IEA, 2012; 3)

António Costa e Silva defende que as reservas nacionais de hidrocarbonetos não são geridas eficientemente, referindo que 40% das reservas de Petróleo localizam-se na Alemanha, e a capacidade de armazenamento de Gás Natural é equivalente a apenas 28 dias de consumo médio, quando na Europa a média é de 80 dias. Portugal deveria aumentar a sua capacidade de armazenagem, de forma a garantir a totalidade das reservas de Petróleo e, considerando a existência em território nacional de condições geológicas adequadas para a armazenagem de Gás Natural, aproximar a capacidade das reservas desta fonte primária de energia do nível europeu, para assim poder aumentar a flexibilidade e a capacidade de resposta a interrupções de abastecimento. (LOPES, 2012: 31 e 39)

III.1. g. A política energética portuguesa

“No Programa do XIX Governo Constitucional (...) o Governo definiu uma nova política energética, (...) que deverá procurar activamente atingir os seguintes objectivos:

1. **Garantir fontes de energia final a preços relativamente competitivos**, contribuindo para reduzir os custos intermédios das empresas e aumentar a sua competitividade nos mercados internacionais;
2. **Melhorar substancialmente a eficiência energética do País** (redução em 25% do consumo até 2020), com o Estado como primeiro exemplo (redução de 30% do consumo até 2020), combatendo os desperdícios, contribuindo para a melhoria da balança de pagamentos e para um mais cabal cumprimento dos objectivos de sustentabilidade;
3. **Direccionar consumos para as fontes de energia que façam mais sentido para Portugal**, quando considerada a balança de pagamentos, os custos relativos dessas fontes de energia e o valor acrescentado nacional de cada uma das opções;
4. **Garantir um modelo energético de racionalidade económica e incentivos verdadeiros aos agentes de mercado**, adoptando uma trajectória de redução dos défices tarifários, visando no médio prazo a sua eliminação e procedendo a uma sistemática e rigorosa reavaliação dos projectos de investimento existentes;
5. **Reforçar a diversificação das fontes primárias de energia**, contribuindo para aumentar estruturalmente a segurança de abastecimento do País, diminuindo o risco do preço de determinadas *commodities*²⁶ e melhorando os níveis de sustentabilidade;
6. **Assegurar o cumprimento dos objectivos de redução das emissões de gases com efeito de estufa**;
7. **Reduzir a dependência petrolífera do País**, objectivo que será alcançado através do reforço da utilização de biocombustíveis, da aposta no transporte colectivo de qualidade, e o investimento nos modos ferroviário e marítimo no transporte para a Europa;
8. Promover a competitividade, a transparência dos preços, o bom funcionamento e a efectiva **liberalização de todos os mercados energéticos** (electricidade, Gás Natural, combustíveis e restantes derivados do Petróleo);
9. **Apoiar o desenvolvimento e internacionalização das empresas do sector energético**, com ênfase na fileira associada a tecnologias renováveis;
10. A médio prazo, o Governo tem por objectivo conseguir que Portugal tenha a mais baixa intensidade na União Europeia;

²⁶ Bem fungível, ou seja, equivalente e trocável por outro igual independentemente de quem o produz, como por exemplo: minério de ferro, Petróleo, Carvão, etanol, sal, açúcar, café, soja, alumínio, cobre, arroz, trigo, ouro, prata, paládio e platina.

11. Mercados energéticos liberalizados, altamente competitivos, com mecanismos transparentes de fixação de preços e uma regulação estável e bem aplicada.” (DGEG g), 2012)

III.1. h. O Conceito Estratégico de Defesa Nacional

O Conceito Estratégico de Defesa Nacional²⁷ (CEDN) define as prioridades do Estado em matéria de defesa, de acordo com o interesse nacional, e é parte integrante da política de defesa nacional. Um dos fundamentos da estratégia de segurança e defesa nacional é a promoção da prosperidade dos portugueses, através da redução das suas vulnerabilidades e dependências. Entre outras vertentes, dá-se especial ênfase à dimensão energética. Nesse sentido, no conceito de ação estratégica nacional, surge um vetor denominado “Assegurar a autonomia energética e alimentar”, do qual se destaca a importância estratégica da dependência energética, cuja ação estratégica deve passar pela execução das seguintes linhas de ação:

1. “Diminuir a dependência energética de Portugal do exterior e aproximá-la da média da UE (50%);
2. Diversificar fontes de fornecimento e rotas energéticas;
3. Tornar efetiva uma política de eficiência energética e apostar nos recursos endógenos do País com a dinamização de *clusters* competitivos na área das energias renováveis, em particular eólica, solar e biomassa;
4. Otimizar os recursos hídricos;
5. Rever a política de transportes, sector responsável pelo consumo de mais de um terço da energia primária e muito dependente do Petróleo;
6. Rever a política de gestão de reservas estratégicas de Petróleo e gás e adequar a sua magnitude à intensidade das ameaças de interrupção de abastecimento;
7. Impulsionar o potencial para a produção de biocombustíveis e promover uma política integrada de aproveitamento dos resíduos da floresta e dos resíduos urbanos que pode ajudar a transformar resíduos em recursos energéticos;
8. Negociar a participação de Portugal em projetos de redes energéticas transeuropeias.”

III.2. Síntese e considerações

Portugal não tem produção doméstica de Carvão, Petróleo e Gás Natural, bem como não produz energia elétrica com recurso a centrais nucleares. As fontes primárias de energia de origem doméstica são a hidroelétrica, eólica, solar e biomassa, havendo

²⁷ Aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013 e publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 67 — 5 de abril de 2013.

atualmente um “embrião” da produção de energia com recurso à energia cinética das ondas. Contudo, é feita refinação, armazenagem e distribuição de produtos petrolíferos e armazenagem, gaseificação e distribuição de Gás Natural em território nacional.

O Consumo de Energia Primária em Portugal tem vindo a decrescer aproximadamente 3% ao ano de 2005 a 2010, sendo que no mesmo período houve um decréscimo de aproximadamente 7% ao ano de consumo de Petróleo bruto. Relativamente ao Gás Natural, de 2001 a 2010 houve um aumento gradual de aproximadamente 4% ao ano, acompanhado pelo crescimento do consumo de fontes renováveis com uma taxa de 3% ao ano. Esta alteração deveu-se por um lado ao início da produção de energia elétrica utilizando Gás Natural bem como à política de investimentos em energias renováveis, no sentido de aproveitar os recursos energéticos endógenos, e assim reduzir a dependência energética do exterior.

Relativamente ao consumo de produtos energéticos, na última década observou-se uma mudança de paradigma, em que houve um crescimento do consumo de Gás Natural (100%), gasóleo de aquecimento (45%) e GPL (25%), acompanhado de uma descida do consumo dos Petróleos (menos 85%), fuel (menos 80%), gasolina 98 (menos 75%) e de menos 30% no Carvão, gás butano, gás propano e gasóleo colorido. No que respeita à Gasolina IO 95 e ao Gasóleo Rodoviário, houve apenas uma ligeira tendência de subida do consumo, com um pico nos anos de 2004 e 2005, mas mantendo-se de uma forma geral estável. Pode afirmar-se que houve um aumento da utilização dos veículos a gasóleo, bem como um alargamento do parque automóvel, mas acompanhado de um aumento da eficiência energética dos motores, com a consequente redução dos consumos, situação que permitiu a ligeira tendência de aumento de consumo dos combustíveis mais correntes. Também se identifica uma maior difusão da utilização de veículos a GPL, face à poupança que proporciona (fundamentalmente pelo regime fiscal aplicado ao GPL) e de gasóleo de aquecimento, face ao aumento do poder de compra dos portugueses durante o início da primeira década do milénio.

Quanto à origem do Petróleo bruto, de 2000 a 2011 os 5 países de onde Portugal importou mais quantidade desta fonte primária de energia foram a Nigéria (18,1%), a Arábia Saudita (12,2%), o Brasil (8,7%) a **Argélia** (8,3%) e a Líbia (7,3), totalizando 54,6% do total das importações de 24 países diferentes. Neste intervalo de tempo, os únicos países que forneceram Petróleo de forma continuada a Portugal, foram a Nigéria e a Arábia Saudita. O Brasil é fornecedor desde 2001 e a **Argélia** e o Cazaquistão desde

2004. Em 2011, os 5 maiores fornecedores de Petróleo bruto a Portugal foram Angola (20,0%), Arábia Saudita (14,%), Brasil (13,2%), Cazaquistão (13,1%) e Nigéria (11,7%), totalizando 72,0% do total das importações entre 12 países. A **Argélia** vem logo de seguida, com um contributo de 9,6% (os outros 6 países foram o Azerbaijão, Camarões, Guiné Equatorial, México, Noruega e Rússia). Salienta-se que neste ano não houve importação de Petróleo da Líbia, país que em 2010 tinha sido responsável por 13,82% das importações Portuguesas. Esta alteração deveu-se aos conflitos que ocorreram no país nesse ano, mas Portugal adaptou-se reforçando as importações de Angola (mais 34,6%), Arábia Saudita (mais 23,3%), Brasil (mais 20,3%), **Argélia** (mais 48,4%) e Rússia (mais 76,5%). Face ao apresentado, pode afirmar-se que existe uma elevada probabilidade de Portugal continuar a exportar Petróleo bruto da Nigéria, Arábia Saudita, Brasil, **Argélia** e Cazaquistão, desde que estes países mantenham as condições da última década.

No que respeita à origem do Gás Natural, de acordo com a DGEG, de 2000 a 2011 os países de onde Portugal importou mais quantidade desta fonte primária de energia foram a **Argélia** (54,6%) e a Nigéria (41,6%), totalizando 96,2% das importações de 6 países diferentes. Neste intervalo de tempo foram esses países que forneceram Gás Natural a Portugal sem interrupções. Em 2011 os 2 maiores fornecedores de Gás Natural a Portugal foram a Nigéria (54,9%) e a **Argélia** (36,6%), totalizando 91,5% das importações entre 3 países. Comparando com a diversidade de fornecedores de Petróleo, **reconhece-se que existe uma elevada concentração de países de origem para as importações de Gás Natural, identificando-se a necessidade de diversificação, através da aquisição a outros países.**

Devido à carência de fontes primárias de energia não renováveis, Portugal tem uma elevada dependência energética do exterior. Todavia, desde 2005 o consumo tem vindo gradualmente a reduzir-se. Conjugando este decréscimo do consumo com o aumento gradual da produção doméstica, baseada em fontes primárias de energia, renovável, também tem havido uma redução gradual da dependência do exterior, que passou de 88,8% em 2005, para **77,1% em 2011.**

Face aos acordos dos quais é signatário no âmbito da AIE e da UE, Portugal mantém reservas de Petróleo, produtos petrolíferos e Gás Natural, como forma de garantir o abastecimento em situações de emergência, até ao restabelecimento da

normalidade. Todavia identifica-se a necessidade de ampliar essas reservas para valores próximos da média da UE.

Portugal dispõe de uma política energética equilibrada, que visa garantir fontes de energia final a preços competitivos, melhorar a eficiência energética, direcionar consumos para as fontes de energia endógenas, garantir um modelo energético de racionalidade económica e incentivos aos agentes de mercado, reforçar a diversificação das fontes primárias de energia, reduzir a dependência petrolífera do país, promover a liberalização dos mercados energéticos e apoiar o desenvolvimento e internacionalização das empresas do sector energético.

Recentemente, em 2013, o novo CEDN prevê um vetor de ação estratégica denominado “Assegurar a autonomia energética e alimentar”, do qual se salientam os seguintes aspetos das linhas de ação estratégica: redução da dependência energética, diversificação de fontes de fornecimento e rotas energéticas, eficiência energética, investimento em recursos endógenos, revisão da política de transportes (responsável por mais de 1/3 do consumo), gestão adequada das reservas, aproveitamento dos resíduos para produção de energia e aprofundamento da participação de Portugal em projetos de infraestruturas energéticas transeuropeias.

Analisando de forma integrada a situação energética portuguesa dos últimos dez anos, as linhas gerais da política energética portuguesa e o recente CEDN, pode afirmar-se o seguinte:

- Portugal tem investido de forma excessiva na construção de estradas, sem dinamizar a criação de sistemas de transporte coletivo de qualidade e consumidores de fontes de energia adequadas, tais como a energia elétrica e o Gaz Natural. No entanto, o problema está identificado e foram dadas orientações para a transformação, faltando a sua operacionalização. Assim sendo, na vertente dos transportes, urge alterar o paradigma do transporte individual consumidor de combustíveis fósseis, para um modelo assente em transportes públicos e veículos com baixa emissão de CO₂, preferencialmente comboios e veículos individuais elétricos;
- Quanto à diversificação dos países origem das fontes primárias de energia, no que diz respeito ao Petróleo, Portugal tem seguido as melhores práticas adaptando as importações em função da disponibilidade dos mercados. No caso

do Gás Natural, considerando que as importações são efetuadas quase apenas da Nigéria e da Argélia, deve ser ponderada a importação de GNL de países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) como o Brasil e Moçambique, de outros países atlânticos, como a Venezuela e os EUA ou de países do médio oriente, como o Qatar ou a Arábia Saudita. Adicionalmente é imprescindível dispor de planos de emergência para fazer face a interrupções de abastecimento de Gás Natural;

- A política de investimento em fontes de energia renováveis, do tipo hídrico, eólico, solar e biomassa, tem sido muito importante para a redução da dependência energética, tendo-se revelado um bom investimento de médio e longo prazo. De acordo com a DGEG (DGEG h), 2012; 12), em 2011 Portugal obteve o terceiro maior contributo de fontes de energia renovável para a produção de energia elétrica da Europa (45,3%) logo atrás da Suécia (57,2%) e da Áustria (56,3%). Considerando que a média da UE 15 foi de 21,7%, e que ao nível global, apenas a Nova Zelândia (73,3%) e o Canadá (63,7%) apresentam maiores contributos das renováveis, Portugal está na vanguarda da utilização de fontes de energia renováveis para produção de energia elétrica, como comprovam os projetos inovadores relacionados com a energia das ondas. Esta capacidade deve continuar a ser desenvolvida internamente, identificando-se uma oportunidade de internacionalização de empresas portuguesas e exportação de equipamentos fabricados em Portugal, bem como de tentar cativar investimento externo no desenvolvimento das tecnologias de utilização da energia das ondas (por exemplo da Argélia, que tem disponibilidade financeira e uma costa de 998 km para o mar mediterrâneo);
- A liberalização do mercado energético tem vindo a ser implementada gradualmente desde 1995. A partir de 4 de Setembro de 2006 os consumidores em Portugal continental passaram a poder escolher o seu fornecedor de energia elétrica e de Gás Natural, mas o processo ainda se encontra em fase de implementação inicial. Até que os mercados atuem de forma verdadeiramente concorrencial existe um longo caminho a percorrer, que passa por exemplo, por adequar a fiscalidade, que afeta Portugal, comparativamente com a concorrência internacional. Para o mercado liberalizado poder vir a ser efetivamente concorrencial, é fundamental que a Entidade Reguladora dos Serviços

Energéticos (ERSE) supervisione eficazmente os mercados e impeça a cartelização dos operadores;

- Relativamente às infraestruturas energéticas transeuropeias, o recente Regulamento da UE nº 347/2013, de 17 de abril, estabelece orientações para o desenvolvimento e a interoperabilidade dos corredores e domínios prioritários, através da identificação dos projetos de interesse comum nos setores energéticos; facilita a execução dos projetos através da racionalização, coordenação, aceleração dos processos de concessão de licenças e do reforço da participação pública; estabelece regras e fornece orientações para a imputação dos custos transfronteiriços e os incentivos relacionados com os riscos para projetos; e determina as condições de elegibilidade para a assistência financeira da EU. De acordo com novo CEDN, Portugal deve negociar a participação nas redes energéticas transeuropeias, no sentido de aumentar a segurança energética;
- Para terminar, no âmbito da exploração de recursos energéticos fósseis em território nacional, cita-se um excerto de António Costa e Silva: “Portugal deve articular uma política no âmbito da sua Zona Económica Exclusiva²⁸ (ZEE), para valorizar o *deep-offshore* português, mapear e desenvolver as reservas de Petróleo, Gás e Hidratos de Metano, estimular a prospeção nas bacias de Peniche, Alentejo e Algarve e procurar alianças com o Brasil (Petrobras) e com a Noruega (Statoil) no sentido de criar um novo Pólo de desenvolvimento, aumentar de forma significativa a segurança do País e criar um modelo de geração elétrica térmica baseada em recursos endógenos.” (LOPES, 2012: 40) Segundo Rui Baptista (geólogo da Galp Energia), aproximadamente 50% das descobertas recentes de hidrocarbonetos efetuaram-se em águas profundas ou ultra profundas. Recentemente, a Petrobras tem vindo a desenvolver a pesquisa de hidrocarbonetos na Baía de Santos (Brasil), com elevada taxa de sucesso, o que adicionado ao facto de ser um país atlântico da CPLP, identifica-se como uma oportunidade de parceria para explorar o *deep-offshore* português.

²⁸ A ZEE corresponde à zona marítima que vai até 200 milhas da linha de costa e sobre a qual os respetivos Estados ribeirinhos possuem os direitos de exploração, conservação e administração de todos os seus recursos. Portugal definiu a sua ZEE em 1997, esta inclui as regiões autónomas dos Açores e da Madeira, totalizando uma superfície que ronda 1 700 000 km², uma área que equivale a 18 vezes a área total do país, sendo a mais extensa da União Europeia.

Capítulo IV. Estratégia para Portugal

Este trabalho começou por uma abordagem ao tema da segurança e da segurança energética, seguidamente efetuou-se uma análise geopolítica da Argélia para identificar os seus pontos fortes e vulnerabilidades e tentar compreender o contexto político, económico e social atual, tendo como moldura a designada Primavera Árabe. Na sequência, efetuou-se uma abordagem ao panorama energético português, fazendo referência à ligação energética com a Argélia. Chegou o momento de efetuar uma análise TOWS²⁹ (*Threats, Opportunities, Weaknesses, Strengths*) no sentido de propor estratégias a adotar por Portugal para salvaguardar a segurança energética face à dependência do abastecimento de Petróleo e Gás Natural da Argélia.

A ferramenta TOWS permite cruzar os fatores do ambiente externo a uma organização (neste caso, Portugal) – que são as oportunidades (O) e as ameaças (T) – com os fatores do ambiente interno – pontos fortes (S) e pontos fracos (W). Do cruzamento dos fatores, podem identificar-se quatro grandes tipos de estratégias, táticas e ações a adotar, em função da relação entre pontos fortes e oportunidades (SO), entre os pontos fortes e ameaças (ST), entre os pontos fracos e oportunidades (WO) e entre os pontos fracos e ameaças (WT). A estratégia SO é a mais favorável e permite a uma organização ter sucesso, neste caso a ideia é identificar formas de utilizar os pontos fortes para retirar vantagem das oportunidades, maximizando-as. A estratégia ST foca-se em identificar formas de utilizar os pontos fortes para evitar as ameaças, minimizando-as. No caso da estratégia WO, a organização tenta tirar vantagem das oportunidades para ultrapassar os pontos fracos, minimizando-os. A tarefa poderá não ser simples mas deverá ser executada com determinação, sob pena de outra organização aproveitar as oportunidades (eventualmente de forma antagónica). Finalmente, a estratégia WT, a menos favorável, tem como objetivo minimizar os pontos fracos e evitar as ameaças, permite traçar estratégias defensivas e poderá obrigar a alterações estruturais na organização. (Weihrich, 1982)

Nesta análise, por ambiente externo entendem-se as dinâmicas políticas, económicas e sociais na Argélia decorrentes da Primavera Árabe, estudadas no capítulo

²⁹ A análise TOWS e a análise SWOT são idênticas em termos de processo, a única diferença é que a primeira foca-se no ambiente externo como ponto de partida e a segunda no ambiente interno.

II, e por ambiente interno, a conjuntura da segurança de abastecimento energético de Portugal, abordada no capítulo III.

Os fatores em análise foram identificados pelo autor face ao estudo efetuado nos primeiros três capítulos deste trabalho e submetidos à consideração de um grupo de peritos de origem empresarial, estatal e académica, como forma de averiguar o seu grau de relevância para o estudo. Para o efeito foram elaborados quatro questionários (Anexo B), com um conjunto de trinta perguntas a classificar de 1 a 4, de acordo com os seguintes critérios: 1 – Nenhuma importância; 2 – Pouca importância; 3 – Importância razoável; 4 – Elevada importância. Foi ainda solicitada a indicação de outros fatores julgados pertinentes, não incluídos no questionário. Os questionários foram enviados por correio eletrónico durante o mês de maio de 2013 e recebidos pela mesma via em maio e junho de 2013. Foi garantida a confidencialidade das respostas, pelo que não serão feitas referências à autoria das mesmas.

O tipo de amostragem foi intencional, não probabilística subordinada aos objetivos específicos investigados, com tratamento estatístico efetuado através de percentagens e médias ponderadas. Foi calculada a percentagem de respostas de cada tipo e as mesmas foram ponderadas face às pontuações atribuídas pelos peritos através da seguinte fórmula: $R = (A \times 1 + B \times 2 + C \times 3 + D \times 4) \div 100$ com arredondamento à unidade, em que A, B, C, e D são as percentagens relativas às pontuações 1, 2, 3 e 4 respetivamente e R o resultado final. No estudo, apenas foram considerados os fatores com resultado igual ou superior a 2,5 por ter sido considerado o valor a partir do qual o fator tem uma “Importância Razoável”.

Figura 27: Lista de Peritos que participaram na análise

Nome	Área de Atividade
Perfil empresarial	
Prof. Doutor António Costa e Silva	Presidente da Partex Oil and Gas. Professor com agregação em Planeamento e Gestão Integrada de Recursos Energéticos no IST.
Dr. Ruben Eiras	Responsável pelas relações com o sistema científico da Galp Energia, doutorando em “política de segurança energética” no ISCTE e AM.
Eng.º Nuno Ribeiro da Silva	Presidente da Endesa Portugal, licenciado em Engenharia e Economia e Mestre em Economia Política e Planeamento Energético pela UTL.

Perfil estatal	
Dr. António Gamito	Embaixador de Portugal na Argélia
Almirante José Carlos Torrado Saldanha Lopes	Chefe do Estado-Maior da Armada
Prof. Doutor José Manuel Félix Ribeiro	Consultor e professor universitário
Perfil académico	
Prof. Doutor Armando Marques Guedes	Professor associado com agregação na Faculdade de Direito da UNL. Doutorado em Antropologia Cultural e Social, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH).
Dr. Pedro Avillez	Político e editor da Tribuna da História.
Prof. Doutor Pedro Miguel Moreira da Fonseca	Professor auxiliar de Ciência Política no ISCSP, Doutorado, Mestre e Licenciado em ciência política pelo ISCSP.

Fonte: Elaborado pelo autor

IV. 1. Análise TOWS

IV. 1. a. Oportunidades

Face à análise geopolítica efetuada à Argélia no capítulo II e ao panorama energético português apresentado no capítulo III, seguidamente apresenta-se o quadro resumo com os resultados das respostas dos inquiridos ao questionário I, com as oportunidades para Portugal, relativamente às dinâmicas políticas, económicas e sociais na Argélia decorrentes da Primavera Árabe, para o período de 2011, 2021:

Figura 28: Quadro resumo com os resultados das respostas ao questionário I

Questionário I					
Oportunidades		Grau de importância			
1	Contributo de Portugal para a manutenção da segurança da procura do Petróleo e do Gás Natural argelino	1	2	3	4
	Total (%)	25,0	37,5	12,5	25,0
2	Contributo de Portugal para o desenvolvimento económico argelino através da cooperação para o alargamento da sua atividade económica a outros setores (agricultura, indústria, construção, serviços, formação, etc.)	1	2	3	4
	Total (%)	11,1	33,3	22,2	33,3
3	Interesse do governo argelino em realizar parcerias com empresas portuguesas	1	2	3	4
	Total (%)		12,5	75,0	12,5
4	Possibilidade de envolvimento da GALP no <i>upstream</i> argelino, com	1	2	3	4

	vantagens para a balança comercial portuguesa				
	Total (%)		62,5		37,5
5	Aumento da exportação de bens e serviços portugueses para a Argélia	1	2	3	4
	Total (%)		11,1	44,4	44,4
6	Possibilidade de financiamento da economia portuguesa com taxas de juro competitivas	1	2	3	4
	Total (%)	12,5	50,0	25,0	12,5

Fonte: Emanuel Sebastião com base nas respostas ao questionário I

Neste âmbito, os peritos sugeriram ainda a consideração dos seguintes fatores:

- Relançamento pela União Europeia de programas orientados para o desenvolvimento económico e social do Magrebe;
- Concretização das redes transeuropeias de energia propostas pela Comissão Europeia;
- Reforço da segurança de abastecimento energético de Portugal e da Europa graças às descobertas de Petróleo e Gás Natural no espaço lusófono (Brasil, Angola, Moçambique, Guiné Bissau);
- Novos investimentos na prospeção de Petróleo e Gás Natural no *onshore* e *offshore* de Portugal.

Considerando as respostas dos inquiridos, verifica-se que as oportunidades com **importância razoável** que se apresentam a Portugal são:

- Contributo de Portugal para o desenvolvimento económico argelino através da cooperação para o alargamento da sua atividade económica a outros setores (agricultura, indústria, construção, serviços, formação, etc.);
- Interesse do governo argelino em realizar parcerias com empresas portuguesas;
- Possibilidade de envolvimento da GALP no *upstream* argelino, com vantagens para a balança comercial portuguesa;
- Aumento da exportação de bens e serviços portugueses para a Argélia.

O contributo de Portugal para a manutenção da segurança da procura do Petróleo e do Gás Natural argelino não será considerado, pela reduzida percentagem de exportações de hidrocarbonetos para Portugal (o petróleo foi residual e o Gás Natural foi 4,2% em 2011) (EIA, 2013). A possibilidade de financiamento da economia

portuguesa com taxas de juro competitivas não será considerada por a Argélia não ter vocação para financiar Estados europeus canalizando o seu *superavit* essencialmente para fundos de reserva orientadas para fazer face a instabilidades no mercado dos hidrocarbonetos.

IV. 1. b. Ameaças

Face à análise geopolítica efetuada à Argélia no capítulo II e ao panorama energético português apresentado no capítulo III, seguidamente apresenta-se o quadro resumo com os resultados das respostas dos inquiridos ao questionário II, com as ameaças para Portugal, relativamente às dinâmicas políticas, económicas e sociais na Argélia decorrentes da Primavera Árabe, para o período de 2011, 2021:

Figura 29: Quadro resumo com os resultados das respostas ao questionário II

Questionário II					
Ameaças		Grau de importância			
1	Radicalização do regime político na Argélia com aumento das exigências contratuais relativas ao abastecimento de Petróleo e Gás Natural a Portugal	1	2	3	4
	Total (%)	11,1	55,6	11,1	22,2
2	Redução continuada do preço do Petróleo e do Gás Natural com a consequente diminuição da capacidade do governo argelino manter o estatuto através da repressão das sublevações, do aumento da despesa pública, dos vencimentos dos funcionários do estado, das subvenções aos bens de primeira necessidade e do acesso ao crédito por parte dos jovens	1	2	3	4
	Total (%)		55,6	33,3	11,1
3	Surgimento de novas tecnologias de extração de Petróleo e Gás Natural, "não convencionais", que impliquem a redução da competitividade do Petróleo e Gás Natural argelinos	1	2	3	4
	Total (%)		33,3	22,2	44,4
4	Interrupção continuada do fornecimento energético argelino a Portugal devido a ataques terroristas a infraestruturas energéticas	1	2	3	4
	Total (%)		22,2	55,6	22,2
5	Aumento das tensões entre a Argélia e Marrocos face às contendas fronteiriças e ao conflito do Saara Ocidental	1	2	3	4
	Total (%)	11,1	66,7	22,2	
6	Quebra das relações diplomáticas e económicas entre Portugal e a Argélia face à atitude argelina para mitigar os efeitos da Primavera Árabe	1	2	3	4
	Total (%)	55,6	11,1	33,3	

Neste âmbito, os peritos sugeriram ainda a ponderação dos seguintes fatores:

- Instabilidade política na Argélia resultante de divisões no seio da elite dirigente em torno da sucessão no topo do regime;
- Reforço da presença e atuação de grupos terroristas ligados Al Qaeda com base no Saara;
- Focos crescentes de tensões políticas entre Estados no Magrebe, resultantes do eventual colapso do Estado na Líbia;
- Recusa das autoridades da Argélia em participar com forças europeias e dos EUA no combate aos grupos terroristas atuando fora das suas fronteiras.

Considerando as respostas dos inquiridos, verifica-se que as ameaças com **importância razoável** que se apresentam a Portugal são:

- Redução continuada do preço do Petróleo e do Gás Natural com a conseqüente diminuição da capacidade do governo argelino manter o estatuto através da repressão das sublevações, do aumento da despesa pública, dos vencimentos dos funcionários do estado, das subvenções aos bens de primeira necessidade e do acesso ao crédito por parte dos jovens;
- Surgimento de novas tecnologias de extração de Petróleo e Gás Natural, “não convencionais”, que impliquem a redução da competitividade do Petróleo e Gás Natural argelinos;
- Interrupção continuada do fornecimento energético argelino a Portugal devido a ataques terroristas a infraestruturas energéticas;
- Aumento das tensões entre a Argélia e Marrocos face às contendas fronteiriças e ao conflito do Saara Ocidental.

A radicalização do regime político na Argélia com aumento das exigências contratuais relativas ao abastecimento de Petróleo e Gás Natural a Portugal não será considerada por ser improvável a Argélia colocar em causa a sua principal fonte de rendimento, mesmo com alterações no regime. A quebra das relações diplomáticas e económicas entre Portugal e a Argélia face à atitude argelina para mitigar os efeitos da Primavera Árabe não será considerada pela capacidade que a Argélia dispõe para

“motivar” os seus cidadãos através de subsídios e pela elevada capacidade e experiência que as forças de segurança têm para debelar tumultos sem causar baixas.

IV. 1. c. Pontos Fortes

Face à análise geopolítica efetuada à Argélia no capítulo II e ao panorama energético português apresentado no capítulo III, seguidamente apresenta-se o quadro resumo com os resultados das respostas dos inquiridos ao questionário III, com os pontos fortes da conjuntura da segurança de abastecimento energético de Portugal, relativamente à Argélia, para o período de 2011, 2021:

Figura 30: Quadro resumo com os resultados das respostas ao questionário III

Questionário III					
Pontos Fortes		Grau de importância			
1	Relações diplomáticas entre Portugal e a Argélia	1	2	3	4
	Total (%)			33,3	66,7
2	Indústria portuguesa de construção civil com capacidade de internacionalização	1	2	3	4
	Total (%)		50,0	25,0	25,0
3	Sistema de refinação, armazenagem e distribuição de produtos petrolíferos e armazenagem e distribuição de Gás Natural português	1	2	3	4
	Total (%)		12,5	62,5	25,0
4	Flexibilidade no abastecimento de Gás Natural facultada pelo terminal GNL de Sines	1	2	3	4
	Total (%)		11,1	44,4	44,4
5	Diversificação de fornecedores e fontes primárias de energia	1	2	3	4
	Total (%)			33,3	66,7
6	Reservas de Petróleo e Gás Natural	1	2	3	4
	Total (%)	25,0	25,0	37,5	12,5
7	Acordos no âmbito da Agencia Internacional da Energia (AIE)	1	2	3	4
	Total (%)		50,0	50,0	
8	Disponibilidade de informação através da AIE e do Fórum Internacional da Energia (FIE)	1	2	3	4
	Total (%)		37,5	50,0	12,5
9	Processo em curso de liberalização do mercado energético	1	2	3	4
	Total (%)		50,0	37,5	12,5
10	Política nacional de aumento da eficiência energética	1	2	3	4
	Total (%)	25,0		12,5	62,5
11	Investimento em energias renováveis	1	2	3	4

	Total (%)		33,3	22,2	44,4
12	Política de internacionalização das empresas do setor energético	1	2	3	4
	Total (%)		22,2	33,3	44,4
13	Tendência crescente de "descarbonização" da economia portuguesa	1	2	3	4
	Total (%)	12,5	12,5	62,5	12,5

Fonte: Emanuel Sebastião com base nas respostas ao questionário III

Considerando as respostas dos inquiridos, verifica-se que os pontos fortes de Portugal, neste âmbito podem subdividir-se em dois grupos, **os de elevada importância:**

- Relações diplomáticas entre Portugal e a Argélia;
- Diversificação de fornecedores e fontes primárias de energia.

Que devem ser encarados com elevada prioridade por serem os que mais podem contribuir para a segurança energética de Portugal face à Argélia. Todavia, sem perder de vista o potencial contributo do terminal de GNL de Sines para a diversificação do abastecimento de Gás Natural.

E os de importância razoável:

- Indústria portuguesa de construção civil com capacidade de internacionalização;
- Sistema de refinação, armazenagem e distribuição de produtos petrolíferos e armazenagem e distribuição de Gás Natural português;
- Flexibilidade no abastecimento de Gás Natural facultada pelo terminal GNL de Sines;
- Acordos no âmbito da AIE;
- Disponibilidade de informação através da AIE e do FIE;
- Processo em curso de liberalização do mercado energético;
- Política nacional de aumento da eficiência energética;
- Investimento em energias renováveis;
- Política de internacionalização das empresas do setor energético;
- Tendência crescente de “descarbonização” da economia portuguesa.

As reservas de Petróleo e Gás Natural não foram consideradas por estarem aquém do desejável para o consumo português de hidrocarbonetos.

IV. 1. d. Pontos Fracos

Face à análise geopolítica efetuada à Argélia no capítulo II e ao panorama energético português apresentado no capítulo III, seguidamente apresenta-se o quadro resumo com os resultados das respostas dos inquiridos ao questionário IV, com os pontos fracos da conjuntura da segurança de abastecimento energético de Portugal, relativamente à Argélia, para o período de 2011, 2021:

Figura 31: Quadro resumo com os resultados das respostas ao questionário IV

Questionário IV					
Pontos Fracos		Grau de importância			
1	Elevada dependência energética de Portugal do exterior (77,1% em 2011)	1	2	3	4
	Total (%)			11,1	88,9
2	Elevada dependência das importações de Gás Natural da Argélia (54,6% de 2000 a 2011 e 36,6% em 2011)	1	2	3	4
	Total (%)			55,6	44,4
3	Tendência crescente de aumento do consumo de Gás Natural para produção de energia elétrica, indústria e consumo privado	1	2	3	4
	Total (%)	11,1	11,1	55,6	22,2
4	Inexistência de fontes primárias de energia não renováveis em território nacional	1	2	3	4
	Total (%)		11,1	44,4	44,4
5	Reduzida disponibilidade financeira para investimentos estruturantes face à conjuntura económica e financeira	1	2	3	4
	Total (%)		11,1	66,7	22,2

Fonte: Emanuel Sebastião com base nas respostas ao questionário IV

Considerando as respostas dos inquiridos, verifica-se que os pontos fracos de Portugal, neste âmbito podem subdividir-se em dois grupos, **o de elevada importância**:

- Elevada dependência energética de Portugal do exterior (77,1% em 2011).

Este ponto fraco necessita de uma abordagem cuidada e deve continuar a ser trabalhado no sentido da sua redução, preferencialmente com recurso a fontes renováveis de energia, pelas vantagens ambientais que apresentam.

E os de importância razoável:

- Elevada dependência das importações de Gás Natural da Argélia (54,6% de 2000 a 2011 e 36,6% em 2011);
- Tendência crescente de aumento do consumo de Gás Natural para produção de energia elétrica, indústria e consumo privado;
- Inexistência de fontes primárias de energia não renováveis em território nacional;
- Reduzida disponibilidade financeira para investimentos estruturantes face à conjuntura económica e financeira.

IV. 1. e. Matriz TOWS

IV. 1. e. 1. Relação entre os pontos fortes e as oportunidades (SO)

As boas relações diplomáticas entre Portugal e a Argélia facilitam o fluxo de capitais, o comércio e a internacionalização das empresas portuguesas. Esta realidade deve ser explorada no sentido de melhorar a balança comercial entre Portugal e a Argélia, através da promoção do aumento da exportação de bens e serviços, e como forma de contribuir para o desenvolvimento económico argelino cooperando para a diversificação da sua atividade económica a outros setores que não o energético.

Considerando a política de internacionalização das empresas do setor energético, e o interesse do governo argelino em realizar parcerias com empresas portuguesas, o envolvimento da GALP e da PARTEX no *upstream* argelino pode trazer vantagens para a balança comercial portuguesa. Da mesma forma, e face à conjuntura que o mercado da construção atravessa atualmente em Portugal, identifica-se a oportunidade de maior internacionalização da indústria portuguesa de construção civil, com a vantagem de contribuir para a melhoria das condições de vida dos argelinos através da construção de infraestruturas e edifícios de habitação e industriais e consequentemente aumento da estabilidade social no país.

A experiência portuguesa em energias renováveis, também é uma vertente que pode ser explorada através da exportação e montagem de painéis fotovoltaicos, e aerogeradores, contribuindo para a diversificação das fontes energéticas argelinas e alargamento da atividade económica. Adicionalmente as tecnologias para aproveitamento da energia das ondas podem ser aperfeiçoadas em parceria com a

Argélia no sentido de criar um verdadeiro nicho de mercado com vantagens competitivas para Portugal.

Após a concretização das redes transeuropeias de energia propostas pela Comissão Europeia, o terminal de GNL de Sines, conjugado com o sistema de refinação, armazenagem e distribuição de produtos petrolíferos e armazenagem e distribuição de Gás Natural existentes em Portugal, podem ser explorados como alternativa aos gasodutos para entrada de Gás Natural na Europa, e para importação de Gás Natural do Norte da Europa.

IV. 1. e. 2. Relação entre os pontos fortes e as ameaças (ST)

Esta abordagem pode efetuar-se de duas perspetivas: a primeira é a perspetiva do contributo que Portugal pode dar para manter e reforçar a estabilidade social da Argélia, e a segunda, a perspetiva da necessidade de substituição dos hidrocarbonetos argelinos no mix energético português.

Na primeira perspetiva, face às boas relações diplomáticas entre os países, à capacidade de internacionalização das empresas de construção portuguesas e à política de internacionalização das empresas do setor energético, Portugal pode contribuir para a melhoria das condições de vida e diversificação da economia argelinas, reduzindo assim o espaço de manobra dos grupos terroristas. Pode ainda ajudar a ampliar o contributo dos outros setores económicos para o PIB argelino, com a consequente diminuição de potenciais impactos da redução do preço dos hidrocarbonetos na economia argelina.

Na segunda perspetiva, considerando a interrupção continuada do fornecimento de hidrocarbonetos da Argélia, Portugal tem de colmatar a lacuna importando Petróleo e o Gás Natural de outros países. O caso do Petróleo não é de difícil resolução, já que em 2011 Portugal importou apenas 9,6% do Petróleo da Argélia, o país importa esta fonte primária de energia de inúmeras origens, e demonstrou recentemente (durante a guerra civil da Líbia), que tem flexibilidade suficiente para se adaptar, dividindo a procura por outros países exportadores. No que respeita ao abastecimento de Gás Natural, a solução é mais complexa, na medida em que até à data, a Argélia foi globalmente o maior fornecedor a Portugal e, embora nos últimos anos cerca de metade das importações tenham origem na Nigéria, e cheguem a território nacional por via marítima sob a forma de GNL, a opção de importar todo o Gás Natural da Nigéria está longe de ser adequada sendo importante procurar outras alternativas.

Adicionalmente a tendência crescente de descarbonização da economia portuguesa, através da melhoria da eficiência energética nos transportes, habitações e indústria, bem como do investimento em energias renováveis são o caminho mais seguro para Portugal, porque não obstante obrigarem a investimentos por parte do Estado, numa perspetiva de longo prazo são as mais sustentáveis económica e ambientalmente, por reduzirem a dependência do exterior e o impacto no ambiente.

IV. 1. e. 3. Relação entre os pontos fracos e as oportunidades (WO)

As maiores vulnerabilidades que Portugal apresenta relativamente à Argélia, na conjuntura da segurança do abastecimento energético é a inexistência de fontes primárias de energia não renováveis em território nacional e a elevada dependência das importações de Gás Natural da Argélia. Estes factos são maximizados pela atual tendência de aumento do consumo desta fonte primária de energia (em substituição do Petróleo), para produção de energia elétrica, indústria e consumo privado. Neste campo, Portugal pode fortalecer a segurança do abastecimento energético reforçando relações bilaterais com o Brasil, Angola, Moçambique e Guiné Bissau, países lusófonos onde recentemente ocorreram descobertas de Petróleo e Gás Natural, e facilitando novos investimentos na prospeção de Petróleo e Gás Natural no *onshore* e *offshore* português.

Relativamente às oportunidades quanto às dinâmicas políticas, económicas e sociais na Argélia decorrentes da Primavera Árabe, face ao relançamento pela União Europeia de programas orientados para o desenvolvimento económico e social do Magrebe, Portugal pode aprofundar a interdependência dos dois países e assim melhorar a balança comercial através do aumento da exportação de bens e serviços e da contribuição para o alargamento da atividade económica da Argélia nos setores agrícola, industrial e dos serviços, bem como apoiar na formação de quadros em áreas técnicas, gerando emprego e melhorando as condições de vida dos argelinos. Esta opção é reforçada pelo interesse que o governo argelino apresenta em realizar parcerias com empresas portuguesas, identificando-se a título de exemplo, a hipótese de envolvimento da GALP e da Partex no *upstream* argelino.

A reduzida disponibilidade financeira portuguesa para investimentos estruturantes, face à conjuntura económica e financeira atual, conjugada com a elevada disponibilidade financeira da Argélia, poderá ser uma oportunidade de financiamento do Estado e das empresas portuguesas, através de investimentos em território argelino e em Portugal. O Banco de Portugal, o Ministério dos Negócios Estrangeiros, a Câmara do

Comercio e Indústria Luso-Árabe e a Agência para o Investimento e Comércio Externo (AICEP) são por excelência as entidades facilitadoras destes processos.

IV. 1. e. 4. Relação entre os pontos fracos e as ameaças (WT)

Refletindo acerca da inexistência de fontes primárias de energia não renováveis em território nacional e na conseqüente dependência energética do exterior constata-se que os parceiros energéticos são fundamentais para que Portugal mantenha o nível de vida dos cidadãos e tenha possibilidade de crescer economicamente. Adicionalmente, se for considerada a elevada dependência das importações de Gás Natural da Argélia e a tendência crescente de aumento do consumo dessa fonte primária de energia para a produção de energia elétrica, indústria e consumo privado, a interrupção continuada de fornecimento dessa fonte primária de energia implicará necessariamente a procura de alternativas, quer através da rede de gasodutos Espanhola, quer via terminal de GNL de Sines.

As ameaças mais relevantes que foram identificadas para a estabilidade do fornecimento argelino de hidrocarbonetos foram os ataques terroristas a infraestruturas energéticas; o surgimento de novas tecnologias de extração de hidrocarbonetos, que reduzam a competitividade do Petróleo e Gás Natural Argelinos, a redução continuada do preço do Petróleo e Gás Natural e o aumento das tensões entre a Argélia e Marrocos face às contendas fronteiriças e ao conflito do Saara Ocidental.

A interrupção de fornecimento de energia devida a ataques terroristas poderá numa primeira fase originar a utilização das reservas e, se os seus efeitos perdurarem no tempo, obrigar à procura de alternativas.

O surgimento de novas tecnologias de extração, “não convencionais” poderá criar alternativas à importação de hidrocarbonetos pela utilização de recursos endógenos, ou de recursos de países mais estáveis e localizados a distâncias mais curtas. Esta situação, conjugada com a baixa diversificação da economia argelina, pode implicar a redução da procura dos hidrocarbonetos argelinos.

Quer a redução da procura dos hidrocarbonetos argelinos, quer a redução continuada dos preços dos hidrocarbonetos, implica a diminuição da capacidade do governo argelino manter o estatuto hegemónico através da repressão das sublevações, do aumento da despesa pública, dos vencimentos dos funcionários do Estado, das subvenções aos bens de primeira necessidade e do acesso ao crédito por parte dos

jovens com consequências nefastas para o equilíbrio económico e social do país e consequentemente aumento do risco para Portugal.

Desde 1994 que a fronteira entre a Argélia e Marrocos está fechada, situação que tem complicado as trocas comerciais entre os países e contribuído decisivamente para o aumento do contrabando e das migrações ilegais. Quanto ao Saara Ocidental, Marrocos considera-o como território nacional (embora a ONU o defina como “território ocupado”) mas a situação não tem sido pacífica, pelo menos desde os anos setenta do Século XX que a Frente Polisário está em conflito aberto com Marrocos, com o objetivo de obter independência. (LEAL, 2011: 321 a 323) O eventual aumento das tensões entre a Argélia e Marrocos face às contendas fronteiriças e ao conflito do Saara Ocidental poderão obrigar a canalizar mais recursos para este fim, em detrimento da sua aplicação no desenvolvimento do país.

Com a atual crise económica e financeira, Portugal não tem disponibilidade financeira para fazer investimentos estruturantes em sistemas energéticos, contudo deve continuar a fomentar o desenvolvimento e montagem de sistemas de produção de energia com base em fontes renováveis, no sentido de reduzir a dependência do exterior.

IV. 2. Síntese e considerações

Considerando a inexistência em território nacional de fontes primárias de energia não renováveis, economicamente viáveis, e a consequente dependência energética do exterior, pode afirmar-se que os parceiros energéticos são essenciais para o Estado manter o nível de vida dos cidadãos e aspirar ao crescimento económico.

As vulnerabilidades que Portugal apresenta relativamente à Argélia na conjuntura da sua segurança do abastecimento energético, são a inexistência de Petróleo e Gás Natural em território nacional e a elevada dependência das importações de Gás Natural da Argélia. Esta última é maximizada pela atual tendência de aumento do consumo de Gás Natural para produção de energia elétrica, indústria e consumo privado. A interrupção continuada do fornecimento dessa fonte primária de energia implicará necessariamente a procura de alternativas, quer através da rede de gasodutos da Península Ibérica, quer via terminal de GNL de Sines.

As ameaças mais relevantes que foram identificadas para a estabilidade do fornecimento de hidrocarbonetos argelinos foram os ataques terroristas a infraestruturas energéticas; o surgimento de novas tecnologias de extração de hidrocarbonetos, que

reduzam a competitividade do Petróleo e Gás Natural Argelinos; a redução continuada do preço do Petróleo e Gás Natural; o aumento de tensões políticas entre Estados do Magrebe, resultantes do eventual colapso do Estado na Líbia, ou com Marrocos resultantes do conflito fronteiriço ou do conflito do Saara Ocidental; e a instabilidade política resultante de divisões no seio da elite dirigente em torno da sucessão do regime argelino com a saída de Abdelaziz Bouteflika.

A interrupção de fornecimento de energia devida a ataques terroristas poderá numa primeira fase originar a utilização das reservas e, caso os seus efeitos perdurem no tempo, obrigar à pesquisa de alternativas. O surgimento de novas tecnologias de extração, “não convencionais” poderá criar alternativas à importação de hidrocarbonetos devido à utilização de recursos endógenos, ou de recursos de países mais estáveis e localizados a distâncias mais curtas (esta situação, conjugada com a baixa diversificação da economia argelina, pode implicar a perda de rendimentos devida à redução da procura dos hidrocarbonetos argelinos). Quer a redução da procura dos hidrocarbonetos argelinos, quer a redução continuada dos preços dos hidrocarbonetos, implica a diminuição da capacidade do governo argelino manter o estatuto através da repressão das sublevações, do aumento da despesa pública, dos vencimentos dos funcionários do Estado, das subvenções aos bens de primeira necessidade e do acesso ao crédito bonificado por parte dos jovens, com consequências nefastas para o equilíbrio económico e social do país e, conseqüentemente, aumento do risco para Portugal.

O aumento de tensões políticas entre Estados do Magrebe face à situação na Líbia ou com Marrocos relativamente ao Saara Ocidental poderão obrigar a Argélia a alterar a atitude relativamente à cooperação em segurança e defesa, e à não ingerência em assuntos internos de outros Estados, no sentido da participação em forças de coligação entre Estados do Magrebe e/ou com forças europeias, no combate aos grupos terroristas atuando fora das suas fronteiras, bem como obrigar a canalizar recursos para este fim, em detrimento da sua aplicação no desenvolvimento do país.

A eventual instabilidade interna face à sucessão do regime, entre outras, pode ter as seguintes consequências: nomeação de um presidente do regime, por exemplo o atual primeiro-ministro Abdelmalek Sellal, ou Ahmed Ouyahia (que já foi primeiro-ministro três vezes não consecutivas) com a manutenção do *status quo*; a subida ao poder de um líder alternativo, com capacidade para gradualmente implementar uma reforma política no país que permita o alargamento da economia e o desenvolvimento sustentável do

país ou a desagregação do Estado, originando uma nova guerra civil com desfecho imprevisível (muito pouco provável, face à hegemonia dos militares nas estruturas de poder).

As boas relações diplomáticas entre Portugal e a Argélia assim como o relançamento pela UE de programas orientados para o desenvolvimento económico e social do Magrebe, facilitam o fluxo de pessoas e bens, e a internacionalização das empresas portuguesas. Nestas vertentes, Portugal pode aprofundar a interdependência dos dois países e melhorar a balança comercial, através da promoção do aumento da exportação de bens e serviços, contribuindo simultaneamente para o desenvolvimento económico argelino pela diversificação da sua atividade económica nos setores agrícola, industrial e dos serviços. Também pode apoiar na formação de quadros em áreas técnicas, gerando emprego e melhorando as condições de vida dos argelinos. A médio prazo, medidas desta natureza, podem contribuir para reduzir o espaço de manobra dos grupos terroristas em território argelino e os potenciais impactos nefastos da redução do preço dos hidrocarbonetos para a estabilidade argelina.

Considerando a política de internacionalização das empresas portuguesas do setor energético e o interesse do governo argelino em realizar parcerias com empresas portuguesas, o envolvimento da GALP e da PARTEX no *upstream* argelino pode ser vantajoso para a balança comercial portuguesa. Igualmente, face à conjuntura que o mercado da construção atravessa atualmente, identifica-se a oportunidade de internacionalização da indústria portuguesa de construção civil, contribuindo para a melhoria das condições de vida dos argelinos através da construção de infraestruturas e edifícios de habitação e edifícios industriais, e consequentemente para aumentar a estabilidade social no país³⁰.

Outra vertente que deve ser explorada com vantagem para ambos os países é a experiência portuguesa em energias renováveis, através da exportação e montagem de painéis fotovoltaicos e aerogeradores, contribuindo desta forma para diversificar as fontes energéticas argelinas e para a sustentabilidade ambiental do país e do mundo.

³⁰Em 17 de fevereiro de 2013, as empresas Prébuild, Lena, Painhas e Gabriel Couto/MCA assinaram contratos para a construção de 75.000 casas na Argélia até 2018. O valor das obras, a realizar em parceria com empresas do Estado Argelino (que detêm 51%), é da ordem dos três mil milhões de euros. Fonte: O Público, [Em linha, referência de 26 de junho de 2013] disponível em <http://www.publico.pt/economia/noticia/portugal-vai-construir-75-mil-casas-na-argelia-no-valor-total-de-mais-de-4-mil-milhoes-1584802>.

A elevada disponibilidade financeira da Argélia, é uma oportunidade que tem de continuar a ser explorada, por exemplo para financiar o aperfeiçoamento da tecnologia de aproveitamento da energia das ondas, com vantagens para ambos os países.

Com a atual crise económica e financeira, Portugal não possui disponibilidade para fazer grandes investimentos estruturantes em sistemas energéticos, contudo, a descarbonização da economia, pela melhoria da eficiência energética nos transportes, habitações e indústria, e através do investimento em energias renováveis, são o caminho mais seguro, porque não obstante obrigarem a investimentos por parte do Estado, numa perspetiva de longo prazo a eficiência energética e as fontes renováveis de energia são as mais sustentáveis económica e ambientalmente, contribuindo decisivamente para a redução da dependência energética do exterior e para a redução do impacto ambiental.

Na perspetiva da necessidade de substituição dos hidrocarbonetos argelinos no mix energético português, Portugal tem de colmatar a lacuna importando Petróleo e o Gás Natural de outros países. O caso do Petróleo não é de difícil resolução, já que em 2011 Portugal importou apenas 9,6% do Petróleo da Argélia, o país importa esta fonte primária de energia de inúmeras origens, e demonstrou recentemente (durante a guerra civil da Líbia), que tem flexibilidade suficiente para se adaptar, dividindo a procura por outros países exportadores. No que respeita ao abastecimento de Gás Natural, a solução é mais complexa, na medida em que até à data, a Argélia foi globalmente o maior fornecedor a Portugal pelo que é importante procurar outras alternativas.

Após a concretização das redes transeuropeias de energia propostas pela Comissão Europeia, o terminal de GNL de Sines, conjugado com o sistema de refinação, armazenagem e distribuição de produtos petrolíferos e armazenagem e distribuição de Gás Natural existentes em Portugal, podem ser explorados como alternativa aos gasodutos para entrada de Gás Natural na Europa e servir como via alternativa de importação. Portugal pode ainda fortalecer a segurança do abastecimento energético reforçando relações bilaterais com países da CPLP como o Brasil e Moçambique, outros países atlânticos, como a Venezuela e os EUA e a países do médio oriente, como o Qatar e a Arábia Saudita, em função das condições oferecidas por esses fornecedores, e facilitando novos investimentos na prospeção de Petróleo e Gás Natural no *onshore* e *offshore* português, aproveitando recursos endógenos numa perspetiva de desenvolvimento da economia nacional.

Considerações finais:

Face ao que foi apresentado ao longo do trabalho, é possível compreender que a disponibilidade de energia desempenha um papel fundamental na sobrevivência do modelo civilizacional humano da atualidade, bem como, as disputas entre fornecedores e consumidores, e o aproveitamento das mesmas por outros atores, são um desafio permanente para a segurança dos Estados.

Primavera Árabe foi o nome atribuído a uma série de revoltas populares que em 2011 transpôs o Norte de África e o Médio Oriente, e que teve como catalisador específico o ato de desespero do jovem vendedor ambulante Tarek al-Tayeb Mohamed Bouazizi, que a 17 de dezembro de 2010 se imolou na Tunísia, e com isso tornou-se símbolo do descontentamento da população contra a pobreza, o desemprego, a ditadura e a corrupção (catalisador geral). A revolta na Tunísia originou a queda do seu regime e posteriormente a queda dos regimes do Egito e da Líbia, alastrando ao Iémen e à Síria e tem vindo a implicar inúmeras rebeliões na Argélia, até à data sem repercussões políticas graves.

No âmbito das revoltas árabes, em 2011, a guerra civil na Líbia originou a interrupção de fornecimento de Petróleo a Portugal, com a conseqüente necessidade de importar essa fonte primária de energia de outros países. No ano anterior, a Líbia tinha sido responsável por 13,82% das importações portuguesas de Petróleo, pelo que o país teve de se adaptar reforçando as importações de Angola (mais 34,6%); Arábia Saudita (mais 23,3%); Brasil (mais 20,3%); Argélia (mais 48,4%) e Rússia (mais 76,5%).

Apesar de todos os acontecimentos, as conseqüências da Primavera Árabe ainda não atingiram a Argélia e as principais razões que têm desmotivado a revolta generalizada dos argelinos são a disponibilidade financeira que advém da abundância de hidrocarbonetos, a aversão ao envolvimento noutra guerra civil e a hipótese de recrudescimento do radicalismo islâmico. Na prática, a elevada capacidade e experiência das forças de segurança no controle de tumultos sem provocar baixas e a falta de organização e de objetivos comuns dos revoltosos, aliados ao incremento da despesa pública, subsídios a bens de primeira necessidade e acesso mais fácil ao crédito jovem, têm sido fatores determinantes para apaziguar os Argelinos.

Na vertente de política externa, os atuais níveis de conflitualidade no Mali e na Líbia não podem ser ignorados, pelo impacto que podem vir a ter nas relações entre os

Estados do Magrebe, e pelos apoios que podem proporcionar a grupos terroristas através de pessoal, abrigo, treino e armamento.

A questão central deste trabalho, à qual se vai tentar dar resposta de seguida, é: “Face às recentes transformações políticas na Tunísia, Egito e Líbia, decorrentes das revoltas populares, quais os potenciais **riscos** com impacto significativo no abastecimento de Petróleo e Gás Natural da Argélia a Portugal, e as **estratégias a adotar por Portugal** para salvaguardar a sua segurança energética.”.

Foram identificados os seguintes **riscos** face às vulnerabilidades argelinas:

- Instabilidade política resultante da incerteza em torno da sucessão do presidente Abdelaziz Bouteflika;
- Manutenção da incapacidade do Estado argelino diversificar a economia;
- Redução continuada do preço do Petróleo e do Gás Natural;
- Surgimento de novas tecnologias de extração de hidrocarbonetos, “não convencionais”, que impliquem a redução da competitividade do Petróleo e Gás Natural argelinos;
- Ataques terroristas dos radicais islâmicos (AQIM) a infraestruturas energéticas que impliquem interrupção continuada do fornecimento de Petróleo e Gás Natural;
- Reforço da presença e atuação de grupos terroristas ligados à Al-Qaeda com base no Saara;
- Aumento da instabilidade Líbia, com eventual surgimento de um Estado falhado;
- Aumento das tensões entre a Argélia e Marrocos face às contendas fronteiriças e ao conflito do Saara Ocidental;

A médio e longo prazo, para melhorar as condições de vida dos argelinos e reduzir a conflitualidade interna é necessário que o Estado argelino **investa na formação técnica** dos cidadãos, com especial ênfase nas camadas mais jovens e nas seguintes áreas: extração, transformação, transporte e distribuição de hidrocarbonetos; extração, transformação, transporte e distribuição de minério de ferro, fosfatos, urânio, chumbo e zinco; produção, transformação e distribuição de produtos agrícolas; construção civil (materiais de construção, infraestruturas e edifícios), turismo, educação

e formação, saúde, indústria e serviços; **diversifique a economia**, essencialmente nas áreas já abordadas na formação técnica, com recurso a apoio externo, mas envolvendo sempre cidadãos argelinos, pelo potencial multiplicador que daí advém; e **aprofunde a democracia**, começando pela separação efetiva dos poderes executivo, legislativo e judicial, redução da influência dos militares na política, responsabilização dos políticos e aumento da participação pública na política. Todas estas medidas têm de ser sincronizadas, para que por um lado a diversificação da economia se efetue maioritariamente com recurso a ativos nacionais (que necessitam de formação técnica) e por outro o aprofundamento da democracia seja gradual, em função do aumento da disponibilidade de recursos humanos com formação e educação adequadas aos cargos políticos, e da melhoria de condições de vida dos argelinos. O aprofundamento efetivo da democracia só poderá efetuar-se após a melhoria das condições gerais de vida dos argelinos e da redução do desemprego, dado que estes fatores são determinantes para a redução do espaço de manobra dos radicais islâmicos nas suas atividades subversivas.

Dos estudos efetuados, propõem-se duas abordagens distintas para Portugal salvaguardar a segurança energética face ao abastecimento argelino de hidrocarbonetos:

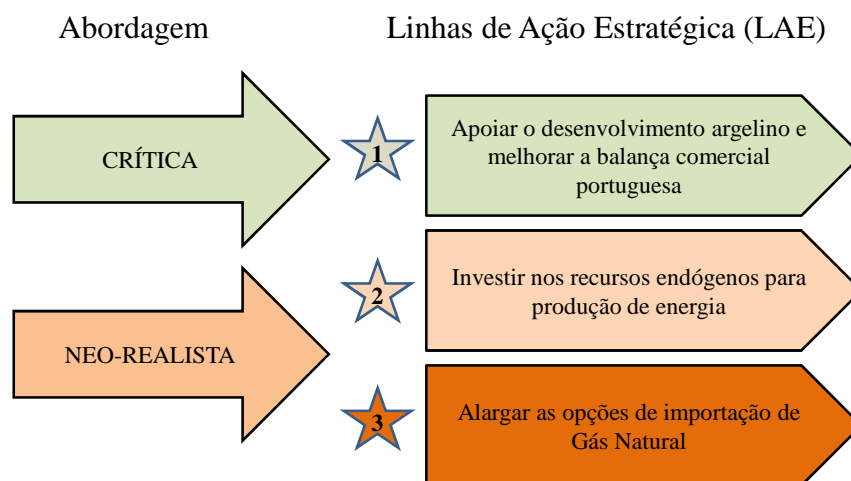
- Uma **abordagem crítica**, focada em contribuir para influenciar a Argélia no sentido do progresso, do aprofundamento da democracia e da estabilidade, contribuindo para a segurança dos seus cidadãos através do desenvolvimento económico, social e político para que no médio e longo prazo estes possam atingir a igualdade de direitos políticos, económicos e sociais (emancipar-se), e simultaneamente sejam garantidos a segurança física da cadeia de abastecimento e o reforço do investimento em infraestruturas energéticas, permitindo o fluxo contínuo do abastecimento de Petróleo e Gás Natural a Portugal, e aos outros países importadores;
- Uma **abordagem neo-realista**, baseada na diversificação das fontes de abastecimento de hidrocarbonetos, incremento da utilização de recursos endógenos renováveis, manutenção e desenvolvimento de reservas estratégicas e antevisão de soluções para as crises com pré planeamento de alternativas para o abastecimento energético de Portugal.

Nesse sentido, identificam-se três Linhas de Ação Estratégica (LAE) para salvaguardar a segurança energética de Portugal face a eventuais impactos das revoltas

árabes na Argélia, com implicações no abastecimento de hidrocarbonetos a Portugal, a primeira no âmbito da abordagem crítica e as duas últimas no âmbito da abordagem neo-realista:

Figura 32: A Estratégia de Segurança Energética face à Argélia

A Estratégia Portuguesa de Segurança Energética face à Argélia



Fonte: Emanuel Sebastião

LAE 1: Apoiar o desenvolvimento argelino e melhorar a balança comercial portuguesa:

As boas relações diplomáticas entre Portugal e a Argélia assim como o relançamento pela UE de programas orientados para o desenvolvimento económico e social do Magrebe, facilitam o fluxo de pessoas e bens, e a internacionalização das empresas portuguesas. Nestas vertentes, Portugal pode aprofundar a interdependência dos dois países e melhorar a balança comercial, através da promoção do aumento da exportação de bens e serviços, contribuindo simultaneamente para o desenvolvimento económico argelino pela diversificação da sua atividade económica nos setores agrícola, industrial e dos serviços. Também pode apoiar na formação de quadros em áreas técnicas, gerando emprego e melhorando as condições de vida dos argelinos. A médio prazo, medidas desta natureza, podem contribuir para reduzir o espaço de manobra dos grupos terroristas em território argelino e os potenciais impactos nefastos da redução do preço dos hidrocarbonetos para a economia argelina.

Considerando a política de internacionalização das empresas portuguesas do setor energético e o interesse do governo argelino em realizar parcerias com empresas portuguesas, o envolvimento da GALP e da PARTEX no *upstream* argelino pode ser vantajoso para a balança comercial portuguesa. Igualmente, face à conjuntura que o mercado da construção atravessa atualmente, identifica-se a oportunidade de internacionalização da indústria portuguesa de construção civil, contribuindo para a melhoria das condições de vida dos argelinos através da construção de infraestruturas e edifícios de habitação e edifícios industriais, concorrendo assim para aumentar a estabilidade social no país.

Outra vertente que deve ser explorada com vantagem para ambos os países é a experiência portuguesa em energias renováveis, através da exportação e montagem de painéis fotovoltaicos e aerogeradores, diversificando as fontes energéticas argelinas, melhorando a sustentabilidade ambiental do país e do mundo.

Face à conjuntura económica e financeira atual e à reduzida disponibilidade financeira portuguesa para investimentos estruturantes, a elevada disponibilidade financeira da Argélia, é uma oportunidade a explorar em conjugação com o referido anteriormente, por exemplo para financiar o aperfeiçoamento da tecnologia de aproveitamento da energia das ondas, com vantagens para ambos os países.

LAE 2: Investir em recursos endógenos para produção de energia:

Devido à carência de fontes primárias de energia não renováveis, Portugal tem uma elevada dependência energética do exterior, todavia, desde 2005 o consumo tem vindo gradualmente a reduzir-se. Conjugando este decréscimo do consumo com o aumento gradual da produção doméstica, baseada em fontes primárias de energia renovável, tem havido uma redução gradual da dependência do exterior, que passou de 88,8% em 2005, para 77,1% em 2011.

A política de investimento em fontes de energia renováveis, do tipo hídrico, eólico, solar e biomassa, tem sido muito importante para a redução da dependência energética, tendo-se revelado um bom investimento de médio e longo prazo. De acordo com a Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG h), 2012; 12), em 2011 Portugal obteve o terceiro maior contributo de fontes de energia renovável para a produção de energia elétrica da Europa (45,3%) logo atrás da Suécia (57,2%) e da Áustria (56,3%). Considerando que a média da UE 15 foi de 21,7%, e que ao nível global, apenas a Nova Zelândia (73,3%) e o Canadá (63,7%) apresentam maiores contributos das renováveis,

Portugal está na vanguarda da utilização de fontes de energia renováveis para produção sustentável de energia elétrica.

Com a atual crise económica e financeira, Portugal não possui disponibilidade para fazer grandes investimentos estruturantes em sistemas energéticos, contudo, a descarbonização da economia, pela via do aumento da eficiência energética nos transportes, habitações e indústria, e através do investimento em energias renováveis, são o caminho mais seguro, porque embora obriguem a investimentos por parte do Estado, numa perspetiva de longo prazo o aumento da eficiência energética e a utilização de fontes renováveis de energia são as medidas mais sustentáveis económica e ambientalmente, contribuindo decisivamente para a redução da dependência energética do exterior e para a proteção ambiental.

Quanto à prospeção de hidrocarbonetos, pese embora ainda não tenham sido encontradas fontes economicamente viáveis em território nacional, o país deve continuar a dinamizar a sua procura no *onshore* e *offshore* portugueses.

LAE 3: Alargar as opções de importação de Gás Natural:

Na perspetiva da necessidade de substituição dos hidrocarbonetos argelinos no mix energético português, Portugal tem de colmatar a lacuna importando Petróleo e o Gás Natural de outros países. O caso do Petróleo não é de difícil resolução, já que em 2011 Portugal importou apenas 9,6% do Petróleo da Argélia, o país importa esta fonte primária de energia de inúmeras origens, e demonstrou recentemente (durante a guerra civil da Líbia), que tem flexibilidade suficiente para se adaptar, dividindo a procura por outros países exportadores. No que respeita ao abastecimento de Gás Natural, a solução é mais complexa, na medida em que até à data, a Argélia foi globalmente o maior fornecedor a Portugal havendo necessidade de procurar outras alternativas.

Após a concretização das redes transeuropeias de energia propostas pela Comissão Europeia, o terminal de GNL de Sines, conjugado com o sistema de refinação, armazenagem e distribuição de produtos petrolíferos e armazenagem e distribuição de Gás Natural existentes em Portugal, podem ser explorados como alternativa aos gasodutos para entrada de hidrocarbonetos na Europa central, assim como Portugal pode utilizar essa rede para importar hidrocarbonetos do norte da Europa. Adicionalmente, Portugal deve alargar as importações de GNL no mercado *spot* a países da CPLP como o **Brasil** e **Moçambique**, outros países atlânticos, como a **Venezuela** e os **EUA** e a países do médio oriente, como o **Qatar** e a **Arábia Saudita**, em função das condições oferecidas por esses fornecedores.

Ficam por detalhar as questões económicas da Argélia e o seu potencial para produção de energia com base em fontes renováveis, assim como o potencial português para extração de fontes não renováveis de energia, assuntos que merecem ser objeto de novos estudos.

BIBLIOGRAFIA

Obras:

BAYLIS, J., Smith, S., & Owens, P. (2011) - *The Globalization of World Politics*. 5ed. New York: Oxford University Press. ISBN-10: 0199569096.

BOOTH, Ken (2007) - *Theory of World Security*. 1ed. Cambridge: Cambridge University Press. ISBN-10: 0521543177.

BROWN, Chris; AINLEY, Kirsten (2012) - **Compreender as Relações Internacionais**. 1ed. Gradiva: Lisboa. ISBN: 978-989-616-465-2

BUZAN, Barry (1991) - *People States and Fear: An Agenda for International Security Studies in the post-Cold War Era*. 2ed. Hertfordshire: Harvester Wheatsheaf. ISBN-10: 1555872824.

FERNANDES, José Pedro T. (2009) - **Teorias das Relações Internacionais, Da Abordagem Clássica ao Debate Pós-Positivista**. 2ed. Coimbra: Almedina. ISBN 9789724038995.

KLARE, Michael (2012) - *The Race for What's Left: The Global Scramble for the World's Last Resources*. 1ed. New York: Metropolitan Books. ISBN-10: 0805091262.

LEAL, Catarina Mendes (2011) – **Magrebe, Islamismo e a relação Energética de Portugal**. Lisboa: Tribuna da História. ISBN: 9789898219282.

LOPES, António Figueiredo [et al.] (2012) – **Contributos para um Conceito Estratégico de Defesa Nacional**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda. ISBN: 9789722720861.

LOPES, Luís Ferreira (2003) – **Gás Natural, Ameaça do Islão?** Oeiras: Celta Editora. ISBN:9727741762.

MARTINEZ, Luis (2013) – *The Violence of Petro-Dollar Regimes: Algeria, Iraq and Libya*. London: Hurst&Company. ISBN:9781849041744.

PEREIRA, Paulo Emanuel Maia (2000) – **Geografia, Geopolítica e Geoestratégia, Realidade Geopolítica (as principais teses)**. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.

PULIDO, João Garcia e FONSECA, Pedro (2004) - **O Petróleo e Portugal: O Mundo do Petróleo e o seu Impacto no Nosso País**. Lisboa: Tribuna da História. ISBN-10: 972879925X.

RODRIGUES, José Caleia (2010) – **Petróleo: 88 perguntas (in)convenientes**. Lisboa: Bnomics. ISBN 9789898184122.

RODRIGUES, Teresa Ferreira [et al.] (2012) - **Uma Estratégia de Segurança Energética para o séc. XXI em Portugal**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda. ISBN: 9789722720366.

WILLIS, Michael J. (2012) – *Politics and Power in the Maghreb*. London: Hurst&Company. ISBN:9781849042000.

YERGIN, Daniel (1993) - *The Prize: The Epic Quest for Oil, Money and Power*. London: Simon & Schuster Ltd. ISBN-10: 0671799320.

YERGIN, Daniel (2011) - *The Quest: Security and the Remaking of the Modern World*. London: Allen Lane. ISBN-10: 1846145422.

Publicações periódicas:

CAMALI, Saara (2008) - **Conceito de Segurança como Política de Exceção: uma Avaliação Crítica**. *Relações Internacionais (R:I)*. Lisboa: IPRI e UNL. N.º18 (Junho 2008), p. n/a.

EIRAS, Ruben (2010) - **Uma Autonomia Energética Sustentável para Portugal: mitigar as alterações climáticas desenvolvendo segurança económica**. *Relações Internacionais (R:I)*. Lisboa: IPRI e UNL. N.º25 (março 2010), p. 119 - 136.

KLARE, Michael (2001) - *The New Geography of Conflict*. *Foreign Affairs*, N.º n/a (Mai-Jun 2001), p. 49-61.

NUNES, João Reis (2006) - **Segurança e Emancipação – Para uma Teoria Crítica de Segurança**”. *Relações Internacionais (R:I)*. Lisboa: IPRI e UNL. N.º9 (março 2006), p. n/a.

SILVA, António Costa (2008) - **Portugal e a política europeia de Segurança Energética**. *Iprisverbis*. Lisboa: Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança. N.º2, (fevereiro de 2008).

Monografias:

SEBASTIÃO, Emanuel Henriques dos Santos Silva (2011) – **Contributos para a Redução da Dependência Energética Portuguesa**. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa. Monografia de Pós-graduação em Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais.

Publicações na internet:

AEO, Apoio Escolar Online (2012) - **Central Fotovoltaica Hércules** [Em linha]. Funchal. [Consultado 25 de novembro de 2012]. Disponível em <http://www.apoioescolaronline.net/noticias/central-fotovoltaica-hercules-serpa-3>

ARCHY, Lahcen (2012) [Em linha] - *Algeria Avoids the Arab Spring?*. carnegieendowment.org. Washington, DC. [Consultado 5 de agosto de 2012] disponível em <http://carnegieendowment.org/2012/05/31/algeria-avoids-arab-spring/b0xu>

ARCHY, Lahcen (2013) [Em linha] – *The Price of Stability in Algeria*. carnegieendowment.org. Washington, DC. [Consultado 24 de junho de 2012] disponível em <http://carnegie-mec.org/2013/04/25/price-of-stability-in-algeria/g1cs>

BAUMANN, Florian (2008) – *Energy Security as multidimensional concept* [Em linha]. Munich: Center for Applied Policy Research. [Consultado 4 de junho de 2012]. Disponível em WWW: <http://www.cap.lmu.de/download/2008/CAP-Policy-Analysis-2008-01.pdf>

BELLAL, Tahar (2009) – *Housing supply in Algeria: Affordability matters rather than availability* [Em linha]. Algeria: Department of Architecture, Faculty of Engineering Science, University of Setif. [Consultado 12 de maio de 2013]. Disponível em WWW: <http://www.um.ase.ro/No12/8.pdf>

BEHRENS, Arno & EGENHOFER, Christian (2008) – *Energy Policy for Europe: Identifying the European Added-Value. CEPS Task Force Report* [Em linha]. Brussels: Centre for European Policy Studies. [Consultado 4 de junho de 2012]. Disponível em WWW: <http://aei.pitt.edu/9530/>

BOUKHARS, Anouar (2013) – *Algerian Foreign Policy in the Context of The Arab Spring* [Em linha]. carnegieendowment.org. Washington, D.C. [Consultado 26 de março de 2013]. Disponível em WWW: <http://carnegieendowment.org/2013/01/14/algerian-foreign-policy-in-context-of-arab-spring/flxf>

BP [Em linha]. [Consultado 4 de junho de 2012]. Disponível em WWW: <http://www.bp.com/bodycopyarticle.do?categoryId=1&contentId=7052055>

BTI (2012) - *Algeria Country Report: Bertelsmann Stiftung* [Em linha]. Gütersloh. [Consultado 18 de maio de 2013]. Disponível em <http://www.bti-project.de/fileadmin/Inhalte/reports/2012/pdf/BTI%202012%20Algeria.pdf>

DARBOUCHE, Hakim (2011) – *Algeria's Failed Transitions to a Sustainable Polity Coming to yet another crossroads* [Em linha]. Brussels. [Consultado 18 de maio de 2013]. Disponível em <http://www.ceps.eu/ceps/dld/6324/pdf>

DGEG a), Direção Geral de Energia e Geologia (2012) – **Instalações petrolíferas** [Em linha]. Lisboa. [Consultado 24 de novembro de 2012]. Disponível em <http://www.dgeg.pt/pagina.aspx?js=0&codigono=636366266631AAAAAAAAAAAAA>

DGEG b), Direção Geral de Energia e Geologia (2012) – **Infraestruturas de Gás Natural** [Em linha]. Lisboa. [Consultado 25 de novembro de 2012]. Disponível em <http://www.dgeg.pt/pagina.aspx?js=0&codigono=636366266857AAAAAAAAAAAAA>

DGEG c), Direção Geral de Energia e Geologia (2012) – **Recursos Geotérmicos em Portugal Continental** [Em linha]. Lisboa. [Consultado 01 de dezembro de 2012]. Disponível em <http://www.dgeg.pt?cr=9795>

DGEG d), Direção Geral de Energia e Geologia (2012) – **Aproveitamento geotérmico - Estatística** [Em linha]. Lisboa. [Consultado 01 de dezembro de 2012]. Disponível em <http://www.dgeg.pt?cr=13111>

DGEG e), Direção Geral de Energia e Geologia (2012) – **Energia eólica**. [Em linha]. Lisboa. [Consultado 08 de dezembro de 2012]. Disponível em <http://www.dgeg.pt/pagina.aspx?js=0&codigono=636364427558AAAAAAAAAAAAA>

DGEG f), Direção Geral de Energia e Geologia (2012) – **O balanço energético português e a dependência energética do exterior**. [Em linha]. Lisboa. [Consultado 25 de dezembro de 2012]. Disponível em <http://www.dgeg.pt?cr=12975>

DGEG g), Direção Geral de Energia e Geologia (2012) – **Política Energética**. [Em linha]. Lisboa. [Consultado 24 de dezembro de 2012]. Disponível em <http://www.dgeg.pt/pagina.aspx?f=1&mcna=1&inc=6337AAAAAAAAAAAAAAAAAAAA&parceiroid=0&codigoms=0&codigono=77257726AAAAAAAAAAAAAAAAAAAA>

DGEG h), Direção Geral de Energia e Geologia (2013) – **Renováveis, estatísticas rápidas, fevereiro de 2013**. [Em linha]. Lisboa. [Consultado 2 de junho de 2013]. Disponível em <http://www.dgeg.pt/paginaRegisto.aspx?back=1&id=13593>

DGEG-ER91, Direção Geral de Energia e Geologia (2012) – **Renováveis, estatísticas rápidas**. [Em linha]. Lisboa. [Consultado 05 de janeiro de 2012]. Disponível em <http://www.dgeg.pt?cr=13335>

EMMERSON, Charles. STEVENS, Paul (2012) – *Maritime Choke Pointes and the Global Energy System* [Em linha]. Briefing Paper EERG BP 2012/01. London: Chatham House. [Consultado 4 de junho de 2012]. Disponível em WWW: http://www.chathamhouse.org/sites/default/files/public/Research/Energy,%20Environment%20and%20Development/bp0112_emmerson_stevens.pdf

ENEOP, Eólicas de Portugal S.A. (2012) – **Energia eólica** [Em linha]. [Consultado 17 de novembro de 2012]. Disponível em http://www.eneop.pt/canais.asp?id_canal=110

ENERGIAS ALTERNATIVAS a) (2012) – **Energia hidroelétrica** [Em linha]. [Consultado 17 de novembro de 2012]. Disponível em <http://www.energiasealternativas.com/energia-hidroelectrica.html>

ENERGIAS ALTERNATIVAS b) (2012) – **Biomassa**. [Em linha]. [Consultado 16 de dezembro de 2012]. Disponível em <http://energiasalternativas.webnode.com.pt/energias-renovaveis/biomassa/>

Energias Endógenas de Portugal (E2P) a) (2013) - **Biomassa**. [Em linha], Lisboa. [Consultado em 19 de maio de 2013]. Disponível em <http://e2p.inegi.up.pt/index.asp>

Energias Endógenas de Portugal (E2P) b) (2013) - **Eólica**. [Em linha], Lisboa. [Consultado em 19 de maio de 2013]. Disponível em <http://e2p.inegi.up.pt/index.asp>

Energy Information Administration (EIA) (2012) [Em linha] – *Algeria Analysis*. [Referência de 10 de agosto de 2012] disponível em <http://www.eia.gov/countries/cab.cfm?fips=AG>

Energy Information Administration (EIA) (2013) [Em linha] – **Algeria**. [Referência de 28 de junho de 2013] disponível em <http://www.eia.gov/countries/analysisbriefs/Algeria/algeria.pdf>.

Energy Intelligence (2011). **Energy Fundamentals: Understanding The Oil & Gas Industries** [Em linha]. 5ed. New York: Energy Intelligence Group [Consultado 4 de junho de 2012]. Disponível em WWW: <http://www.energyintel.com/Research/Pages/eir-reports-understanding-oil-gas.aspx>

ERSE, Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (2012) - **Energia elétrica**. [Em linha]. [Consultado 21 de dezembro de 2012]. Disponível em <http://www.erse.pt/pt/electricidade/actividadesdosector/producao/Paginas/default.aspx?master=ErsePrint.master>

European Commission – **Energy** [Em linha]. [Consultado 4 de junho de 2012]. Disponível em WWW: http://ec.europa.eu/energy/index_en.htm

FCT, Faculdade de Ciências e Tecnologia (2012) – **Biomassa** [Em linha]. Lisboa [Consultado 17 de novembro de 2012]. Disponível em http://campus.fct.unl.pt/afr/ipa_9900/grupo0051_recnaturais/biomassa.htm

GALP Energia (2012) – **Gás Natural** [Em linha]. Lisboa [Consultado 05 de janeiro de 2013]. Disponível em <http://www.galpenergia.com/PT/agalpenergia/os-nossos-negocios/Gas-Power/Gas-Natural/Paginas/O-que-e-o-gas-natural.aspx>

IEA (2012) – **Oil&Gas Security, Emergency Response of IEA Countries** [Em linha]. Lisboa. [Consultado 06 de janeiro de 2013]. Disponível em http://www.iea.org/publications/freepublications/publication/portugal_2011.pdf

IMF a) (2012) - **Unemployment and Labor Market Issues in Algeria**, [Em linha]. Washington, D.C.. [Consultado 12 de maio de 2013]. Disponível em <http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2012/wp1299.pdf>

IMF b) (2013) – **Statement by International Monetary Found (IMF) Managing Director Christine Lagarde at the Conclusion of her Visit to Algeria**. [Em linha]. Washington, D.C.. [Consultado 25 de março de 2013]. Disponível em <http://www.imf.org/external/np/sec/pr/2013/pr1372.htm>

IMF c) (2013) - *Algeria: Statistical Appendix*, [Em linha]. Washington, D.C.. [Consultado 12 de maio de 2013]. Disponível em <http://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2013/cr1349.pdf>

IST – Instituto Superior Técnico (2012) – **Energia nuclear** [Em linha]. Lisboa [Consultado 17 de novembro de 2012]. Disponível em <http://www.cfn.ist.utl.pt/pt/consultorio/listA.html>

LEAL, Catarina Mendes (2007) - **Segurança Energética e Reorganização Empresarial do Sector Energético a Nível Mundial** [Em linha]. Da Sphera. Lisboa: DPP. [Consultado 4 de junho de 2012]. Disponível em WWW: http://www.dpp.pt/Lists/Pesquisa%20Avanada/Attachments/1386/Seguranca_Energetic_a.pdf

LEAL, Catarina Mendes (2009) - **Gás Natural no Século XXI: Uma Visão Geoeconómica** [Em linha]. Da Sphera. Lisboa: DPP. [Consultado 4 de junho de 2012]. Disponível em WWW: http://www.dpp.pt/pages/pub/electronico.php?cod_per=11&cmr=7&cm=2.

LEAL, Catarina Mendes (2010) - **As Relações Energéticas entre Portugal e a Nigéria: Riscos e Oportunidades** [Em linha]. IDN, Athena, Cadernos N.º 3. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, 10 de Maio de 2011 [Consultado 4 de junho de 2012]. Disponível em WWW: http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/1779/1/IDNCadernos_IIISerie_N03.pdf

Library of Congress – Federal Research Division (LC-FRD) (2008) [Em linha] – *Country Profile – Algeria*. [Referência de 24 de junho de 2012] disponível em <http://lcweb2.loc.gov/frd/cs/profiles/Algeria.pdf>

LOPES, Margarida Santos (2012) [Em linha] - **Argélia só viverá a “Primavera Árabe” quando Bouteflika sair de cena**. Público. Lisboa. [Referência de 17 de junho de 2012] disponível em <http://www.publico.pt/Mundo/argelia-so-vivera-a-primavera-arabe-quando-bouteflika-sair-de-cena-1545793?all=1>

LOURENÇO, Carla & CRUZ, José (2005) – **Aproveitamentos Geotérmicos em Portugal Continental**. [Em linha]. Ponta Delgada. [Consultado 01 de dezembro de 2012]. Disponível em http://www.energiasrenovaveis.com/images/upload/aproveitamentos_geotermicos_pt_c_ont.pdf

STEVENS, Paul (2012) – *The Arab Uprisings and the International Oil Markets* [Em linha]. Briefing Paper EERG BP 2012/03. London: Chatham House. [Consultado 4 de junho de 2012]. Disponível em WWW: <http://www.chathamhouse.org/sites/default/files/public/Research/Energy,%20Environment%20and%20Development/bp0212stevens.pdf>

STEWART, Scott (2013) - *The Unspectacular Unsophisticated Algerian Hostage Crisis*. [Em linha]. Security Weekly. Austin: Stratfor. [Consultado 25 de março de 2013]. Disponível em http://www.stratfor.com/weekly/unspectacular-unsophisticated-algerian-hostage-crisis?utm_source=freelist-f&utm_medium=email&utm_campaign=20130124&utm_term=sweekly&utm_content=readmore&elq=455ec51dde884a33bcc5cec219db376a

STOPPINO, Mário (2001?) [Em linha] – **Poder**. Dicionário de Política. Brasília: Universidade de Brasília. [Referência de 09 de agosto de 2012] disponível em <http://pt.scribd.com/doc/62571629/Poder-Mario-Stoppino>

The Baker Institute Energy Forum [Em linha] - *The Role of National Oil Companies in International Energy Markets*. [Consultado 4 de junho de 2012]. Disponível em WWW: <http://www.rice.edu/energy/publications/nocs.html>

The Columbia Electronic Encyclopedia (TCEE) (2007) [Em linha] - *Algeria: History-Infoplease.com*. 6th ed. Pearson Education, publishing as Infoplease. Columbia University Press. [Referência de 14 de junho de 2012] disponível em <http://www.infoplease.com/ce6/world/A0856564.html>

The World Factbook – CIA (TWF-CIA) (2012) [Em linha] – **Algeria**. Washington, D.C.: Central Intelligence Agency. [Referência de 17 de junho de 2012] disponível em <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ag.html>

The World Factbook – CIA (TWF-CIA_P) (2012) [Em linha] – **Portugal**. Washington, D.C.: Central Intelligence Agency. [Referência de 04 de agosto de 2012] disponível em <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ag.html>

Transparency International (TI) (2012), [Em linha] – **Algeria**. [Referência de 13 de julho de 2013] disponível em <http://cpi.transparency.org/cpi2012/results/#myAnchor2>

University of Barcelona - Solidarity Foundation (UBSF) (1999) [Em linha] – **Sistema Político - Argélia**. Barcelona. [Referência de 08 de julho de 2012] disponível em

<http://www.solidaritat.ub.edu/observatori/esp/argelia/marco.htm?pagina=../datos/stma-politic0.htm&marco=frame1.htm>

WEIHRICH, Heinz (1982) - *The TOWS Matrix: A Tool for Situational Analysis* [Em linha]. University of San Francisco. [Consultado 4 de junho de 2012]. Disponível em WWW: http://www.usfca.edu/fac_staff/weihrichh/docs/tows.pdf

YERGIN, Daniel (2009) – *Ensuring Energy Security*. Foreign Affairs [Em linha]. Florida. Vol. 85, N°2 (March/April 2006), p. 69-82. [Consultado 4 de junho de 2012]. Disponível em WWW: http://www.un.org/ga/61/second/daniel_yergin_energysecurity.pdf